

Rosane Balsan
Núbia Nogueira do Nascimento

Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade



Rosane Balsan
Núbia Nogueira do Nascimento
(Organizadoras)

Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade



PALMAS - TO
2020

Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Conselho Editorial EDUFT

Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

Diagramação e capa: Gráfica Movimento

Arte de capa: Gráfica Movimento

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B196p

Balsan, Rosane.

Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade / Rosane Balsan; Núbia Nogueira do Nascimento – Palmas, TO: EDUFT, 2020.

141 p. il. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-65-89119-21-0

Inclui referências ao final.

1. Patrimônio, Tocantins. 2. Patrimonialização, Tocantins. 3. Natividade. 4. Porto Nacional. 5. Capim dourado, artesanato. 6. Filigrana. 7. Movimento junino, Palmas I. Núbia Nogueira do Nascimento. II. Título. III. Subtítulo.

CDD – 720

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Edith Lotufo</i>	
Apresentação	10
<i>Rosane Balsan e Núbia Nogueira do Nascimento</i>	
Percursos da patrimonialização no Tocantins	12
<i>Antonio Miranda dos Santos</i>	
Natividade e Porto Nacional: cidades patrimonializadas no Tocantins	20
<i>Núbia Nogueira do Nascimento</i>	
Patrimônio arquitetônico moderno no Tocantins	30
<i>Marianna Cardoso</i>	
Tempo de Pentecostes na cidade patrimônio cultural: Natividade/TO	41
<i>Noeci Carvalho Messias</i>	
Artesanato de capim dourado: Comunidade Indígena Xerente - saberes e fazeres	55
<i>Roseli Bodnar, Ricardo Ribeiro Malveira e Thainá de Brito Paiva</i>	
Movimento junino em Palmas: memória, tradição e patrimônio	66
<i>Diego Weverton Andrade Neves, Cláudio Maranhão, Karylleila dos Santos Andrade e Roseli Bodnar</i>	
As joias em filigrana nas Festas Religiosas de Natividade, Tocantins: patrimônio cultural e lugar	78
<i>Watila Mislá Fernandes Bonfim e Rosane Balsan</i>	
O rio e as ruas: lugares de memória em Porto Nacional/TO	91
<i>Juliana Ricarte Ferraro e Ariel Elias do Nascimento</i>	
Lugares de memória, espaços sagrados e símbolos de identidades: o patrimônio cultural, religioso e educacional de Porto Nacional	100
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida</i>	
A taipa de mão na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira/TO: o saber vernacular como patrimônio imaterial	114
<i>Marcos Antonio dos Santos e Olivia de Campos Maia Pereira</i>	

Memórias: o professor Napoleão e o Curso de História em Porto Nacional (1985-1992)	123
<i>Benvinda Barros Dourado e Dâmbria Muriel Elias Ferreira</i>	
Posfácio	134
<i>Marília Luiza Peluso</i>	
Sobre os autores	136

PREFÁCIO

Edith Lotufo¹

Ao ser convidada pelas organizadoras a escrever o presente prefácio refleti muito ‘se’ e ‘como’ eu poderia contribuir na publicação de um livro sobre patrimônio cultural do Estado do Tocantins, não sendo especialista na área. Após ler os artigos aceitei o desafio por perceber que minha história pessoal e de pesquisadora está entremeada com a maioria dos temas abordados.

Entendo que socializar e tornar público os resultados de pesquisas são atitudes generosas e necessárias. Ao mesmo tempo em que o pesquisador se expõe a revisões e críticas, ele contribui para a construção coletiva do conhecimento sobre a cultura de um território. O tão novo Estado do Tocantins, enquanto unidade administrativa, possui uma história antiga, que ainda está longe de estar registrada, interpretada e amplamente disponibilizada. Este livro enriquece as produções existentes, já publicadas, com novos aspectos para quem quer aprofundar seus estudos.

Vivi com minha família em Porto Nacional, então Norte Goiano, entre 1975 e 1985, onde participamos da elaboração e execução de projetos como colaboradores da COMSAÚDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação.

Mudamos no final do ano de 1985 para Goiânia, principalmente pela necessidade de uma formação profissional continuada, condição que Porto Nacional não nos oferecia naquele momento. Não tínhamos interlocutores da nossa área de trabalho e percebíamos que, o que aprendemos na faculdade, eram conhecimentos que precisavam ser ampliados e aprofundados. Se existisse o grande número de faculdades e universidades de hoje, naquele tempo, nossas escolhas de vida poderiam ter sido outras.

Entre 2012 e 2015, após ter sido professora dos cursos de arquitetura e de design da PUC Goiás por mais de vinte anos, resolvi retomar a experiência vivida em Porto Nacional, analisando-a a partir dos nossos arquivos pessoais e da minha memória. Ingressei no Mestrado em Arte e Cultura Visual da UFG de Goiânia, onde pude adquirir a necessária fundamentação teórica para ressignificar o período vivenciado. Esse período de estudo e pesquisa resultou numa dissertação sobre o artesanato de Porto Nacional.

Posso dizer que a decisão de transformar arquivos e memória em um estudo sistemático, submetido a discussões acadêmicas de diversas áreas de conhecimento me aproxima, depois de mais de quarenta anos passados da minha vivência em Porto Nacional, do grupo de pesquisadores que reuniram seus textos e apresentam suas pesquisas no presente livro.

Os diferentes textos fizeram com que eu voltasse no tempo mais uma vez. Tanto nossa atuação em Porto Nacional, quanto meus estudos recentes, poderiam ter outras abordagens se fôssemos ligados ou tivéssemos nos direcionado para o estudo da história, da geografia ou da antropologia. Em muitos momentos prevaleceu nossa intuição, nosso olhar formado pelas

¹ Graduada em Educação Artística, pela Universidade de Kassel, Alemanha (1975), Licenciatura para o Magistério em Escolas Secundárias em Artes e Ofícios, pelo Seminário de Estudos I de Kassel (1983) e Especialização em Educação/Docência Universitária pela Universidade Católica de Goiás (1997). Desde 1989 é professora da PUC Goiás.

propostas de educação popular de Paulo Freire e nossa percepção relacionada à história da arte e dos ofícios.

Realizamos, naquela época, com o apoio de moradores locais e, em especial, de estudantes universitários portuenses, eventos que valorizavam a cultura popular, além do artesanato, principalmente a poesia e a música. Cito, em especial, o arquiteto Bey Ayres e o jornalista João Luiz Neiva, na época estudantes universitários em Brasília e Goiânia. Nosso olhar era de fora, como não poderia ser diferente, mas encontrava correspondência em um novo olhar adquirido pelos estudantes portuenses nos respectivos cursos e com o distanciamento encontrado na convivência com outras realidades.

Morávamos numa casa centenária, ao lado do prédio da Comsaúde, antigo Colégio das Irmãs Dominicanas. O fato de termos preservado o estilo original dos dois casarões, mudou a relação de diversas famílias quanto aos seus próprios casarões. Mesmo não declarando nossas atitudes e ações de preservação de patrimônio no sentido oficial, estas constituíam práticas concretas.

No contexto das pesquisas ora apresentadas sinto-me, em muitos momentos, como testemunho vivo dos aspectos abordados.

Durante a leitura lembrei-me de uma analogia para a atividade do pesquisador, feita por José Carlos Paiva, da Universidade de Porto (Portugal). Em 2014 participou de um seminário, realizado pela UFG, trazendo o tema Geografias Interculturais como Espaços de Aprendizagem. Em um encontro paralelo o pesquisador traçou uma linha em uma folha de papel, como um corte em um espelho d'água, com um barco no meio. Em volta da água, naquilo que poderia ser a margem de um lago ou de uma praia, ele desenhou algumas referências de paisagem e presença humana. Fiz logo uma associação com o lago formado em Porto Nacional pelo represamento do rio Tocantins. Professor Paiva dizia que a pesquisa corresponde a uma linha de anzol jogada nesse lago a partir do barco, que é o pesquisador e se encontra na superfície imensa de água. O que a investigação busca está lá embaixo da superfície, numa linha vertical. Mas a linha de pescar não está imóvel na água, ela faz buscas nas proximidades em forma de círculos, expandindo a área até aonde a linha o permite. Ao mesmo tempo em que o anzol está direcionado para o fundo da água, a vida na superfície não está parada e existem, em cada direção, inúmeras visões de horizonte.

Vejo no presente livro a reunião de muitas pessoas buscando aquilo que está sob a superfície de uma água turva e que só um olhar instigado em busca de significados pode perceber. O tempo disponível, os conhecimentos acumulados e o envolvimento pessoal trazem resultados diferentes desta pescaria, mas se tornam um alimento indispensável para a cultura e memória da região independentemente da quantidade e tamanho do pescado. Vejo na complementariedade dos textos, aqui apresentados, a riqueza do conjunto. Eles reúnem as diversas perspectivas dos nascidos no Tocantins e de outros, que escolheram este lugar para viver e trabalhar.

Os nascidos no lugar trazem em sua forma de interpretar o patrimônio material e imaterial uma emoção e poesia que nós, vindos de fora, jamais poderíamos alcançar. Por outro lado, diferentemente dos antigos viajantes, que deixaram seus registros e suas impressões de pouco tempo de estadia, nós que permanecemos por períodos mais longos, podemos ter uma vivência que também nos permite um conhecimento profundo, mediado por pessoas do lugar com sua hospitalidade, empatia e abertura para interagir conosco.

Projetos de pesquisa nunca se encerram, eles são convites para novas perguntas, questionar origens e buscar significados sobre tudo aquilo que podemos ver e ouvir nas cidades e vilarejos. O “povo tocantinense” é hoje multicultural. As culturas e as identidades de grupos populacionais vão se mesclando, o que faz com que patrimônio e tradições se tornem ressignificados e reinterpretados, num processo dinâmico de entrelaçamentos e trocas mútuas.

APRESENTAÇÃO

Rosane Balsan

Núbia Nogueira do Nascimento

Esta coletânea compõe estudos desenvolvidos e/ou concluídos sobre memória, patrimônio material e imaterial do estado do Tocantins. No início, pensamos em trabalhos defendidos no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG-UFT) que abordassem a temática do patrimônio cultural dessa unidade federativa. Para uma ampla abrangência, buscamos uma interdisciplinaridade com autores em diversas áreas do conhecimento para múltiplos olhares sobre o patrimônio.

Tocantins, Unidade da Federação, é nosso recorte territorial sobre leituras patrimoniais com aspectos da geografia, história e arquitetura. É o Estado mais jovem do Brasil, mas com sua territorialidade arraigada no antigo com nuances no moderno. Ao se discutir o patrimônio cultural e a história do Tocantins, imprescindível que se mencione o estado de Goiás, pois os registros documentais sobre Tocantins ainda estão armazenados, em sua maioria, neste Estado, antes do desmembramento em 1988 denominado antigo norte goiano.

Foram, então, convidados membros do Grupo de Pesquisas do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) para que os professores pudessem participar com a escrita de um capítulo no e-book. Havíamos publicado uma coletânea pela Editora da Universidade Federal do Tocantins (EDUFT, 2015), intitulada “Porto Nacional, Patrimônio do Brasil: histórias e memórias” com artigos diversos, mas não específicos sobre o patrimônio cultural do Estado.

A composição desta atual coletânea retrata, nos onze capítulos, a história e o rememoração dos tocaninenses sobre sua cultura, tradição e identidade como forma de expressão e registros que constituem ferramentas de apoio à preservação do patrimônio nacional.

A temática do livro nos remete ao patrimônio cultural e imaterial não apenas a um passado distante e nem tão pouco arcaico, mas também ao patrimônio moderno. É um convite à leitura de diferentes temporalidades vivenciadas em diferentes espaços geográficos do antigo norte goiano e atual estado do Tocantins, com vários olhares nos diálogos interdisciplinares.

Diversos conceitos dão visibilidade e apresentam à sociedade tocaninense e aos demais interessados na temática por meio de uma amostra de estudos realizados por esses pesquisadores. Parte dos capítulos são relatos de estudo feitos bem como de experiências vividas expressas pela cultura e memória por meio das pesquisas concluídas, desde cidades consideradas centenárias, como Natividade e Porto Nacional, bem como a modernidade estampada pela capital Palmas/TO.

Outros elementos são destacados nos capítulos, que vão desde arquitetura, patrimônio cultural, educacional e religioso até impactos socioeconômicos ambientais que marcaram a transformação da paisagem, descaracterizando o antigo, refuncionalizando e construindo o moderno. Assim, ressignifica o passado por meio dos monumentos e reconstitui um novo presente por meio das construções e peças como símbolos de identidade local.

Na imaterialidade, destacamos as festas populares e o saber fazer, como técnicas artesanais, danças, músicas, tradição, promovendo a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro.

Esta obra, enquanto referência, objetiva trazer em cada capítulo um mosaico de história, costumes e hábitos da população tocaninense. As releituras se tornam um olhar atento das lembranças que possam ser vivenciadas por meio das fontes documentais. As organizadoras.

PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO TOCANTINS

Antonio Miranda dos Santos²

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresento, de forma sintética, a trajetória e os caminhos percorridos, tanto pela esfera federal, quanto pela esfera estadual no processo de patrimonialização dos bens culturais no estado do Tocantins. As políticas, os instrumentos de proteção, bem como as ações de preservação do patrimônio cultural são fatos discorridos e analisados neste texto. Para isso, foi necessária uma análise bibliográfica e documental das práticas desenvolvidas e de projetos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, bem como pelo o Órgão de cultura do Estado no que tange à preservação e proteção do patrimônio material e imaterial do Tocantins.

2. TOMBAMENTOS NA ESFERA FEDERAL

Pelo art. 13 das Transições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988, é criado o estado do Tocantins:

Art.13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso (BRASIL, 1988, p. 151).

O Tocantins é o estado mais novo da federação, porém, conforme afirma Parente (1999, p. 58), o seu povoamento teve início na primeira metade do século XVIII:

Nas décadas de 1730 e 1740 ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território onde hoje se situa o Estado do Tocantins. Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738). Nos anos 40 surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e mais tarde Príncipe (1770). Alguns foram extintos, como

Pontal, Taboca e Príncipe. Outros resistiram à decadência da mineração e no século XIX se transformaram em vilas e posteriormente em cidades.

No entanto, o processo de patrimonialização na região que compreende hoje o atual estado do Tocantins só teve início no final da década de 1980, com o tombamento do centro histórico de Natividade, ocorrido no ano de 1987, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

Segundo Oliveira (2016 *apud* SANT'ANNA, 1995, p. 58-59), o conceito de centro histórico configurou-se pela primeira vez em Viena, Áustria, no século XIX, por ocasião da construção de um anel viário. A referida obra dividia o núcleo antigo das áreas da cidade que atenderiam à nova dinâmica industrial, pois era impossível adaptar as áreas antigas às novas exigências sem que houvesse destruição.

Para Queirós (2007), com o passar do tempo, o conceito de centro histórico tem sofrido alterações. Porém, para a autora, há uma regra para o conceito de centro histórico: “(...) é visto como um livro de memórias materiais e imateriais, que possui importantes referências e indicações de identidade dos povos que aí habitam e habitaram ao longo do tempo” (QUEIRÓS, 2007, p. 3).

Messias (2010, p.188) afirma que “o Centro Histórico de Natividade foi inscrito nos seguintes livros de tomo: livro de tomo histórico, livro de tomo arqueológico, livro de tomo etnográfico e paisagístico”. Nesse período, conforme informações coletadas no sítio digital do IPHAN, o estado de Goiás pertencia a 8º DR (Diretoria Regional do SPHAN), que compreendia os estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal. Nesse período, a área geográfica que compreende o estado do Tocantins ainda pertencia a Goiás, portanto, localizava-se na região Centro-Oeste do Brasil.

Messias (2010, p. 187) destaca que “o despacho do Ministro da Cultura sobre o ato de homologação desse tombamento foi publicizado no Diário Oficial de 14 de julho de 1987”.

Originada da mineração de ouro, que deixou fortes marcas na cidade e arredores, localizada a 226 km da capital Palmas, Natividade tem em seus casarios e no traçado das ruas características do estilo colonial. Santos (2009, p. 5) descreve algumas características sobre o centro histórico de Natividade/TO:

Seu centro histórico (18 alqueires), tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1987, abriga a Igreja de Nossa Senhora da Natividade, Igreja de São Benedito e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que acreditam ter sido inacabada ou que seu teto e parte das paredes ruíram.

Na primeira década deste século, a preservação do patrimônio cultural de Natividade recebeu um grande impulso por meio do Programa Monumenta. Conforme o sítio do Iphan, o referido programa, que tinha a proposta de conjugar recuperação e preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social, atendeu 27 cidades brasileiras.

Segundo o parecer do Conselho Consultivo do Iphan (2012), eram metas do Programa Monumenta promover obras de restauração e recuperação de bens tombados e edificações localizadas na poligonal de tombamento, além de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos (IPHAN, 2012).

De acordo com o Parecer supracitado, o Monumenta contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e o apoio da UNESCO, além de uma contrapartida dos municípios contemplados pelo programa.

Sobre as ações de preservação do Programa Monumenta em Natividade/TO, Picanço (2009, p. 107) afirma que “[...] o Monumenta em Natividade conseguiu preservar a arquitetura dos bens, resgatando o estilo colonial, observando os valores históricos e estéticos [...]”.

No ano de 2018, foi a vez do centro histórico da cidade de Porto Nacional. Conforme a Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Iphan, o tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi aprovado no dia 27 de novembro de 2008, por ocasião da referida reunião.

Segundo informações do Parecer Técnico 003/2008DEPAM/IPHAN, o Dossiê de Tombamento de Porto Nacional, aberto sob o número 01450.005680/2008-88, e que, além dessa numeração, recebeu também o número 1.553-T-08 para continuidade da Série Histórica “Processos”, do Arquivo Central do Iphan, foi elaborado em novembro de 2007 em parceria entre a 14ª Superintendência Regional/Iphan/GO, a Fundação Cultural do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional (IPHAN, 2008b).

De acordo com Documento de Certificação do DAF/IPHAN, o centro histórico de Porto Nacional foi inscrito no Livro de Tombo Histórico, Volume 3, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no dia dezessete de novembro de 2011 (IPHAN, 2007).

A área tombada de Porto Nacional já passou por revisões na sua poligonal. Em 2012, ocorreu a rerratificação da poligonal de tombamento, publicada no Diário Oficial da União, no dia 15 de outubro de 2012 (Figura 1). A homologação se deu por meio da Portaria nº 111, de 15 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção – 1, nº 200, em 16 de outubro de 2014.

Figura 1 – Rerratificação do Tombamento de Porto Nacional-TO



Fonte: Superintendência do IPHAN/TO, 2012.

3. OUTRAS AÇÕES DO IPHAN NO TOCANTINS

Conforme Portal Iphan (1980) a Portaria 230/1976 aprova o Regimento Interno do órgão, que passou a se organizar em Diretorias Regionais, sendo nove diretorias ao todo. A região do então norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, fez parte da 7ª Diretoria Regional, com sede em Brasília, que compreendia o Distrito Federal, os estados de Goiás e Mato Grosso e mais o território de Rondônia. Já em 1990, essa Diretoria Regional se transformou na 14ª Superintendência Regional, compreendendo os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

O ano de 2009 é um marco histórico para o Iphan. Naquele ano, o Governo Federal, por meio do Decreto, n. 6.844, de 7 de maio de 2009, aprova a Estrutura Regimental da autarquia e define cargos e funções (BRASIL, 2009). Para alguns Estados, como é o caso do Tocantins, esse marco é ainda mais significativo, pois o referido decreto acaba com as superintendências regionais e cria as superintendências estaduais. A Superintendência do Iphan no Tocantins foi instalada apenas no ano de 2010.

Conforme o portal do Iphan, em 2007, especificamente no dia 10 de novembro, a 14ª Superintendência do Iphan (SR) fez a entrega da restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo para os moradores da cidade de Monte do Carmo/TO. Segundo o referido portal, a recuperação da igreja, no valor de R\$ 258 mil, foi executada por meio de um convênio com o Fundo Nacional de Cultura (FNC). Lembramos que, naquela época, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo ainda não era tombada pela esfera estadual, fato que só ocorreu em 2012 (SECOM, 2012).

Ainda em 2007, de acordo Cavalcante e Kimura (2008), a então 14º SR, que tinha sob sua jurisdição os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, com sede em Goiânia/GO, em parceria com a Fundação Cultural do Tocantins (FCT), iniciou um projeto de reconhecimento das referências culturais do Estado, com a denominação de Mapeamento do Patrimônio Cultural do Tocantins. Técnicos do Iphan e FCT percorreram grande parte do território tocantinense, registrando e coletando dados que dessem subsídios para o Iphan, bem como para a FCT, delinear as futuras ações de preservação do patrimônio. O referido projeto resultou na publicação de um livro intitulado “Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins”, publicado em 2008.

No mesmo ano de 2008, conforme portal do Iphan, a autarquia, em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional e o Governo do Estado do Tocantins, por meio da FCT, concluiu e entrega para os moradores da cidade o projeto de modernização do Museu Histórico de Porto Nacional. Conforme o órgão, o referido projeto recebeu recursos no valor de R\$ 133.900,00 do Programa Museu, Memória e Cidadania do Iphan. Além do projeto de modernização, segundo informações do Iphan (2008b), foi executada pela entidade a obra de restauração do edifício que sedia o museu. De acordo com informações do portal Iphan, a execução do projeto custou R\$ 399.600, 00.

Para Santos (2018), no que tange às ações de proteção do Iphan ao patrimônio imaterial em Tocantins, destaca-se o registro das bonecas karajá. Conforme IPHAN (2012), as bonecas foram registradas em dois livros: no livro dos Saberes, com a denominação “Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá”, e no livro de “Formas de Expressão como Ritxòxò: Expressão Artística e Cosmopológica do povo Karajá”. O referido registro abrange as aldeias Karajá nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Destacamos que o processo para o registro das bonecas Karajá teve início em 2010 e, segundo Iphan (2012), foi coordenado pela

14ª Superintendência, com sede em Goiás, com a supervisão do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Além das bonecas Karajá, Santos (2018) lembra que o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda dos Mestres de Capoeira foram registrados como Forma de Expressão ainda em 2008. De acordo com Iphan (2012), o registro abrange todo Território Nacional. Dessa forma, é responsabilidade de cada Superintendência estadual a salvaguarda desse bem nos seus respectivos estados.

4. INICIATIVAS NA ESFERA ESTADUAL

Conforme Santos (2018), na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins, ocorrida em 1988, por meio da Constituição Federal promulgada em 5 de outubro do mesmo ano, algumas ações de preservação do patrimônio cultural foram desenvolvidas pela esfera estadual. Um exemplo dessas ações foi o projeto denominado “conhecer para preservar”, que consistia em um inventário prévio das manifestações culturais e monumentos históricos e arquitetônicos do Tocantins. Sobre esse projeto, Santos, Barbosa e Silva (2008, p. 69) descrevem:

[...] foi dividido em cinco etapas: (1ª) abrangeu as cidades da região sudeste; (2ª) contemplou as cidades da região norte; (3ª) intitulada “conhecendo e preservando as culturas indígenas do Tocantins”, esta etapa englobou todos os povos que vivem no estado; (4ª) esta etapa que não foi realizada, tinha como objetivo a região sul e (5ª), etapa que também não foi realizada, pressupunha um mapeamento arqueológico.

A Lei n. 431, de 28 de julho de 1992, promoveu os primeiros atos de tombamento na esfera estadual. Conforme o texto do art. 1º da referida Lei:

Art. 1º Ficam tombados e integrados ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins, os prédios públicos que sediaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do primeiro governo do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Miracema do Tocantins, sua primeira capital, e em Palmas: -I.prédio que sediou o Palácio Araguaia - Sede do Poder Executivo: Rua Osvaldo Vasconcelos, s/nº - Miracema do Tocantins; II- prédio que sediou a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; Rua Hosana Cavalcante, s/nº - Miracema do Tocantins;I II- prédio que sediou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins: Praça Mariano Cavalcante, S/N - Miracema do Tocantins;IV- prédio que primeiro sediou a Assembléia Legislativa em Palmas;V- prédio que primeiro sediou o Poder Executivo “ O Palacinho” em Palmas.

Os referidos bens foram tombados antes da instituição de uma Lei de proteção do patrimônio cultural do Tocantins. Somente em 1993 foi publicada a Lei Estadual 577/93, que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico cultural do estado do Tocantins.

De acordo com Santos (2018), nos seus mais de trinta anos de criação, o estado do Tocantins não consolidou uma política de preservação e proteção para o patrimônio cultural. Nesse período, ocorreram várias mudanças nas estruturas do órgão de cultura do Estado, alter-

nando entre Secretaria de Cultura e Fundação Cultural. Nos organogramas dos referidos órgãos, as denominações dos setores responsáveis pelo patrimônio cultural também alternaram entre Coordenação, Diretoria e Superintendência de Patrimônio Cultural.

Atualmente, conforme o portal Tocantins, o Estado não tem um órgão próprio para ações relacionadas à cultura. Há apenas uma Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (AGETUC). No organograma da referida Agência, consta uma Superintendência de Cultura, com as seguintes gerências: Gerência de Fomento e Promoção da Cultura e Gerência de Acervo e Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (TOCANTINS, 2018).

Porém, conforme Secretaria de Comunicação do Governo do (SECOM), desde a criação do Tocantins, foram desenvolvidas várias ações de preservação e proteção do patrimônio cultural do Estado. Segundo site www.secom.to.gov.br, foram ações relacionadas aos inventários com metodologia do próprio órgão de cultura do estado e inventários com metodologias do Iphan, sendo:

- a) Inventários desenvolvidos com metodologias próprias: conhecer para preservar, inventário da súsia, inventário do capim dourado e o inventário das referências culturais de Monte do Carmo. b) Inventários com metodologia do Iphan: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – e o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU), ambos realizados em Porto Nacional.

Além dos referidos inventários, de acordo com a SECOM (2011), duas igrejas foram inscritas em livros de tombos, são elas: Igreja Nossa Senhora da Consolação (Tocantinópolis) e Igreja Nossa Senhora do Carmo (Monte do Carmo). Ocorreram também naquele período, conforme notícias do órgão de Comunicação do estado do Tocantins, alguns mapeamentos de comunidades quilombolas, tais como: Comunidade Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia), Comunidade Malhadinha (município de Brejinho de Nazaré), Comunidade Barra da Aroeira (município de Santa Tereza do Tocantins) e Comunidade Lagoa da Pedra (município de Arraias).

No entanto, não conseguimos identificar nenhuma ação de preservação e ou proteção do patrimônio cultural, desenvolvidas pelo estado do Tocantins desde o ano de 2013.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tocantins tem um patrimônio cultural secular, fruto do seu longo processo de formação. Uma tradição que se reflete nas danças, nos cânticos, nas manifestações populares e religiosas, nas pinturas rupestres, bem como em alguns casarios que resistiram e ainda resistem ao tempo aos descasos das políticas públicas. Uma identidade com fortes traços dos negros que aportaram na região ainda como escravos para trabalhar nas minas de ouro e por aqui permaneceram, dos indígenas que migraram de forma compulsória fugindo dos colonizadores, bem como de nordestinos que vieram em busca de um novo lugar.

Porém percebemos que nos últimos anos o Estado regrediu de forma acelerada em relação às políticas de preservação, proteção e valoração do seu patrimônio cultural. O que antes era uma política instável, constitui-se hoje em ausência de políticas voltadas para a cultura em todas

as suas vertentes. Essa falta de políticas se traduz na ausência de ações que visam ao fomento, à permanência e ao fortalecimento da identidade cultural do Tocantins.

É sabido que a cultura é a principal identidade de um povo, assim como é consenso para os estudiosos desse tema que quem não preserva as suas tradições se torna um povo sem jugo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 6.844 de 7 de maio de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_6844_de_07_de_maio_de_2009.pdf. Acesso em: 19 de dez. 2017.

CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Mapeamento do patrimônio cultural do estado do Tocantins. *In*: CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (orgs.). **Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins**. Goiânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008.

IPHAN. **Dossiê de Tombamento de Porto Nacional - TO**. Iphan, 2007.

IPHAN. **Iphan restaura Igreja de Nossa Senhora do Carmo (TO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1953/iphan-restaura-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-to>. Acesso em: 6 fev. 2018.

IPHAN. **Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN**. 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_conselho_consultivo.tombamento de porto nacional.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_conselho_consultivo.tombamento_de_porto_nacional.pdf). Acesso em: 15 nov. 2017.

IPHAN. **Parecer Técnico 003/2008**. DEPAM/IPHAN, 2008b.

IPHAN. **Portal Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginainicial.do>. Acesso em: 18 de mar. 2020.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, DF: MEC; Sphan; Pró-Memória, 1980. (Publicações da Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional; n. 31).

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e Natividade/TO**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Belho Horizonte: UFG, 1999.

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Preservação Patrimonial X Qualidade de Vida: Avaliação Pós-Ocupação no Programa Monumenta**. Centro Histórico de Natividade – Tocantins. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

QUEIRÓS, Ana Felipa Gamboa. **Reabilitação de Centros históricos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra, 2007.

SANTOS, M. Antonio. **Centro histórico de Porto Nacional: um lugar tombado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2018.

SANTOS, M. Antonio; BARBOSA, Joana Euda; SILVA, Luciano Pereira da. Política de Preservação da Fundação Cultural do Tocantins. *In*: CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (orgs.). **Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins**. Goiânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Secretaria da Cultura faz Inventário da Sússia**. 2011. Disponível em: <http://www.secom.to.gov.br/noticias/8664>. Acesso em: 14 dez. 2017.

TOCANTINS. **Lei n. 431, de 28 de julho de 1992**. Disponível em: www.al.to.leg.br/arquivo/6689. Acesso em: 18 de mar. 2020.

TOCANTINS. **Portal Tocantins**. 2018. Disponível em: <http://to.gov.br/governo/secretarios-e-presidentes/secretaria-de-desenvolvimento-economico-ciencia-tecnologia-turismo-e-cultura/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

NATIVIDADE E PORTO NACIONAL: CIDADES PATRIMONIALIZADAS NO TOCANTINS

Núbia Nogueira do Nascimento³

1. INTRODUÇÃO

Com advento da modernização ao longo dos anos e o aprimoramento das novas tecnologias, o patrimônio tem sido cada vez mais popularizado ou mesmo comercializado. Em algumas localidades, podemos perceber essa comercialização com mais evidência principalmente em cidades que atribuem ao turismo uma rentabilidade como consequência do uso do patrimônio. Para que a manutenção do patrimônio atinja a posteridade, conta-se com instituições mantenedoras para sua preservação e ou restauração, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível nacional, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em nível internacional. São organismos preocupados com a permanência dos bem patrimoniais para geração futura.

O estudo trata de verificar a gênese bem como a dinamicidade de como o patrimônio é lembrado pelos cidadãos nas cidades históricas no estado do Tocantins. Abordaremos duas cidades patrimonializadas, Natividade e Porto Nacional como objeto de estudo com destaque às cidades resistentes. Teremos de forma estrutural o sítio de tombamento do perímetro da área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) das duas cidades tocaninenses como metodologia de análise.

O artigo visa em primeiro momento a uma discussão teórica sobre as cidades históricas no estado do Tocantins, as quais denominamos cidades resistentes. Não aprofundaremos, mas é um conceito em desenvolvimento e que está sendo aprimorado com algumas definições.

O estado do Tocantins foi criado no ano de 1988, concomitante à última reforma da Constituição Federal Brasileira. Tocantins passou a ser um estado autônomo desvinculado de Goiás. De acordo com Rodrigues e Santos (2015), o estado do Tocantins, conhecido como antigo norte goiano, foi constituído por 79 municípios, com uma área de 277.321,9 km², integrando a região Norte. Rodrigues (2008, p. 42) diz que “essa dualidade recriada pelo discurso da invenção do Estado do Tocantins entre jesuítas e bandeirantes [...] enquanto os primeiros, no Norte, defendiam a terra e os indígenas, os segundos, no Sul, eram marcados pelo estigma da exploração da terra e de seus habitantes”.

Um ano antes da divisão territorial entre os estados de Tocantins e Goiás, houve o tombamento da primeira cidade no norte goiano no ano de 1987, Natividade. Após vinte anos, a segunda cidade, Porto Nacional, foi tombada em nível nacional no ano de 2007, agora em terri-

tório tocantinense. O tombamento de Porto Nacional veio com o propósito de afirmar a identidade, memória e história da população tocantinense (NASCIMENTO, 2014).

As cidades históricas do Estado do Tocantins, Natividade e Porto Nacional, desde sua gênese, tiveram algumas transformações no sítio histórico, principalmente no que se refere aos imóveis patrimonializados em ambas cidades. Assim, surge o questionamento da investigação: com advento da modernização e a especulação imobiliária, as cidades históricas do estado do Tocantins ainda se mantêm resistentes em preservar a memória do lugar?

O estudo tem como objetivo a discussão sobre a manutenção do patrimônio por meio das cidades históricas, identificando os elementos que fazem as cidades resistentes. Denominamos cidade resistente aquela que passou por um processo de modernização, intempéries antrópicas e mesmo assim tende a manter sua estrutura originária, em que os sujeitos presentes no local se tornam os principais atores para resistir ao lugar.

Mais adiante, citaremos as cidades históricas não patrimonializadas e as cidades resistentes do estado do Tocantins, lembrando que esse conceito é uma teoria que está sendo desenvolvida com mais detalhes pela autora.

2. REVISÃO TEÓRICA

A cidade de Natividade foi evidenciada pelas atividades extrativas do ouro, originalmente geradoras de riqueza e motivo da ocupação da região no século XVIII. Retomada por mais de duas centenas de anos, seguiu-se a economia agropastoril de subsistência, a qual, por sua vez, vem sendo substituída paulatinamente, nos últimos anos, pela pecuária bovina empresarial (RADAELLI, 2000). Natividade foi fundada no ano de 1734, por Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante conhecido como segundo Anhanguera, superintendente e guarda-mor das minas de Goiás, atual Tocantins (VAZ, 1985).

Ainda conforme Vaz (1985), gradativamente, Natividade teve destaque no norte goiano, atual Tocantins, chegando inclusive a ser sede do Governo Provisório da Comarca no Norte e o Sul da então Província de Goiás. Com o passar dos anos, Natividade passou por um período de estagnação pela escassez da atividade mineradora e a dificuldade de substituição por outra atividade como forma de subsistência e renda para os nativitanos. Segundo dados do IBGE (2018), o município de Natividade conta com uma população estimada de 9.312 habitantes, diferentemente da população predominante no ciclo do ouro em meados do século XVIII, em que a cidade era uma das mais populosas do norte goiano, atual Tocantins.

Semelhante à Natividade, Porto Nacional também teve suas origens no período aurífero, iniciado na primeira metade do século XVII, cujo auge se deu por volta de 1750. Em meados do século XVIII, na Província de Goiás, destacou-se com a exploração do ouro. Assim, trouxe muitos mineradores para o norte goiano, hoje território do Tocantins. A exploração do ouro naquela época foi responsável pela maioria dos pequenos núcleos que se estabeleceram na região, tornando-se cidades futuramente. A cidade de Porto Nacional é um exemplo dessa evolução urbana.

A gênese da cidade de Porto Nacional foi baseada em três marcos: a imprensa, a chegada dos padres dominicanos com a intensificação da religião e educação e, por fim, a instalação de

um médico na cidade, entre os anos de 1891 e 1905 (OLIVEIRA, 2010). Esses acontecimentos fizeram com que Porto Nacional se desenvolvesse economicamente e politicamente, atraindo pessoas das redondezas e de outros estados. Segundo Nascimento (2014), são esses motivos que levam Porto Nacional a ser considerada uma das cidades mais representativas do Estado, pois conta com uma forte tendência à religião e à cultura.

Para realização deste estudo, teremos como referência alguns autores que discutem patrimônio, memória e lugar. Velho (2001, p. 10) afirma que “não existe vida social sem memória”. A possibilidade de interação depende de experiências e expectativas culturalmente compartilhadas. Assim, “sociedades podem desaparecer por catástrofes naturais, guerras ou conflitos internos desagregadores. Suas realizações materiais e imateriais, sua cultura, poderão ser parcialmente assimiladas por outras sociedades” (VELHO, 2001, p. 10).

Segundo Canclini (1994), nas ciências sociais, há uma recontextualização sobre o patrimônio cultural caracterizado em três afirmativas: a) o patrimônio não inclui apenas a herança de um povo, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis; b) há também uma administração da política patrimonial e a conservação dos bens produzidos no passado, relacionando-os com o presente; c) por último, o autor cita uma seletividade produzida pelas classes hegemônicas ligadas à nobreza, como palacetes, pirâmides e outros objetos. O autor reconhece que “o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais” (CANCLINI, 1994, p. 96).

Tudo aquilo que é lembrado por meio de hábitos, ritos, costumes e valores passando de gerações a gerações configura o que Milton Santos (2011) chamou de rugosidade da paisagem, são os vestígios passados agregados no presente. Assim, podemos perceber que tudo o que usamos, todas as obras modificadas, constituem as rugosidades no espaço e tempo. Costa (2014, p. 249) assevera que “a busca da totalidade, na dinâmica territorial, pressupõe a análise dos lugares patrimonializados em sua amplitude, pois o real é o processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento”. A ideia de totalidade está nos objetos e nas ações, seus sistemas são novas totalidades que compõem a totalidade em contínuo movimento. Ainda conforme Santos (2012, p. 72), a ideia de totalidade é “tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida”.

Os lugares patrimonializados podem-se universalizar e se transformar, pois os mecanismos que servem a sua universalização, os que desencadeiam o processo de patrimonialização, são os mesmos que podem conduzi-los à fragmentação (COSTA; SCARLATO, 2012). Segundo Castriota (2009), o patrimônio possui, portanto, a qualidade de configurar aquilo que chamamos de memória ou imaginários coletivos. Para Flores (1998), isso difere de “monumento histórico”, que é selecionado por uma sociedade entre uma malha de obras arquitetônicas e se faz representar por identidade própria de um determinado lugar, uma identidade vista pela totalidade. Em outras palavras, traduz-se aqui a existência de monumentos e patrimônios em algumas cidades resistentes no estado do Tocantins. A autora Cruz explica que “[...] a patrimonialização do patrimônio é a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial” (CRUZ, 2012, p. 96).

Podemos citar as cidades patrimonializadas Porto Nacional e Natividade, e as cidades resistentes Arraias, Paranã, Conceição do Norte, Almas, Dianópolis, Monte do Carmo, Pedro

Afonso e Tocantinópolis. As cidades patrimonializadas são aquelas que possuem alguma característica marcante, tanto na sua estrutura ou mesmo no modo de fazer e existir, tendo o mérito de serem reconhecidas nacionalmente pelos órgãos de proteção do patrimônio, IPHAN. Já as resistentes são aquelas cidades históricas do Estado que são tão importantes para a memória e história da população tocantinense quanto as cidades patrimonializadas, mas que ainda não há visibilidade da sociedade externa quanto aos recursos inesgotáveis de riquezas naturais e culturais, mas que existe o reconhecimento da população local. Essas características é um fator crucial para a manutenção do patrimônio e o fortalecimento das cidades resistentes visto pelos cidadãos.

Denominamos cidades resistentes aquelas em que, mesmo com os processos de modernização, especulação imobiliária e/ou transformações na paisagem, podemos notar sua tenacidade de permanência em um determinado local. São cidades que possuem uma fragilidade por contar com poucos recursos para manutenção e seu desenvolvimento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A cidade de Porto Nacional e de Natividade constituem a memória e a história dos respectivos tocantinenses. Assim, como as duas cidades patrimonializadas, outras cidades também possuem seu valor mesmo não sendo nacionalmente reconhecida pelos órgãos de proteção. Podemos citar as cidades resistentes do Tocantins: Arraias, Paranã, Conceição do Norte, Natividade, Almas, Dianópolis, Monte do Carmo, Pedro Afonso e Tocantinópolis. (Quadro 1, terceira coluna).

Conforme um estudo sistemático e classificatório detalhados na obra de Palacin e Borges (1987), podemos verificar as cidades consideradas históricas pertencentes ao Estado de Goiás e Tocantins antes do desmembramento dos estados, visto na primeira coluna do quadro 1. A segunda e terceira colunas são as cidades históricas presentes nos territórios nos dias atuais de acordo com os autores Palacin e Borges (1987). Por meio de análises desses autores, podemos dizer que a história e memória das cidades presentes em território tocantinense supera as do território goiano, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 1- Relação das cidades históricas do antigo Norte Goiano (Tocantins) e Goiás na década de 80

Norte Goiano (Tocantins)	Goiás	Tocantins
Crixás	Crixás	Arraias
Pilar de Goiás	Pilar de Goiás	Paraná
Niquelândia	Niquelândia	Conceição do Norte
Traíras	Traíras	Natividade
Flores de Goiás	Flores de Goiás	Almas
Posse	Posse	Dianópolis
Cavalcante	Cavalcante	Porto Nacional

Norte Goiano (Tocantins)	Goiás	Tocantins
Monte Alegre de Goiás	Monte Alegre de Goiás	Monte do Carmo
Arraias		Pedro Afonso
Paranã		Tocantinópolis
Conceição do Norte		
Natividade		
Almas		
Dianópolis		
Porto Nacional		
Monte do Carmo		
Pedro Afonso		
Tocantinópolis		

Fonte: Borges e Palacin (1987), adaptado pela autora.

Ao observar detalhadamente o quadro anterior, terceira coluna, podemos verificar que o estado do Tocantins (antigo norte goiano), em termos quantitativos, apresenta um maior número de cidades históricas. Nesse sentido, Santos (2008, p. 173) assevera que “o lugar torna-se a testemunha da memória das coisas fixadas na paisagem criada, o que possibilita a consolidação e a produção de um espaço simbólico que reorganiza a cada instante os sentidos de objetos, lugares, pessoas e discursos”. Quando Santos (2008) menciona “coisas fixadas”, podemos associar as estruturas físicas presentes no território, ou seja, os bens materiais e monumentos que ainda resistem nas cidades históricas.

Neste estudo, trataremos o patrimônio como categoria de estudo, e a relação entre os perímetros delimitados pelo IPHAN como forma de interação entre a sociedade nativitana e a portuense. Para realização da pesquisa nas duas cidades tombadas do Tocantins, temos como referência a Poligonal de tombamento e seu entorno das cidades de Natividade e Porto Nacional, que consiste em uma delimitação no perímetro urbano, baseado em vários critérios como arquitetura, construções mais antigas, entre outras características mencionadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007).

O entorno da poligonal de tombamento trata-se de um traçado um pouco maior da poligonal de tombamento, apresentando algumas semelhanças na arquitetura. Ocupa-se de uma área que sofre uma descaracterização maior em virtude das políticas de preservação e conservação não serem efetivas.

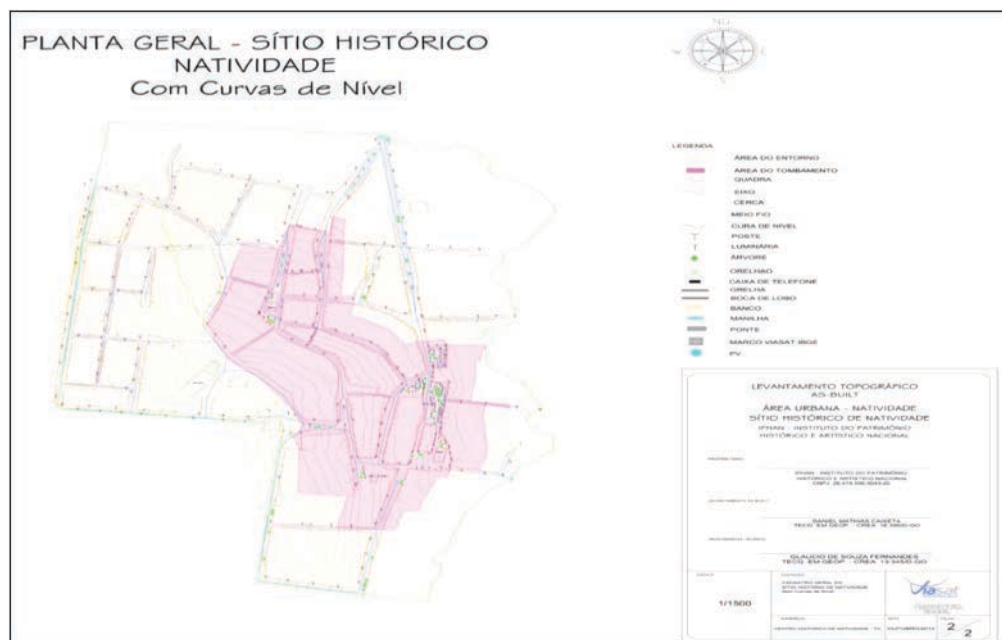
Nesse sentido, trata-se de entender um pouco mais sobre os bens arquitetônicos existentes no centro histórico em Porto Nacional e Natividade. Conforme Gomes (2013, p. 31-32),

Imagens sempre operam simultaneamente mostrando e escondendo coisas. Há, irremediavelmente, uma desigual atitude face ao fenômeno visual [...] o olhar percorre e não se fixa. Por isso, ver algo significa extraí-lo dessa homogeneidade indistinta do olhar [...] a diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo

visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual constituído pelo olhar.

Na citação anterior, o autor Gomes (2013) nos faz compreender a importância de se observar atentamente um fenômeno visual. Assim, na imagem seguinte, podemos realizar o exercício em observar com mais detalhes a área tombada do centro histórico de Natividade, assim como extrair algumas informações relevantes no que se refere às alterações sofridas ao longo dos anos nas duas cidades, Natividade (Figura 1) e Porto Nacional (Figura 2).

Figura 1 - Área de tombamento de Natividade/TO



Fonte: IPHAN, 2012. Editado por Ana Karoline Brito, 2019.

A figura anterior se refere ao perímetro tombado na cidade de Natividade e nos traz uma visão metodológica da área delimitada pelo IPHAN com a área de preservação e a área de entorno. Na Figura 1, podemos perceber no mapa a área destacada em rosa, que delimita o espaço tombado na cidade de Natividade. Nessa Planta do Sítio histórico da cidade de Natividade, podemos notar ausência de detalhes, tais como os nomes das ruas e a definição dos imóveis. A única informação legível está representada pelas quadras separadas pelo delineamento vermelho, mas não consta a quantidade de imóveis disponíveis em cada quadra. Assim, torna mais difícil a contabilização dos imóveis na área preservada e na área de entorno, sendo possível a identificação da área de entorno apenas pelo traçado verde disponível na legenda como meio de informação.

As definições quanto a poligonal de tombamento e a poligonal de entorno e suas diferenças podem ser vista com mais detalhes no material elaborado pelo Iphan (2010) intitulado a “normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas”.

Figura 2 - Área de tombamento de Porto Nacional/TO



Fonte: IPHAN, 2011.

A Figura 2 representa o perímetro tombado no Centro Histórico de Porto Nacional, destacando-se a poligonal de tombamento. Nessa figura representativa, podemos ver com mais detalhes as áreas correspondentes aos lotes de cada morador, a delimitação se torna transparente com a área de entorno e a área de tombamento (área preservada), demarcado pelo traçado vermelho.

Para identificação do imóvel e a possível preservação do patrimônio, torna-se primordial a riqueza de detalhes quanto a sua individualização, sendo um dos pré-requisitos para uma classificação de suas características e o possível controle dos órgãos de proteção local, caso haja algum tipo de alteração antrópica ou por ação do tempo.

Entende-se por espacialidade “um conjunto formado pela disposição física sobre este plano de tudo que ele contém. Corresponde, assim, ao resultado de um jogo de posições relativas de coisas e ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre este mesmo espaço” (GOMES, 2013, p. 17). Nesse sentido, Massey (2008, p. 97-98) afirma que,

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. A medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional.

Conforme a citação da autora Massey (2008), as duas cidades tocantinenses, com o decorrer dos anos, tiveram várias mudanças na paisagem e no espaço, em vários aspectos, como demolições, grandes construções em áreas de preservação ou até mesmo a descaracterização da arquitetura originária, resultando em uma interação entre o homem e a cidade. Nesse sentido, o tempo trouxe inovações para o futuro, notadas hoje em um espaço chamado presente, cheio de simulacros, evidenciando um patrimônio camuflado de novos instrumentos e de tecnologia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve descrição teve como pretensão a apresentação do objeto de estudo: as cidades históricas do Tocantins Natividade e Porto Nacional. Apresentamos um pouco da sua formação enquanto cidade, bem como o processo de povoamento e urbanização. Visto como a grande maioria das cidades do Tocantins, o processo migratório se deu pela exploração do ouro em meados do século XVIII.

As duas cidades patrimonializadas do Tocantins, Natividade e Porto Nacional, e as cidades resistentes Arraias, Paranã, Conceição do Norte, Natividade, Almas, Dianópolis, Monte do Carmo, Pedro Afonso e Tocantinópolis, foram denominadas para esta discussão, mas não aprofundamos. Com o decorrer dos anos, há várias transformações na paisagem, em vários aspectos, como demolições, grandes construções em áreas de preservação ou até mesmo a descaracterização da arquitetura originária.

Delimitar e discutir o patrimônio nas cidades patrimonializadas e cidades resistentes nos traz um desafio extremo em entender a dinâmica estabelecida em uma determinada época em que a cidade possuía atrativos para uma sociedade praticamente agrícola, e ao longo do tempo essa sociedade modernizou. Com essa modernização, os valores considerados antes estão se perdendo nos dias atuais, em virtude de uma demanda urbana que pouco conhece sua história e suas raízes. O estudo comparativo tem como objetivo final a manutenção e preservação do patrimônio nas cidades patrimonializadas e nas cidades resistentes do estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luiz. **Patrimônio histórico de Goiás**. 2. ed. Brasília, DF: SPHAN, 1987.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95 – 115, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COSTA, Everaldo Batista. Fundamentos de uma emergente Patrimonialização Global. **Geografia**, Rio Claro, v. 39, n. 2, p. 241-256, maio/ago. 2014.

COSTA; Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da humanidade: universalismo de um aponderamento territorial soberano. *In*: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Revista Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 31, 2012, p. 95-104. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74255/77898>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FLORES, Joaquim de Moura. **“Patrimônio”**: do monumento ao território. Porto: [s.n.], 1998. p.11-17.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

IBGE. **Cidades**: Natividade – TO. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama>. Acesso em: 5 fev. 2020.

IPHAN. **Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO**: Centro Histórico de Porto Nacional, notícia história. 2007.

IPHAN. **Normatização de cidades históricas**: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, DF: Iphan, [2010]. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020.

MASSEY, Doren. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO**. 2014. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890. Anápolis, GO: UEG, 2010.

RADAELLI, Vergílio Augusto. **Ouro de Natividade**: Estado do Tocantins. Goiânia: CPRM, 2000. (Informe de Recursos Minerais, Série Oportunidades Minerais - Exame Atualizado de Projeto, n.º 08).

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense**. 2008. 148f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/jeancarlosrodrigues.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson Francisco Barros dos A geografia política do Estado do Tocantins: Análise da criação/emancipação de municípios tocantinenses. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jul. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 174 p.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho *et. al.* **Natividade.** Brasília, DF: 1985, MEC-Pró-memória. (Série: Oito vertentes e dois monumentos da arquitetura brasileira; 1).

VELHO, Gilberto. Memória, cultura e sociedade. *In:* LEIBING, Annete; BENNINGHOFF-LUHL, Sibylle (orgs.). **Devorando o tempo:** Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001. p. 10-11.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO NO TOCANTINS

Marianna Cardoso⁴

1. INTRODUÇÃO

Ainda que o processo de patrimonialização dos bens materiais imóveis no âmbito federal seja estruturalmente moderno em suas concepções originárias, como estuda Cavalcanti (2000), a realidade dos tombamentos das edificações construídas após os anos 1940 destoa do ideário inicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁵. As políticas nacionais voltadas à preservação da arquitetura moderna são incipientes quando comparadas aos conjuntos da colonização, do Império e da República Velha. Rocha (2011) mostra que apenas catorze projetos modernos foram tombados pelo IPHAN por volta da virada do milênio, contra dezenas de obras sacras, fortificações, residências e outros programas até era Vargas.

Se a proteção da herança moderna é escassa em nível territorial, na região Norte a situação é mais dramática. Em um cálculo feito com dados fornecidos pela Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2019) do IPHAN, é possível notar que apenas 2,5% dos conjuntos arquitetônicos e edificações tombados na atualidade estão nos estados nortistas. Desse universo, não há nenhum edifício considerado moderno.

Nas esferas estadual e municipal, o cenário não é muito diferente. No Tocantins, há apenas duas edificações consideradas modernas tombadas pelo governo estadual. Elas estão inscritas na Lei n. 431, de 28 de julho de 1992, que protege, entre outros prédios, as primeiras sedes dos poderes executivo e legislativo do novo Estado, popularmente conhecidas como “Antiga Assembleia” e “Palacinho”, respectivamente. Em relação à prefeitura da capital, os instrumentos de preservação e de tombamento não foram até o momento aplicados aos bens modernos em Palmas.

Em termos simplificados, memorando Riegl (2016), pode-se interpretar que a complexidade da proteção da arquitetura moderna gira principalmente em torno da tensão do valor histórico e do valor estético das referidas obras. As construções recentes padecem de uma falsa impressão de ausência de historicidade complementada pela expressividade artística do presente banalizada pelo cotidiano. De forma que proteger o que foi produzido há pouco tempo, “o quase contemporâneo”, é um ato desprovido de sentido com nuances de irresponsabilidade tecnocrática.

A questão não é culpabilizar o modelo preservacionista vigente e malquistar os atores envolvidos do desenvolvimento dessas políticas. Trata-se de resignificar o sistema. E, nesse sentido, é preciso expor a importância de se proteger essa produção, seja pela ótica do histórico, do estético, da singularidade, ou entre outras lentes.

Para tanto, como em todo estudo patrimonial, a primeira etapa metodológica é o inventário. Conhecer a história edificada é fundamental para a preservação não somente da arquitetura moderna como também da memória e da cultura material de um povo. O presente artigo visa a expor alguns resultados da pesquisa sobre as obras advindas dos processos de modernização no Tocantins, almejando responder essencialmente o seguinte questionamento: temos uma arquitetura moderna “tocantinense”?

2. MODERNIDADES ARQUITETÔNICAS PLURAIS

2.1. ARQUITETURAS DA MODERNIZAÇÃO (1958 - 1989)

Considerando que o território do antigo norte goiano corresponde ao atual estado do Tocantins, parte-se do pressuposto de que não é anacrônico nem indulgente afirmar que os edifícios presentes na atual circunscrição federativa se renovam em naturalidade e possessão. Isto posto, o processo efetivo de ocupação da antiga capitania de Goiás a partir do século XVIII, Boaventura (2007), lega para os dias atuais reconhecidos conjuntos urbanos e arquitetônicos estilísticos aos moldes coloniais. As primeiras cidades no norte goiano, como Arraias, Dianópolis, Monte do Carmo, Natividade, Paranã, Porto Nacional, Tocantínia, Tocantinópolis, entre outras, possuem inquestionáveis resquícios da riqueza arquitetônica de um passado de possessão portuguesa. Nesse contexto, destacam-se especialmente o conjunto arquitetônico/urbanístico/paisagístico de Natividade, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios em Arraias, o núcleo histórico de Porto Nacional e o conjunto de casas pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins – IFTO em Dianópolis.

A arquitetura após esse período contudo não é reconhecida como histórica. Os edifícios erguidos após a campanha Marcha para Oeste (1938) e da construção da BR-153 por Juscelino Kubitschek (1958) são desconhecidos pela historiografia da arquitetura. Apesar dos impulsos de modernização na década de 1940, é somente depois da fundação da rodovia BR-153 que as construções tipicamente modernas aparecem no atual Tocantins. A intensa urbanização em torno da estrada provoca o desenvolvimento e a fundação de novos núcleos de povoamento, tais como Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Guaraí, entre outros. As novas dinâmicas urbanas transformam radicalmente as formas de construção e os padrões estéticos vigentes.

A taipa e o adobe cedem lugar ao concreto armado e às estruturas metálicas. O racionalismo estrutural substitui gradualmente as estruturas portantes habituais. Programas de edifícios inéditos – rodoviárias, aeroportos, hospitais, grupos escolares, estádios, ginásios, mercados, agências bancárias etc. – passam a ser implantados nas cidades recém-inauguradas e substituem aos poucos os prédios das vilas tradicionais. Cobogó, *brise-soleil* e linhas ortogonais moduladas precisamente criam composições que complementam a aparência das volumetrias emergentes. A modernidade arquitetônica chega ao território setentrional do antigo Goiás com a mesma velocidade dos carros na estrada que a impulsionaram.

Uma das primeiras e singulares experiências modernas é a construção do Hotel JK na Ilha do Bananal. Em razão da construção de Brasília em 1960, Juscelino Kubitschek decide construir um balneário para lazer próximo a nova capital federal voltado à elite brasiliense. A região do Bananal é escolhida para a implantação do complexo, atualmente nas proximidades do município de São Félix do Araguaia. Segundo Trevisan e outros (2014), o plano do balneário um projeto atribuído à Oscar Niemeyer, tem como programa uma residência oficial da presidência um hotel de nível internacional (fig. 1), um hospital, uma pista de pouso e até mesmo um projeto urbano para uma área residencial.

Figura 1 – Hotel JK



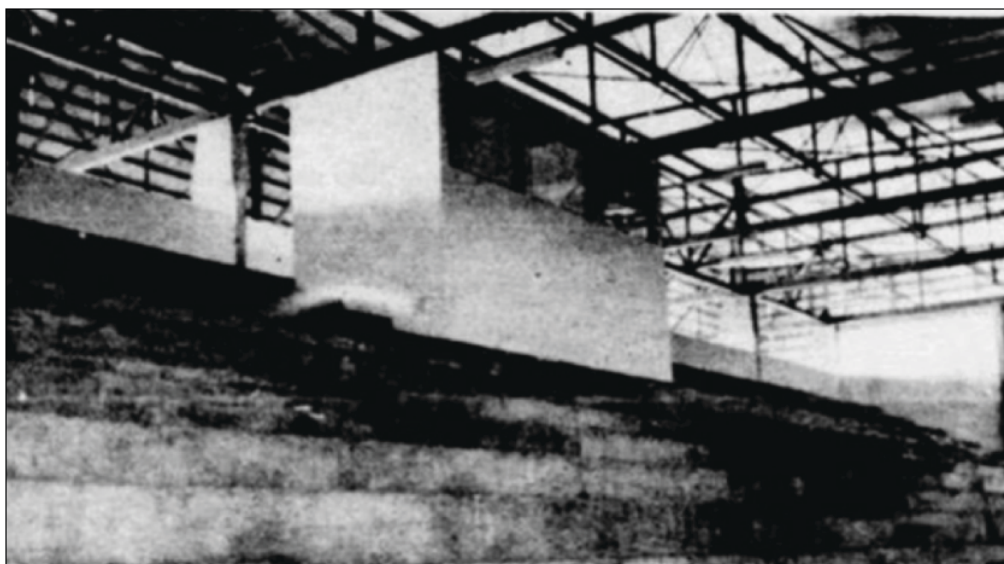
Fonte: Museu da Fotografia Documental – MDF

Entretanto problemas de gestão do empreendimento ocasionam o encerramento das atividades hoteleiras, e os edifícios foram abandonados lentamente após o Golpe Militar em 1964. As estruturas se degradam com o passar do tempo, e um incêndio nos anos 1990 arruína os poucos prédios restantes. Ainda que falte sua natureza material, o Hotel do Bananal é, sem dúvida, um importante patrimônio urbano-arquitetônico moderno na região.

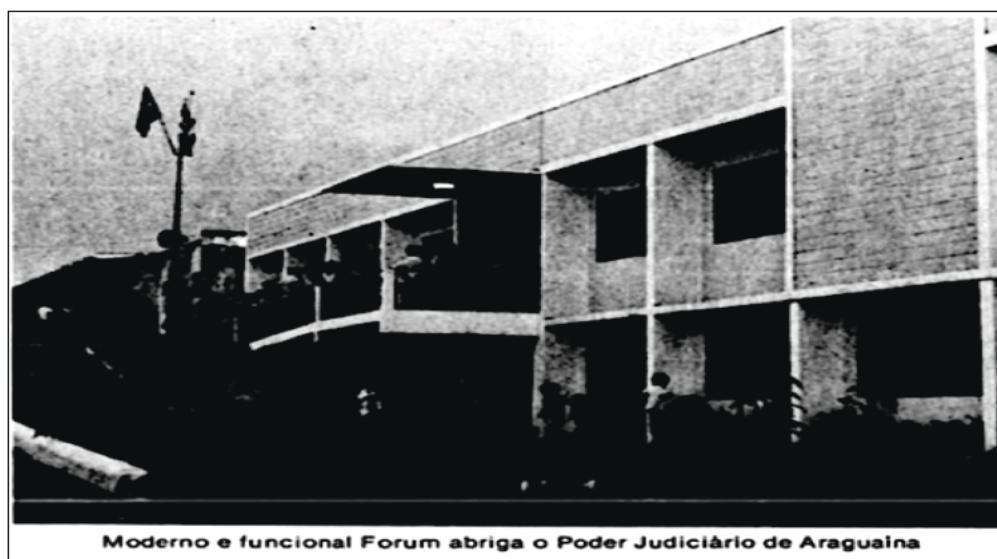
Se nos anos 1960 temos o início das primeiras construções modernas, é a partir da década seguinte que se registram as inaugurações em massa. Entre 1970 e 1990, podemos constatar um número expressivo de prédios recentemente erguidos em diversas cidades. O mapeamento da pesquisa, que está em sua fase inicial, baseou-se em publicações da mídia local. Em uma primeira análise, pode-se perceber que muitos desses edifícios não existem mais, ou sofreram significativas modificações estruturais. Outros, no entanto, permanecem conservados. Seja qual for o caso, um inventário mais específico espera para ser realizado.

Apontam-se, assim, alguns resultados preliminares da pesquisa com menção a alguns exemplos. Em Araguaína, tem-se o maior conjunto de obras levantadas. Para citar apenas algumas, o estádio municipal, as unidades escolares Marechal Rondon e Setor Anhanguera, e a rodoviária datam de 1979. O aeroporto do mesmo ano é a fusão da modernização com as técnicas tradicionais, expressas principalmente na cobertura de duas águas em telhas de barro. O mercado de 1980, “o maior de todo norte goiano, quiçá do Estado” (JORNAL DO TOCANTINS, 1980, p.7), revela um programa moderno. O Ginásio em construção em 1982, com capacidade para 3.500 pessoas, é feito com estruturas metálicas (fig. 2). O fórum é anunciado como “moderno e funcional” (JORNAL DO TOCANTINS, 1979, p.7) (fig. 3). O posto da Telegoiás (fig. 4) mostra conexões ligadas ao brutalismo, com destaque aos brise-soleils amarelos. A sede do SENAI integra o conjunto, em que suas proteções solares horizontais compõem a fachada do bloco administrativo.

Figura 2 – Sistema estrutural de vigas metálicas no Ginásio de Araguaína



Fonte: Jornal do Tocantins, 1979.

Figura 3 – Fórum de Araguaína

Fonte: Jornal do Tocantins, 1979.

Figura 4 –Telegoiás em Araguaína

Fonte: IBGE, 1983.

Em outros municípios, embora haja pouca documentação, os novos edifícios são também concretizados. Em Gurupi, o mercado e ginásio são destaques nos jornais, ao mesmo tempo que a sede da Antártica prova que as empresas privadas adotam igualmente a linguagem moderna. Esse é o caso da TOBASA em Tocantinópolis, com seu inovador complexo industrial de beneficiamento do babaçu dos anos 1970. O Banco da Amazônica – BASA simboliza a modernidade em suas agências, como em Guaraí. Em Porto Nacional, a antiga Organização de Saúde de Goiás (OSEGO) opta pela arquitetura modular, pelos elementos vazados e por um funcionalismo programático no projeto do hospital. Existente também em Araguaína, os exemplares hospitalares são a expressão na nova estética (fig. 5). Seguindo o mesmo padrão, uma outra unidade de saúde datando de 1978 é construída em Peixe.

Figura 5 – Montagem com os Hospitais da Osego de Porto Nacional e Araguaína

Fonte: Jornal do Tocantins, 1980.

Esses são alguns poucos exemplos arquitetônicos de um período que não reconhece sua própria modernidade edificada: plural e múltipla como no restante do País, conforme expõe Segawa (2002). Com a nova etapa da modernização do território no fim dos anos 1980 em razão da institucionalização do estado do Tocantins, uma outra arquitetura moderna é instaurada. As construções não são agora somente novas, mas se tornam verdadeiros símbolos políticos da unidade federativa nascente.

2.2. ARQUITETURAS DA NOVA CAPITAL (1989 - 2001)

Em seu amplo espectro, a arquitetura em Palmas pode ser classificada em dois grandes grupos: os edifícios institucionais da fundação da cidade e as experimentações formais que ocorreram paralelamente ao primeiro conjunto.

O plano da capital e as construções institucionais iniciais são projetadas pelo escritório goiano GrupoQuatro. A empresa é fundada em 1974 por Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Solimar Neiva Damasceno, Walfredo Antunes de Oliveira Filho e Walmir Santos Aguiar, como detalha Rezende (2019). As obras feitas pela firma primam pelo uso de diretrizes projetuais e construtivas elementares, dada a necessidade de responder aos inúmeros desafios postos pelo clima quente do local, trabalhadores pouco especializados e os apertados prazos para entrega das obras.

O primeiro prédio inaugurado é o Palacinho, em 1989 (fig. 6). O pavilhão rústico sobre pilotis com generosa varanda é implantado no alto de uma colina e vira a sede provisória do Estado. A edificação possui dois pavimentos em madeira e assemelha-se ao Catetinho (1956) de Oscar Niemeyer. Mas, diferentemente da primeira residência do presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, o Palacinho tem a área do térreo mais ocupada. Ele também não é tão longilí-

neo como o prédio candango, e sua cobertura em quatro águas remete à arquitetura vernacular. Uma unidade semelhante é construída nas proximidades para abrigar a Assembleia Legislativa. As duas edificações foram restauradas e tombadas pela Lei n. 431 de 1992. Atualmente a antiga Assembleia está em ruínas.

Figura 6 – Palacinho (1989), Palmas.



Fonte: Thenes Pinto, 1989.

No início dos anos 1990, enquanto os servidores do novo governo trabalhavam em estruturas provisórias em madeira, o escritório GrupoQuatro projeta todo conjunto institucional. Os prédios são desenhados por diferentes arquitetos que se associam e ou que já compõem a firma goiana. Ernani Vilela, Maria Luci da Costa, Manoel Balbino de Carvalho Neto, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, uma massa de desenhistas e outros profissionais correm contra o tempo para garantir o desenvolvimento dos projetos no curto prazo estipulado. As obras mais importantes se localizam na Praça dos Girassóis, no coração do plano urbanístico. Nesse local, o Palácio Araguaia (sede do executivo), a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça fazem a triângulo perimetral dos três poderes do Estado. Doze secretarias iguais se distribuem paralelas no entorno da praça. Um museu e uma catedral previstos na ideia original não são excetuados. Por fim, todo o complexo é abraçado por um projeto paisagístico inovador vencedor de um concurso nacional lançado em 1992 assinado pelo escritório carioca Arqplant.

O GrupoQuatro também se ocupa da sede municipal, de escolas modelos, de centro de saúde e até de um ginásio de esporte em Taquaralto. Enquanto alguns projetos não são executados, como o campus universitário e as secretarias do município no Paço, outros marcam a paisagem do cerrado desnudo, a citar o Tribunal de Contas e a Delegacia Fiscal.

Mesmo sendo tipologias distintas, o GrupoQuatro define que todos os edifícios institucionais do Estado adotem os ladrilhos cerâmicos para o revestimento das fachadas. O uso dos “tijolinhos”, que sempre fez parte da arquitetura moderna desde os anos 1930, também participa da realidade arquitetural brasileira, especialmente nos anos 1980, como expõe Segawa (1988). As cerâmicas são elementos constante nas produções arquitetônicas como alternativa à estética dominante do concreto armado, conforme nos lembram Bastos e Zein (2011). No início da “década perdida”, a adoção do tijolo na arquitetura em nada remetia às ações de protesto em

defesa do canteiro, uma vez que “as motivações eram outras, mais pragmáticas e circunstanciadas: alternativas para habitação popular; pesquisas em torno da identidade, tanto para determinado programa quanto para determinado lugar” (BASTOS E ZEIN, 2011, p. 212). Nessa perspectiva, em Palmas, a utilização das cerâmicas nos revestimentos dos edifícios intentava uma **identidade** para um **lugar** (fig. 7).

Figura 7 – Palácio sede do executivo em construção; os revestimentos cerâmicos cobrem todos os edifícios institucionais proporcionando sentimento de identidade e simbolismo no novo estado



Fonte: Revista Manchete, Bianchi, 1991.

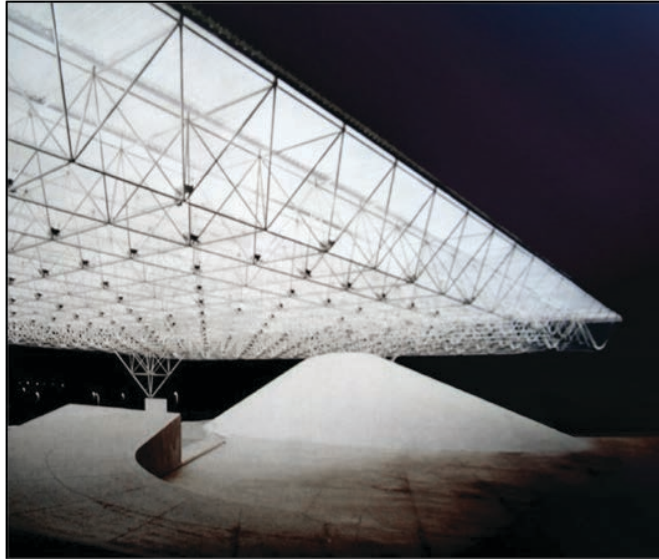
Seguindo essa identidade “tocantinense”, outros prédios adotam o padrão das cerâmicas. A Escola de Ensino Médio, projeto de Edison Eloy de Souza e Pedro Lopes Jr (1993), é um dos maiores complexos escolares da capital. Os pavilhões possuem coberturas com beirais e primam pela ventilação cruzada e conforto ambiental. O Hospital Geral de Palmas de Jarbas Karman e Domingos Fiorentini repetem, em 1997, o padrão das cerâmicas nas fachadas, bem como inclui coberturas inclinadas em telhas de duas águas.

Enquanto a estética institucional do “tijolo” é posta em cena, outras experiências marcam um momento de inflexão na trajetória da arquitetura identitária. O Laboratório Central de Saúde Pública do Tocantins (Lacen-TO), de autor desconhecido, construído em 1994, mostra o brutalismo do concreto aparente. O Tribunal Regional Eleitoral (1997) de Edison Eloy de Souza e Pedro Lopes Jr e a Delegacia da Receita Federal (1998) de Sergio Teperman oferecem uma solução estética alternativa para os prédios governamentais. O Terminal Rodoviário de Edison Eloy de Souza com uma estrutura de cobertura de 30m de vão central e 15m de balanços laterais em formas elípticas é um marco técnico projetado em 1992.

Em 1996, o Espaço Cultural de Paulo Henrique Paranhos marca a paisagem com um edifício sob uma cobertura distribuída em quatro apoios que sustentam uma extensa estrutura metálica de treliças espaciais (fig. 8). No nascer do novo milênio, é inaugurado o Memorial Coluna Prestes, de Oscar Niemeyer. O edifício de 2001, projetado nos anos 1990, é uma adequação de

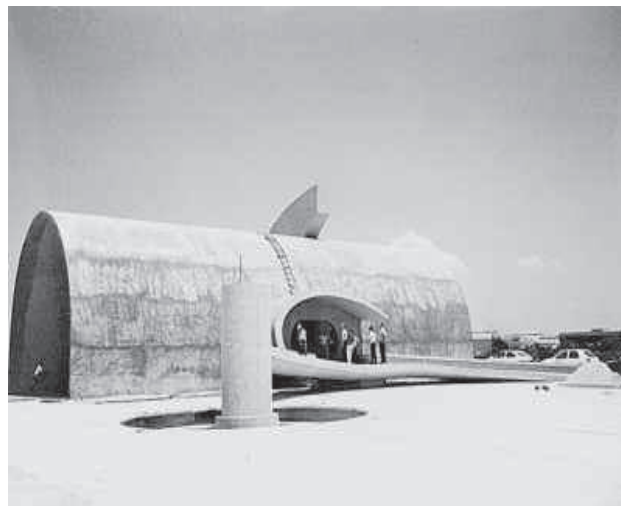
um outro projeto destinado para a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Em forma de abóboda de berço monocromático (fig. 9), o bloco é inserido no conjunto da Praça dos Girassóis. O pequeno museu, ao mesmo tempo que cria uma oposição estética com os prédios circundantes, se destaca pela assinatura de seu autor, considerado o mais importante arquiteto brasileiro.

Figura 8 – Espaço Cultural de Palmas - 1995



Fonte: Arquivo pessoal do Escritório Paulo Henrique Paranhos.

Figura 9 – Memorial Coluna Prestes – 2001



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

No século XXI, Palmas cresce e se verticaliza. Na sucessão dos primeiros anos, várias arquiteturas com linhas mais contemporâneas surgem e englobam todas as tipologias. A verticalização acelerada risca o *skyline* palmense com alturas incongruentes exibindo projetos de muitas vezes qualidade questionável. Em meio a essa efervescência da cidade balzaquiiana, o patrimônio da primeira década é ameaçado. Modificações, extinções, anexos sem planejamento, e até um incêndio. Como resguardar os bens materiais próprios do patrimônio cultural do Tocantins?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Conhecer para preservar”. Esse é o nome de um importante projeto lançado pelo governo do Tocantins nos anos 1990. Dividido em duas etapas, a empreitada consistia em levantar e registrar os edifícios mais representativos e históricos do novo Estado. Esse inventário arquitetônico elaborado pela Coordenação do Patrimônio Histórico Cultural percorreu, entre 1996 e 1998, várias cidades tocantinenses em busca da herança edificada. As fichas elaboradas pelos pesquisadores centravam o olhar nos exemplares coloniais, e poucas edificações com ares mais modernos se sobressaem, como o Mercado de Tocantinópolis e o Palácio São Vicente em Araguatins.

Passados vinte anos, um novo inquérito arquitetônico se faz urgente e necessário⁶. Basta recordar que ainda nos anos 1930 Lucio Costa advogava em prol da “Documentação Necessária” para o conhecimento das raízes da cultura arquitetônica de um povo. No Tocantins dos dias de hoje, a base cultural é antiga colonial, mas também moderna. E, se para preservar é preciso conhecer, “cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido” (COSTA, 1937, p. 39).

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria. A. J.; ZEIN, Ruth. V. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BIANCHI, Ney. O sonho amazônico do terceiro milênio. **Revista Manchete**. Edição 2030, p. 92-97, mar., 1991.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARDOSO, Marianna G. P.; REIS, Patrícia O. B. Arquitetura em Palmas – TO: Considerações sobre uma modernidade extemporânea. **Anais... I SAMA – Seminário de arquitetura moderna na Amazônia**, 2016. Disponível em: <https://nucleoama.weebly.com/seminars.html>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC/Ipphan, 2000.

COSTA, Lucio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, 1937

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento**, 2019

JORNAL DO TOCANTINS. **Goiás: Biblioteca Nacional**, 1979 a 1987.

⁶ Nesse sentido, uma das ações partiu do Núcleo Arquitetura Moderna na Amazônia (NAMA). Criado em 2016, o grupo reúne pesquisadores da Amazônia Legal para, entre outras coisas, identificar os conjuntos modernos desconhecidos nos nove estados da região. Após quatro anos, um material considerável de pesquisa foi gerado. Parte dos trabalhos são publicados anualmente nos seminários (o SAMA) e no periódico do núcleo, a Revista Amazônia Moderna da editora da Universidade do Federal Tocantins.

MERCADO Municipal uma obra do agrado geral. **Jornal do Tocantins**, 28/03 a 04/04/1980, Edição 27, Araguaína - Goiás, p.7.

OBRAS que serão inauguradas hoje por Quinta e Ary Valadão. **Jornal do Tocantins**, 14/11/1979, Edição 27, Araguaína - Goiás, p.7.

REZENDE, Mayara D. S. **Grupoquatro**: trajetória profissional na arquitetura e no urbanismo (1972-1990). 2019. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments sa nature et ses origines**. Tradução Matthieu Dumont e Arthur Lochmann. Paris: Allia, 2016.

ROCHA, Mércia Parente. **Patrimônio arquitetônico moderno**: do debate às intervenções. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SEGAWA, Hugo (org.). **Arquiteturas no Brasil/Anos 80**. São Paulo: Projeto, 1988.

SEGAWA, Hugo (org.). **Arquiteturas no Brasil**. 1900-1990. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

TOCANTINS. **Lei n. 431, de 28 de julho de 1992**. Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/6689.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

TREVISAN, Ricardo; DE PAULA, Júlia Solléro; BARRETO, Caroline N. Cavalcante; MAGALDI, Natália Bomtempo. Operação Bananal, do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais...** Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/operacao-bananal-do-dominio-territorial-ao-balneario-esquecido-brasilia>. Acesso em: 3 jul. 2019.

TEMPO DE PENTECOSTES NA CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL: NATIVIDADE/TO

Noeci Carvalho Messias⁷

1. INTRODUÇÃO

O que apresento aqui é um recorte da minha tese de doutorado, intitulada *Religiosidade e devoção: as Festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, Tocantins*. Naquela pesquisa, busquei mostrar as experiências cotidianas de fé e devoção praticadas, anualmente, pelos moradores de ambas as cidades.

Neste texto, mostrarei a popularidade da Festa do Divino Espírito Santo, de Natividade, bem como o apreço dos devotos em festejar e louvá-lo.

De acordo com as narrativas orais, a Festa do Divino Espírito Santo em Natividade é uma prática cultural realizada, anualmente, atraindo milhares de pessoas, motivadas por um sentimento comum, em que os devotos agradecem as graças recebidas e pedem proteção e outras bênçãos. E, assim, todos os anos, o evento estimula o deslocamento de diversas pessoas para participar da festa. Dentro desse contexto, um aspecto importante desses festejos é a hospitalidade e disponibilidade dos moradores locais para acomodarem em suas casas familiares, amigos, conhecidos e até mesmo pessoas desconhecidas.

Alguns teóricos como Moraes Filho (1979), Enes (1998) e Schwarcz (2001) salientam que o culto ao Divino teve origens em Portugal. Nas homenagens festivas ao Divino Espírito Santo em Natividade, diversas evidências dialógicas com os tempos de outrora podem ser observadas, com aquelas realizadas em além mar. A exemplo da coroação do imperador e da imperatriz, que são conduzidos em cortejo pelas ruas da cidade, conforme pode ser visualizado nas imagens 1 e 2; e os fogos de artifícios e a distribuição de comidas. Isto é, a simbologia dos rituais designados ao imperador e à imperatriz, com as vestimentas em vermelho e branco, transportando as insígnias (coroa, cetro), reforçam essa assertiva de conexão com as origens lusitanas.

Observa-se que essa festividade religiosa consiste em um elemento condensador de sentidos, que foram apropriados e ressignificados ao longo do percurso histórico, configurando-se em uma importante prática de fé, devoção e sociabilidade para os nativitanos, e uma referência identitária do povo tocantinense.

Figura 1 – Dia de Pentecostes – imperador e imperatriz do Divino paramentados na ocasião do cortejo, em Natividade – 2009



Fonte: Acervo Noeci Carvalho Messias, 2009.

Figura 2 – Dia de Pentecostes – imperador e imperatriz do Divino paramentados na ocasião do cortejo, em Natividade – 2015



Fonte: Acervo Noeci Carvalho Messias, 2015.

2. NATIVIDADE: O TOMBAMENTO DE UMA CIDADE DE SINGULAR IMPORTÂNCIA NO INTERIOR DO BRASIL

As ruas tortuosas, os becos estreitos e os rústicos casarios coloniais da cidade de Natividade no estado do Tocantins remetem ao século XVIII. Tanto as informações históricas quanto as narrativas orais locais mencionam que o antigo arraial de São Luis⁸, situado no antigo norte goiano, foi fundado em 1734, por Manoel Feraz de Araújo (MATOS, 1979, p. 127), tendo sua origem no Alto da Serra Olhos d'água, conhecida popularmente como Serra de Natividade.

Circundados pela beleza rara da serra que retrata a história de tempos de outrora, em 1987, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) reconheceu essa cidade como patrimônio cultural do Brasil, inscrita nos Livros do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O despacho do Ministro da Cultura sobre o ato de homologação desse tombamento foi publicizado no Diário Oficial de 14 de julho de 1987:

Nos termos da lei nº 6.292 de 15 de novembro de 1975, e para os efeitos do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, homologou o tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade, Goiás, a que se refere o Processo nº 1.117-T-84/SPHAN. Ministério da Cultura, Ministro Celso Monteiro Furtado (BRASIL, 1975, *online*).

O processo desencadeado para a efetivação do tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade de Natividade teve uma longa trajetória. Segundo o documento Informação nº 79/85, o pedido de tombamento foi baseado na Propositura nº 1519, de 15 de junho de 1983, de autoria do Deputado Estadual Maranhão Jupiassú. Na propositura, o deputado ressalta a importância de Natividade como marco representativo, em Goiás, das cidades do ciclo do ouro. O caminho percorrido para o reconhecimento do título de patrimônio cultural pode ser certificado por meio de diversos documentos que compõem o Dossiê de Tombamento Federal pela então Sphan, tais como ofícios, atas de reuniões, relatórios, entre outros, que demonstram justificar a necessidade de tal instrumento de proteção⁹.

Em um desses documentos, intitulado Informação n.º 89/86, sobre o tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade de Natividade, datado de 25 de junho de 1986, o diretor da DTC/SPHAN, Augusto C. da Silva Telles, menciona que ficou plenamente de acordo com a proposta de tombamento da referida cidade. O diretor argumenta que o seu aval estava embasado na extensa documentação fotográfica, gráfica e histórica, elaborada pelos técnicos da 8ª Diretoria Regional da Sphan, pelas técnicas historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva e arquiteta Helena Mendes dos Santos. Estas propunham para tombamento trecho significativo do centro urbano da cidade de Natividade, Goiás, e igualmente os vestígios ainda existentes das antigas minerações na vertente Oeste da Serra de Natividade:

[...] Julgamos da maior importância este tombamento, no sentido de tratar de acervo característico de uma arquitetura vernacular produzida na área longínqua do interior do Brasil, onde toda uma arquitetura “ingênua”, de gosto popular, foi produzida. Ao mesmo tempo, propõe-se a preservação dos vestígios de extensas obras relacionadas às primeiras minerações, dos séculos XVIII e XIX, que ainda não foram estudadas, mas que mostram, pelos restos ainda existentes,

terem sido construídas de obras civis de vulto, barragens, canais, e moradas, provavelmente de escravos (IPHAN, 1987a, *online*).

O argumento explícito, em trecho do documento, ressaltando a singular importância de Natividade, foi também exposto em outro documento, quando o relator do processo de tombamento, Gilberto Velho, salientou que essa cidade desempenhou importante papel na história do antigo Norte goiano. Trata-se de uma Ata da 124ª reunião do Conselho Consultivo/SPHAN, realizada no salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1987, lavrada pela secretária Elena Pinto Ribeiro:

[...] Foi passada, então a palavra ao conselheiro Gilberto Velho, relator do processo nº 1.117-T84, referente ao tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico da cidade de Natividade, estado de Goiás. O conselheiro Gilberto Velho iniciou dizendo tratar-se de um pedido de tombamento feito pela Assembleia Legislativa e considerado plenamente justificável, segundo os pareceres técnicos da SPHAN. Elogiou a competência dos mesmos e prosseguiu dizendo que Natividade teve importante papel na história da região, ligada ao ciclo da mineração e do gado e que o conjunto arquitetônico expressa essa importância, pois embora modesto, é definido como significativamente homogêneo nos pareceres técnicos. O conselheiro enfatizou a importância, cada vez maior, do significado da definição do entorno que estabelece, neste caso, de maneira dramática, as vinculações da área urbana com o meio ambiente natural da serra da Natividade, explicitando, claramente a relação do fator sócio-cultural com a geografia e com a ecologia, através da atividade econômica, e com a história. Continuou, ainda, dizendo que Natividade parece ser excelente exemplo de tombamento que leva em consideração a complexidade do sistema natureza e cultura, nos diferentes níveis (IPHAN, 1987b, *online*).

Com o título de patrimônio cultural do Brasil, a partir daquele momento, várias ações de restauração foram executadas, com vistas à proteção e salvaguarda do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Natividade. Tais ações ganharam novas atenções, a exemplo das ações de restauração dos prédios, praças e ruas do centro histórico, por intermédio do Programa Monumenta, no período de 2007 a 2009, favorecendo a recuperação de prédios públicos e privados.

Os moradores de Natividade participam o ano inteiro de celebrações, festas e folguedos, que simbolizam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, entretenimento e da vida cotidiana. Há inúmeros exemplos de celebrações e manifestações culturais realizadas no espaço urbano e no entorno da cidade, que expressam referências identitárias locais e regionais de significativa importância. De acordo com as narrativas dos moradores locais, a Festa do Divino Espírito Santo é a mais representativa.

3. FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: UMA MANIFESTAÇÃO POPULAR DE ALÉM-MAR

O culto em louvor ao Divino faz parte da tradição de manifestações religiosas na Europa medieval. Após a queda do Império Romano, constituiu-se em Portugal uma tradição em que um imperador era escolhido entre o povo para fazer a festa. A origem dessa celebração divide os estudiosos do tema. Mello Moraes Filho (1979, p. 43) informa que, em Portugal, a festa teria sido instituída pelo Rei D. Dinis e a Rainha Isabel, em Alenquer, no século XIII, com o objetivo de angariar fundos para a construção da Igreja do Divino, naquela localidade. Outros estudiosos argumentam que a Rainha Isabel fez a promessa visando a propagar a devoção ao Divino, em Portugal e em todas as suas colônias, após o término da guerra contra a Espanha. Por sua vez, Enes (1998) afirma que, na perspectiva histórica, pouco se avançou em relação às origens do culto ao Divino em Portugal. Baseada em fontes documentais, a autora trabalha com a hipótese de que o louvor ao Espírito Santo seja anterior à Rainha Santa e à introdução do rito do império, estabelecendo uma ligação entre a atuação religiosa de franciscanos e a introdução do culto do Divino Espírito Santo no território luso:

Compreende-se que estes factores convergissem no pensamento de Jaime Cortesão para a seguinte hipótese: o rito da coroação do Imperador e de dois reis, com que a Rainha Santa em 1323 na sua cidade de Alenquer inovou a festa do Espírito Santo ‘se deveu a franciscanos, de tendência espiritual, e que a Rainha a quem aquele culto de família e as cerimônias próprias lisonjeavam o tenha favorecido’ (ENES, 1998, p. 130).

A mesma autora, ao citar Jaime Cortesão, mostra que a devoção ao Espírito Santo ocupa significativa importância na história portuguesa:

[...] desde os primórdios da colonização do arquipélago dos Açores, em meados do séc. XV, o culto do Espírito Santo, sob a forma de Império, se mantém ali com a intensidade de uma crença quase exclusiva. Nos Açores se criou o prolóquio: a cada canto seu Espírito Santo. Não há no arquipélago, por assim dizer, cidade, vila, bairro ou rua, que não tenha o seu Império. O mesmo aconteceu, ainda que em forma mais acentuada, nos dois primeiros séculos da colonização, na ilha da Madeira. Quer dizer: o povo português, que durante o século XV colonizou aqueles dois arquipélagos, pertencia àquilo a que podemos chamar, na história religiosa em Portugal, a *época de Pentecostes* (ENES, 1998, p. 132).

Andrade (1999, p. 356) assinala que, na Ilha de Porto Santo, Portugal, a devoção dedicada ao Divino constitui-se em um dos cultos de maior tradição e, “no que se refere à vertente profana, é a festa mais forte”. A autora menciona que outrora a Festa do Divino atingia grande solenidade, contudo “hoje sofreram acentuadas alterações”, e que, apesar das mudanças, tais festividades “continuam a ter um grande acolhimento e revestem-se de especial significado na espiritualidade destes ilhéus.”

Moraes Filho (1979) e Schwarcz (2001) acentuam que, até o ano de 1855, nenhuma festa popular no Rio de Janeiro foi mais atraente, mais alentada de satisfação geral como a do Divino. Reza a tradição que José Bonifácio, o artífice da Independência do Brasil, preferiu o título de imperador ao de rei, ao jovem monarca, devido à popularidade da Festa do Divino, uma vez

que há tempos a população elegia anualmente um Imperador do Divino. Os autores anteriormente referendados salientam que esse imperador tinha diante da comunidade religiosa o poder equiparado ao imperador oficial, sendo uma das suas atribuições prover seus seguidores com comidas no dia da festa em homenagem ao Divino Espírito Santo, ação revestida de um significado muito importante. Para Zaluar (1983), a origem da festa do Divino é conferida à Rainha Santa Isabel, que repartia comida aos pobres sem autorização do rei, ocultando para isso a comida na sua roupa.

A pesquisa da historiadora Martha Abreu (1999) revela a importância que o *Império do Divino* logrou no início do século XIX, no Rio de Janeiro. Segundo a autora, a concepção de império está associada ao contexto político e histórico em que vivia o Brasil naquele momento:

Dos primeiros tempos, a Festa do Divino, na então capital de uma verdadeira corte imperial, guardava os principais símbolos rituais da festa portuguesa e europeia: as folias, a coroação de um imperador e o império; as comemorações profanas junto com os atos religiosos, a fartura dos alimentos vendidos ou leiloados na festa e uma preocupação genética com os pobres da cidade (não só os filiados à irmandade) (ABREU, 1999, p. 41).

Segundo Moura (2003), a Festa do Divino Espírito Santo, além do aspecto “sagrado”, é uma forma também de exaltar o poder do imperador como representante de Deus na Terra. O autor destaca que, no imaginário dessas celebrações, os imperadores europeus, pela graça do Divino Espírito Santo, eram representados como justos, caridosos, inteligentes e ricos. Daí, por exemplo, no cortejo do império, a farta distribuição de comidas, bebidas e queimas de fogos de artifícios.

O fato é que durante o século XVII as cerimônias em homenagem ao Divino Espírito Santo espalharam-se pelas colônias portuguesas, entre elas, o Brasil, constituindo-se em uma das principais manifestações da religiosidade popular praticada na cidade de Natividade.

4. FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: UMA REFERÊNCIA DO POVO NATIVITANO

De acordo com as narrativas orais, a Festa do Divino Espírito Santo em Natividade é uma prática cultural realizada há mais de duzentos anos. Todos os anos, a festa atrai milhares de pessoas, motivadas por um sentimento comum, em que os devotos agradecem as graças recebidas e pedem proteção e outras bênçãos para o ano seguinte.

A Festa do Divino é regada por diversificados rituais que dinamizam de maneira significativa a vida social dos nativitanos, representando no cenário do município uma referência cultural de muita importância. Ou seja, é uma festa que proporciona sociabilidades, visibilidade à cidade, bem como sentimento de orgulho e autoestima para a comunidade local. As imagens das Festividades do Divino, associadas à marca identitária dos nativitanos e dos tocantinenses, são constantemente veiculadas e acionadas em distintos espaços da própria cidade e também em outras localidades, a exemplo dos painéis imagéticos, dispostos na rodoviária e no aeroporto da capital Palmas, mostrando a Festa do Divino como uma referência cultural, para fins de divulgação dos atrativos turísticos do estado do Tocantins.

A representatividade da Festa do Divino Espírito Santo de Natividade como uma referência do patrimônio cultural tocantinense pode ser verificada na obra intitulada *Alma do Norte: nove bens do patrimônio imaterial brasileiro* (2005, p. 236). Essa obra é resultado do Projeto Alma do Norte, construído e apresentado pelas Centrais Elétrica do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, que consistiu em documentar bens culturais de natureza imaterial dos nove Estados da Amazônia Legal, “contribuindo assim para o reconhecimento das manifestações dos povos da região que constituem base da identidade nacional”. Observa-se que, nessa publicação, a Festa do Divino de Natividade é elencada como uma referência cultural regional, tornando mais evidente essa manifestação da cultura popular tocantinense.

Em uma cidade interiorana como Natividade, com cerca de 9 mil habitantes (IBGE, 2010), distante 220 quilômetros da capital, com uma economia de subsistência agropastoril, a possibilidade de utilizar-se do turismo como fonte de renda torna-se animadora. Assim, aproveitando-se das festas populares já sacralizadas pela tradição, a prefeitura e órgãos culturais e de desenvolvimento turístico passaram a vislumbrar no turismo cultural uma das formas de dinamizar a economia local, divulgando o Estado.

O poder público local é um dos segmentos que apóiam o fortalecimento das festividades do Divino Espírito Santo. Na pasta de correspondências expedidas pela Prefeitura de Natividade, localizei ofícios que certificam alguns dos mecanismos utilizados nesse sentido. Cito como exemplo o ofício nº 111, emitido em 9 de maio de 2005 e assinado pelo Prefeito Albany Nunes Cerqueira, destinado a Valquíria Moreira Rezende, presidente, do então, Órgão estadual responsável pela área da cultura, situado na capital, Palmas, Fundação Cultural do Estado do Tocantins. Trechos desse documento assinalam: “(...) A par de formalizar cumprimentos, venho por meio deste solicitar de Vossa Excelência o apoio financeiro para os Festejos do Divino Espírito Santo de Natividade-TO”. O orçamento da ajuda financeira solicitada, naquela ocasião, corresponde ao valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) especificados como material de consumo, camisetas em malha, bonés, impressos em geral, adesivo para carro e registro de vídeo. Anexo ao referido documento, está o plano de trabalho, justificando que a referida solicitação procura atestar a grandiosidade da festa:

[...] O Festejo do Divino Espírito Santo em Natividade acontece anualmente com grande participação da comunidade e é realizado do domingo de páscoa a domingo de pentecostes. Caracteriza-se pela fé, fartura, solidariedade, fraternidade e uma grande preocupação dos organizadores em manter uma das maiores manifestações culturais do estado do Tocantins. Natividade é patrimônio histórico nacional e mantém viva várias manifestações populares com grande riqueza histórico-cultural. O apoio financeiro aos Festejos de Natividade é de fundamental importância pela grandiosidade e representatividade que o evento se tornou em nível estadual. É também uma maneira do estado do Tocantins, através da Fundação Cultural do Tocantins, colaborar com a continuidade dessa tradição (PREFEITURA DE NATIVIDADE, OFÍCIO/GAB/PREF/ Nº 111, DE 09/05/2005).

Observa-se, por meio dos trechos do documento anteriormente citado, que o mesmo revela os mecanismos e instrumentos utilizados pela comunidade nativitana para divulgar e promover sua mais tradicional festa.

Uma das etapas dos Festejos do Divino, em Natividade, é o giro de três folias, durante quarenta dias, em que os foliões, montados a cavalo, percorrem longas distâncias pela área rural e municípios circunvizinhos, arrecadando donativos para a festa e transmitindo a mensagem divina. Na ocasião das saídas das folias para o giro, que acontece no Domingo de Páscoa, a imprensa dá especial destaque ao evento festivo. Em 12 de abril de 1998, o Caderno Arte&Vida noticiou:

Festa do Divino tem início com saída dos foliões. A população de Natividade inicia hoje as comemorações da Festa do Divino Espírito Santo com saída das folias às 14 horas em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora de Natividade. Embora os pontos fortes dos festejos aconteçam nos dias 30 e 31 de maio, a partir de hoje tudo na cidade gira em torno das festividades. A festa do Divino Espírito Santo, uma das manifestações religiosas do município, mobiliza toda a população que, neste período, vive intensamente as comemorações. As três folias, cada uma com 15 integrantes, irão percorrer os municípios vizinhos durante 40 dias. [...]. (JORNAL DO TOCANTINS, 1998, p. 2).

O retorno desses mensageiros do Divino à cidade dá-se na Quinta-feira da Hora, dia de ascensão de Jesus Cristo, sendo marcado com uma cerimônia denominada de Encontro das Folias, momento em que são recebidos com bastante animosidade (Figura 5). O encontro festivo das três folias acontece na Praça da Igreja Matriz, entre cores vibrantes, alegres e longas cantorias. Os versos dessa cantoria cumprimentam os devotos ali presentes, dão notícias, falam das tristezas e das alegrias; enfatizam as qualidades das pessoas, dos festeiros e, em especial, dos moradores do sertão que lhes receberam, oferecendo agasalho, donativos e algo para comer e beber, e, sobretudo, os versos anunciam o grande Festejo do Divino Espírito Santo que se aproxima.

Conforme pode ser observado, durante o giro das folias, os foliões são muito bem recebidos e acolhidos nas residências dos devotos. Em 24 de maio de 2001, o Jornal do Tocantins deu cobertura ao ritual do Encontro das Folias, destacando que a entoação dos cantos expressa o significado religioso, frisando que são demorados, demarcando, aproximadamente, uma hora de duração para cada canto. Entretanto a média de duração desses cantos é de vinte a trinta minutos:

O município de Natividade, no Sudoeste do Estado, a 218 km de Palmas, vai testemunhar hoje uma manifestação cultural popular que já soma mais de 200 anos de tradição. O **grande encontro das Folias do Divino Espírito Santo**. As três folias *Do outro lado*, *De cima* e a *De baixo*, chegarão na praça da matriz, às 10 horas, encerrando uma peregrinação sobre o lombo de cavalos, pelo sertão, que durou mais de 40 dias. [...]. Eles interpretarão os cantos da *Saudação*, do *Cruzeiro*, do *Altar* e por último, do *imperador*. Devidamente acompanhados pelos percussionistas em pandeiros e tambores e tocadores e a viola, cada canto terá duração de pelo menos 1 hora. (JORNAL DO TOCANTINS, 2001, p. 2).

Uma das obrigações do Imperador do Divino consiste em fornecer a comida para as pessoas da comunidade, bem como aos visitantes que participam da festa. Por isso, após o Encontro das Folias, durante os dez dias que antecedem a Festa do Imperador do Divino, a comunidade intensifica os preparativos de alimentos que serão distribuídos na ocasião da referida festa, no Dia de Pentecostes, como pode ser observado nas narrativas do imperador de 2009:

A obrigação nossa aumenta muito a cada dia que passa [sic]. Vai chegando mais perto da realização da grande festa do imperador e é preciso fazer bem feito, para ser uma festa boa e bonita. As Folias chegam do giro, faz o grande encontro; aí após dez dias acontece a festa do imperador, no dia de pentecoste. Então dobra o trabalho, dobra a preocupação para preparar os alimentos. Cada vez que vai passando você vai se preocupando mais e trabalhando mais. [...]. Então a festa você trabalha desde o primeiro dia que você é sorteado como festeiro até quando você entregar a festa; mas sobrecarrega mesmo é na saída das folias, no encontro das folias, e depois até a festa de pentecoste. [...] É preciso fazer bolo, paçoca, fazer tudo [...]. A partir de hoje [21/05/2009] com a chegada das folias precisa trabalhar bastante pra ficar tudo bonito. Quer dizer, hoje não faz mais bolo, paçoca porque já está todo mundo mobilizando para ir pra praça daqui a pouco, para o Encontro das Folias. Mas, quando for amanhã [22/05/2009], sexta-feira volta às atividades da fazeção de bolo e paçoca até dia 29. Quando for dia 30 de maio é a Festa do Capitão do Mastro, Esmola Geral e dia 31 de maio é o dia do Imperador, é a grande festa (EMILTON DIONÍSIO SANTANA, 21/5/2009).

Figura 5 – Encontro das Três Folias do Divino Espírito Santo, praça da igreja matriz, em Natividade, 2011.



Fonte: Acervo Noeci Carvalho Messias, 2011.

Figura 6 – Devotos transportando as bandeiras, durante a procissão da Esmola Geral, em Natividade, em 30 de maio de 2009.



Fonte: Acervo Noeci Carvalho Messias, 2009.

Após o Encontro das Folias, tem-se início ao Tríduo do Divino, em que os devotos, durante três dias consecutivos, cantam e louvam ao Espírito Santo. No sábado, anterior ao Domingo de Pentecostes, é realizada, no período da tarde, a procissão da Esmola Geral (Figura 6), quando os alferes e os devotos, carregando bandeiras, percorrem em procissão as ruas da cidade, visitando os moradores e arrecadando donativos para a festa. A peregrinação encerra-se por volta de 18h, na casa do imperador e da imperatriz do Divino. Na ocasião, as bandeiras, juntamente com os donativos, são entregues ao imperador, que as recebe fazendo vênias, em seguida guardando-as dentro de sua casa. Vênia consiste em um gesto de saudação, onde o alferes e/ou outro portador/a maneja a bandeira em dois sentidos: descendente e ascendente, à sua direita e a sua esquerda, sendo duas vezes de cada lado, fazendo o sinal da cruz, que significa em nome do pai, do filho e do Espírito Santo. Assim, fazer a vênia com a bandeira do Divino para os devotos significa, entre outras coisas, chuvas de bênçãos. A bandeira é símbolo principal na celebração do culto ao Divino Espírito Santo. Os devotos têm bastante identificação com a bandeira, e expressam esse sentimento fazendo reverência com o corpo, se ajoelham e tocam-na com as mãos, abraçam e beijam para fazer seus agradecimentos ou pedidos. Ao passar uma bandeira do Espírito Santo, no cortejo ou durante a festa, os devotos fazem questão e/ou quase uma obrigação de tocá-la ou beijá-la. Muitos se emocionam, chorando. No mesmo dia, no período da noite, é realizada a Festa do Capitão do Mastro. Nessa festa, o capitão e a Rainha do Mastro são levados de sua casa até a porta da Igreja Matriz, em cima de um mastro, que mede aproximadamente três metros de altura. Durante o cortejo, que é acompanhado pelo grupo de tocadores de instrumentos de percussão, os devotos, carregando velas de cera de abelha, acesas, se divertem aos gritos. Na praça da igreja, baixam-se o mastro cantam e dançam a suça. Depois desse ritual festivo, retornam para a casa do Capitão e da Rainha do Mastro, onde a multidão os espera, e, assim, é servido o banquete com variadas comidas, bolos e bebidas e, ao som do forró, a festa vai até ao amanhecer.

No Domingo de Pentecostes, é oficiada a mais esperada das cerimônias, a Festa do Imperador do Divino, regada com fogos de artifícios. Nesse dia, na parte da manhã, paramentados com os símbolos do Divino, o imperador, a imperatriz e o séquito seguem em cortejo pelas ruas da cidade até a Igreja do Divino, onde é realizada a solenidade religiosa. A igreja é ornamentada com destaques realçados pela cor vermelha e emoldurada pela pomba branca do Divino; a cerimônia é longa e permeada de simbologias. Na igreja, após a missa, de uma lista de candidatos, é feito o sorteio dos novos festeiros para o ano seguinte. A expectativa e a comoção envolvem os devotos, e os agraciados no sorteio, comovidos, choram e se abraçam agradecidos com a graça recebida. Conforme reza a tradição, após o sorteio, são distribuídas aos devotos, lembranças e pãezinhos bentos, simbolizando a pujança de bênçãos. Em seguida, o cortejo deixa a igreja e, acompanhado pelos devotos, segue para a casa do imperador. Lá, uma multidão os espera: o imperador e a imperatriz se sentam em um trono, em cadeira de veludo com almofadas, de coroa na cabeça e cetro na mão, cercados pela respectiva corte, onde são prestigiados e lhes é servido um grande banquete. Enquanto isso, são servidas todas as pessoas participantes da cerimônia e, ao som do forró, o povo dança alegremente, durante a tarde. O periódico *Jornal do Tocantins*, no dia 31 de maio de 1998, deu destaque à programação da festividade:

Festejos do Divino movimentam Natividade. A programação de hoje encerra os Festejos do Divino com a coroação do novo imperador, missa e uma festa com cinco toneladas de bolos, mil litros de licores de vários sabores e 30 reses, entre a comunidade. [...] hoje, as atividades começam a partir da 8:30, com o coroamento do novo imperador Joaquim Rodrigues Ferreira. De acordo com a tradição, a coroação é feita pelo pároco da cidade na casa do imperador momentos antes da missa solene [...] (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1998, p. 2).

Observa-se que, a cada ano, os meios de comunicação noticiam as Festas do Divino em Natividade, com reportagens ocupando maior espaço, embora ainda sejam abordadas de forma genérica. Pode-se certificar, na edição de 19 de maio de 2002 do *Jornal do Tocantins*, o destaque ao reinado do imperador do Divino:

Imperador do Divino vai reinar hoje em Natividade. Hoje será um domingo de festa e muita devoção para os nativitanos. [...] O cortejo de sua majestade segue até à Igreja Matriz Nossa Senhora de Natividade, onde será celebrada a missa solene de aproximadamente três horas de duração pelo padre Joatan Bispo de Macedo, pároco da cidade. Ainda na Igreja, será sorteado o novo casal de imperador e imperatriz para o reinado dos festejos do ano de 2003. O novo casal fará parte dos cortejados que desfilarão acompanhados pelo povo, até o salão onde será servido banquete para todos os presentes. No cardápio a fartura de comidas e bebidas típicas. [...] (*JORNAL DO TOCANTINS*, 2002, p. 9).

Em 22 de maio de 2010, o mesmo periódico dedicou espaço na primeira página do *Caderno Arte&Vida*, à tradição do município, com imagens que chamavam atenção do leitor, atestando a crescente popularidade das Festividades do Divino de Natividade:

Festa de fé e tradição. Milhares de fiéis se reúnem hoje e amanhã, em Natividade, para celebrar a Festa do Divino Espírito Santo. Fé, amor, religiosidade, cultura e tradição são as características que envolvem a festa do Divino Espírito Santo que acontece neste fim de semana, na cidade de Natividade à 200 km

de Palmas. [...] A festa acontece todos os anos sem data fixa. Após a páscoa é quando as três Folias do Divino, sendo elas *Folia dos Gerais*, *Folia do Outro Lado do Rio Manoel Alves* e *Folia de Cima* giram toda a zona rural e cidade vizinhas levando palavras de fé, por meio de cânticos entoados pelos foliões. [...]. Segundo o prefeito de Natividade, Joaquim do Posto, estão sendo aguardadas 10 mil pessoas para participar dessa manifestação popular, religiosa e cultural do Estado do Tocantins (JORNAL DO TOCANTINS, 2010, p. 2).

Desde além-mar, a prática de distribuir comida ao povo caracteriza a Festa do Espírito Santo. Também em Natividade os critérios economicistas não regem os devotos do Divino. Pelo contrário, a doação de alimentos é oferecida de forma gratuita para todas as pessoas que participam da festividade. A abundância de comida é uma característica inerente à festa, e que pode ser observada nas diversas reportagens dos periódicos, a exemplo da reportagem na edição de 5 de junho de 2001, destacando a quantidade de comida que é preparada:

[...]. Toneladas de bolos, doces e licores de frutas do cerrado e ainda pratos de comidas, foram distribuídas aos súditos do imperador e imperatriz, capitão e rainha do Mastro nestes festejos. Os preparativos da comelança, começaram quatro meses antes da festa. Foi preciso reunir mais de 200 cozinheiras, boleiras e especialistas em bebidas, para preparar cerca de 3 mil garrafinhas (600 ml) de licores de jenipapo, caju, jabuticaba e 20 mil saquinhos e copinhos de bolo de arroz, amor-perfeito e pipoca. Para servir aos nativitanos num período de 24 horas, mais de 20 vacas, doadas pelos fazendeiros da região, foram utilizadas para preparar a tradicional paçoca (JORNAL DO TOCANTINS, 2001, p. 2).

A festa se encerra no Domingo de Pentecostes, no período da noite, quando é oficiada a missa na Igreja do Divino Espírito Santo. Na ocasião, é realizada, simbolicamente, pelo pároco, a transferência das insígnias (coroa, cetro e mastro) aos festeiros do ano vindouro. O momento é marcado pela queima de fogos de artifícios.

Findo esse ritual, em cortejo, os festeiros, juntamente com familiares e devotos, ao som de sanfona e transportando as bandeiras do Divino, seguem até a casa do imperador recém-eleito, onde celebram o compromisso de realizar a festa do ano seguinte.

Observa-se que a transferência simbólica das insígnias representa o encerramento de um ciclo da festa e, ao mesmo tempo, o recomeço de um novo ciclo festivo.

5. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A história nos tem mostrado que as Festas do Divino, por sua prática de abundância, tecida com cor e alegria, se constituem em manifestações de uma intensa sensibilidade coletiva e uma estratégia singular de conexão com o transcendente.

Em um olhar mais distanciado sobre a Festa do Divino de Natividade, o que se percebe é a pujança de devoção e profunda religiosidade, expressada pela vivência comunitária que envolve os devotos na fé e no louvor ao Espírito Santo. E, assim, essa festividade tem sido transmitida há gerações, renovando-se e resistindo aos séculos, em um ritual de fé e sociabilidades, de modo

que, regionalmente, a imagem da cidade de Natividade revela-se a cada dia mais imbricada a essa festa popular.

Por fim, observa-se que essa prática cultural de além-mar, ressignificada em solo nativitano, constitui-se em seu representativo patrimônio cultural, sendo celebrada anualmente e contribuindo para marcar a identidade do povo tocantinense.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de. Cultos e tradições na Ilha de Porto Santo. *In: Piedade Popular: sociabilidades – representações, espiritualidades*. Actas do Colóquio Internacional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Terramar, 1999.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010 – Natividade**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.292 de 15 de novembro de 1975**. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6292-15-dezembro-1975-357648-norma-pl.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Diário Oficial** Quarta-Feira 22 jul 1987 seção I Dossiê de Tombamento Federal de Natividade. Brasília: SPHAN, 1987.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta**. 2010. Disponível em: www.minc.gov.br/. Acesso em: 30 mar. 2020.

D'ANGELO, Zuleide. Imperador do Divino vai reinar hoje em Natividade. **Jornal do Tocantins**, Caderno Arte & Vida. Palmas, 19 de maio de 2002, p. 9.

D'ANGELO, Zuleide. Natividade reverencia Imperador do Divino Espírito Santo. **Jornal do Tocantins**, Caderno Arte & Vida. Palmas, 5 de Junho de 2001, p. 1.

D'ANGELO, Zuleide. Folias do Divino Espírito Santo confirmam tradição de mais de 200 anos. **Jornal do Tocantins**, Caderno Arte & Vida. Palmas, 24 de maio de 2001, p. 1.

ENES, Maria Fernanda. As festas do império do Divino Espírito Santo nos Açores. *In: Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Volume X. Universidade de Nova Lisboa, 1998.

GIMENEZ, José Carlos. Santificação: o religioso e o político no processo de canonização da Rainha Santa Isabel de Portugal. **Revista Brasileira de História das Religiões – Ano 1, nº 1**. 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1987b. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/atasConselho?data=1981%2F1990&pagina=2>. Acesso em: 30 mar. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Informação n.º 89/86**. 1987a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4_EntornoBensTom-bados_m.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

JORNAL DO TOCANTINS. Festa do Divino tem início com saída dos foliões. **Caderno Arte & Vida**. Palmas, 12 de abril de 1998, p. 2.

JORNAL DO TOCANTINS. Festejos do Divino movimentam natividade. **Caderno Arte & Vida**. Palmas, 31 de maio de 1998, p. 2.

MATOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1979.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção**: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2010.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

MOURA, Antônio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. *In*: **Turismo e Patrimônio Cultural**. Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky (orgs). São Paulo: Contexto, 2003.

NATIVIDADE. Prefeitura de Natividade. OFÍCIO/GAB/PREF/ N° 111, DE 09/05/2005.

PACHECO; RIBONDI; CANTO, S. A. E. Pará-Açaí. *In*: Editoria e direção de arte Fátima Gouvea. (org.). **Alma do Norte** - Nove Bens do Patrimônio Imaterial Brasileiro. 1. ed. Brasília-DF: Eletronorte, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SHARA, Rezende. Festa de fé e tradição. **Jornal do Tocantins**, Caderno Arte & Vida. 22 de maio de 2010, p. 1.

ZALUAR, Alba. **Os homens de Deus**: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ARTESANATO DE CAPIM DOURADO: COMUNIDADE INDÍGENA XERENTE - SABERES E FAZERES

Roseli Bodnar

Ricardo Ribeiro Malveira

Thainá de Brito Paiva

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto refletir sobre o artesanato de Capim Dourado produzido em várias comunidades indígenas Xerente, localizadas em Tocantínia/TO. Esse tipo de manifestação popular é, atualmente, denominado de patrimônio imaterial ou intangível.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN adota o termo patrimônio imaterial. É um conceito amplo e aplicado com vieses diferentes, dependendo da área do conhecimento. Diz respeito às expressões de todos grupos e camadas sociais, voltados, em geral, para as culturas populares e indígenas. Nesse sentido, abarca a diversidade cultural brasileira, podendo ser considerada a partir de seu registro uma forma de preservação da memória de seus diversos grupos culturais, com suas formas de expressão, seus saberes e suas celebrações.

São, portanto, patrimônio cultural imaterial o conhecimento, as práticas, as representações, as expressões e as técnicas que as comunidades reconhecem como suas e que são transmitidos de geração em geração. São basilares duas características: que a comunidade se identifique com o patrimônio cultural imaterial e que tenha continuidade, ou seja, seja transmitido em forma de herança cultural.

A partir disso, podemos questionar: qual a importância do artesanato de Capim Dourado, tecido pela comunidade indígena Xerente para a nossa cultura? Esse bem é inventariado e registrado como patrimônio cultural imaterial no Tocantins?

O artesanato tocantinense tem como matéria-prima principal o capim dourado, configurando-se em um elo identitário da população local com esse tipo de artesanato tecido a partir de duas matérias-primas, a sempre-viva, denominada cientificamente como *Syngonanthus nitens* (Bong.) *Ruhlrad* (*Eriocaulaceae*) (SCHMIDT, 2005) e as folhas mais novas da palmeira de buriti *Mauritia flexuosa* L (*Arecaceae*), da qual se retira uma fibra chamada de “linho de buriti”, nome dado em virtude do seu aspecto, ao mesmo tempo, delicado e resistente (SARAIVA, 2009). O buriti é um tipo de palmeira, de grande valor por seu uso múltiplo, sendo a polpa usada para fazer doces, sucos e licores e as folhas utilizadas para fabricação de artesanato. Seu nome tem

origem indígena – “biriti”, que em tupi-guarani significa “árvore que emite líquido”, “aquela que contém água”, a “árvore da vida” (GUIMARÃES, 2014). A Lei n. 3594, de 18/12/2019, nomeia de “seda do buriti” a fibra retirada do olho do buriti, utilizada na costura do artesanato de capim dourado.

O artesanato produzido com capim dourado é tecido e vendido, sobretudo, por mulheres das comunidades indígenas. Mesmo com a projeção do capim dourado em todo o Brasil e também no exterior, levado por turistas, essas mulheres não conseguem um “local” para expor seus produtos e dar visibilidade para seu artesanato e comunidades. O capim dourado ganhou fama, impulsionou o turismo ao estado do Tocantins, atraiu olhares para a biodiversidade, mas deu visibilidade as comunidades Xerente? Converteu-se em uma fonte de renda para as comunidades Xerente?

2. O ESTADO DO TOCANTINS E SEU ARTESANATO DOURADO

Ao abordar o patrimônio cultural, deve-se levar em conta seus aspectos materiais e imateriais. Igualmente, o patrimônio pode ser registrado e/ou tombado. Muitas vezes, um patrimônio, mesmo sendo considerado importante para a população, não é registrado e/ou tombado por outros interesses. Às vezes, isso ocorre por motivos políticos e comerciais, ou até mesmo pela falta de interesse do município, do Estado ou do País em que se encontra aquele “bem”. Assim,

[...] depreende-se que, para a definição do patrimônio cultural tocantinense, há um complexo caminho a percorrer. É preciso categorizar quais são as referências de identidade e memória que o patrimônio, como construção simbólica, vai representar e quais perspectivas, valores e sentidos emergirão dessa definição, a fim de se projetar o meio mais adequado de promover a sua preservação (CAVALCANTI; KIMURA, 2008, p. 95-97).

O artesanato produzido por uma comunidade possui valor cultural, simbólico e identitário, pois

[...] o tempo e a paciência gastos na confecção de um produto manual configuram a estética do artesanato e agregam a este uma teia de valores simbólicos e identitários resultantes de um fazer individual, que exige destreza e habilidade, relacionando uma cadeia social de compreensão do entorno. Nesse sentido, o potencial criativo capaz de moldar e alterar a peça produzida e conferir a esta significados culturais se expressa na própria complexidade de sua produção e seus vínculos comunitários (MELLO, 2014, p. 77-78).

O pesquisador Maurício Bonesso Sampaio explana sobre as características e peculiaridades da planta capim-dourado, um tipo de sempre-viva:

Muitas pessoas, quando veem o artesanato de capim-dourado não imaginam que aquela haste que brilha como ouro é só parte de uma planta. Cada pé de capim-dourado é uma sapata (ou roseta, como dizem os especialistas), que cresce perto do solo e tem 3 ou 4 centímetros de largura. Geralmente essa sapata

fica escondida debaixo de todos os outros capins, e é ela que produz as hastes douradas que vemos no artesanato. “Haste”, “filete”, “fiapo” são os nomes que as pessoas usam para chamar o que os cientistas chamam de “escapo”. Na verdade, para a planta, essas hastes, ou escapos, servem para sustentar as suas flores, pois na ponta de cada um deles existe uma cabecinha – que chamamos de “capítulo” – e que produz as flores, os frutos e as sementes do capim-dourado (...) Cada sapata de capim-dourado produz cerca de duas hastes por ano, mas existem plantas que produzem de 10 a 20 hastes por ano. As sapatas podem viver por muitos anos e produzir hastes muitas vezes na vida. Cada haste possui uma cabecinha, que produz no seu interior diversas flores, que são muito pequenas. As flores, com o passar do tempo produzem frutos, que chamamos “frutos secos”, pois não se parecem com as frutas que comemos, que possuem polpa. Os frutos têm, no seu interior, duas a três sementes cada. Assim, uma cabecinha produz entre 40 e 60 sementes, que são muito pequenas, com menos de 1 milímetro, possuem cor marrom e parecem uma poeira, que ao germinarem darão origem a uma pequena planta (SAMPAIO, 2010, p.15- 17).

Há uma lenda, amplamente propagada, de que o capim dourado só é encontrado no Jalapão. Sobre isso, Sampaio esclarece que

O capim-dourado ocorre nas veredas em praticamente todo o Cerrado do Brasil. Porém, existe em maior quantidade no Jalapão, que é uma região ao leste do estado do Tocantins. As veredas ocorrem no fundo das baixadas, onde o terreno é mais encharcado, e são compostas por dois tipos de vegetação, as matas e os campos úmidos. As matas que margeiam os córregos geralmente possuem muitos buritis e árvores altas. Em volta destas matas, existem os campos úmidos. Nos campos úmidos só existem plantas mais baixas, mais rasteiras, como as gramas, quase não existem arbustos e nem árvores, por isto é que se chama ‘campo’. O capim-dourado ocorre somente nesses campos úmidos das veredas (SAMPAIO, 2010, p. 18). [...] uma mesma planta recebe diferentes nomes populares. Para os cientistas se comunicarem e terem certeza de que estão falando da mesma planta, elas devem possuir um nome científico, que é o mesmo em todos os lugares e é sempre escrito em latim. O nome científico do capim dourado é *Syngonanthus nitens*. *Nitens*, em latim, significa “que brilha”, ou seja, mesmo o nome científico da planta já chama a atenção para o fato de que ela tem uma parte “que brilha”. Outra coisa curiosa é que o capim-dourado não é exatamente um capim, ou uma grama daquelas que crescem nos pastos. O capim-dourado é, na verdade, um tipo de sempre-viva. Portanto, não pertence à mesma família de plantas dos capins, mas sim à outra família que se chama Eriocaulácea (SAMPAIO, 2010, p. 18).

Há algumas espécies de sempre-viva bem parecidas com o capim dourado. O mesmo estudioso explica que

Cada campo úmido abriga dezenas de espécies diferentes de plantas, muitas delas produzem hastes parecidas com as do capim-dourado. Essas outras plantas têm sido usadas no artesanato principalmente em regiões onde o capim-dourado é mais raro. As hastes de algumas delas até são amareladas, resistentes e

também podem ser usadas para fazer o artesanato. Mas as peças produzidas com essas hastes não brilham tanto e por isso, em geral, não têm a mesma qualidade do artesanato feito com o verdadeiro capim-dourado (SAMPAIO, 2010, p. 19).

Para que o Capim Dourado seja preservado para as gerações futuras, precisa de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável. Assim, o seu crescimento e desenvolvimento precisa de condições específicas de solo e de umidade. Em geral, há falta de informação sobre os cuidados com a extração ou a colheita de capim dourado, conseqüentemente, pode comprometer colheitas futuras, conforme observações a seguir:

Em agosto, apesar das hastes já estarem grandes, só existem flores nas cabecinhas. Portanto, até setembro não existem sementes maduras! Ou seja, este não é o momento apropriado para a colheita do capim-dourado. No início de setembro, a produção das sementes começa aos poucos. Porém, as sementes somente estarão maduras a partir de 20 de setembro! Muitas sementes ainda ficam dentro das cabecinhas até o final de outubro e só terminam de cair com as chuvas. Essa época de produção de sementes de capim-dourado é muito parecida entre anos e também entre as diferentes regiões do Tocantins e do oeste da Bahia. Apesar do período de amadurecimento das sementes variar pouco entre anos e regiões, é importante conferir se as hastes já estão secas e douradas na hora de colher em uma vereda, pois isso indica que as sementes estão realmente maduras (SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2007, p. 30).

O pesquisador Diogo Pereira da Silva localiza geograficamente as áreas de veredas, sua importância para a preservação dos recursos hídricos no Cerrado e a necessidade de políticas públicas para preservá-las:

Entre as áreas de proteção integral está a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (EESGTO), onde encontram-se grandes áreas de veredas, utilizadas até a criação da estação para colheita de escapos florais do capim dourado - *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhlrad (Eriocaulaceae) e do pecíolo de buriti - *Mauritia flexuosa* L. (Arecaceae), que são matéria para o artesanato, comercializado em todo Brasil (Schmidt et al. 2007) [...] Apesar da importância das Veredas para manutenção da diversidade florística e dos recursos hídricos no Cerrado (e.g. Araújo et al. 2002, Oliveira et al. 2009; Moreira et al. 2015), essas áreas úmidas carecem de estudos que embasem políticas públicas para sua conservação (SILVA, 2016, p. 7-8).

No caso do capim dourado, para que ele seja preservado e continue como uma fonte de renda para as gerações futuras, faz-se urgente que se promovam políticas públicas de proteção e de salvaguarda.

Para Ruberval Rodrigues de Sousa (2009, p. 24) “os artesãos passaram a conhecer o capim, de modo a, sem base científica para tal, que não a própria vivência, fazer a coleta e o manejo da planta de modo a garantir a sua renovação no ano seguinte”. São os extrativistas e artesãos que devem zelar por esse nosso patrimônio tocantinense, pois o “trabalho dos extrativistas e artesãos é o mais importante de todos, pois o sucesso do grupo depende deles! Todos ganham quando a colheita é feita da forma certa, sem prejudicar as plantas e garantindo que sempre haja matéria-prima disponível” (SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2007, p. 59).

De acordo com Rossini Tavares de Lima,

a expressão artesanato se dá a coisas que são feitas, no todo, por uma pessoa ou no máximo por pequeno grupo de pessoas. O artesanato possui características domésticas, e no geral, é valorizado pelo cunho pessoal de que se revestem seus produtos, elaborados à mão ou com auxílio de rudimentares instrumentos de trabalho, estes mesmos, muitas vezes, confeccionados pelo próprio artesão (LIMA, 2003, p. 108).

O Capim Dourado é considerado um símbolo do estado do Tocantins. O artesanato em capim dourado foi mostrado pela primeira vez ao grande público em 1993, na I Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Estado do Tocantins (FECOARTE), na capital Palmas (MELLO, 2014).

Para falar do artesanato de capim dourado, produzido pela comunidade Xerente, cabe primeiro fazer uma rápida exposição dessa comunidade indígena, de sua língua e de suas principais características culturais:

Pertencendo à classificação dos Jê Centrais do município de Tocantínia (TO), a comunidade indígena Xerente fala a língua akuwen e habita a margem direita do rio Tocantins. Sua demografia possui quase 1.800 pessoas, distribuídas em aproximadamente 33 aldeias que integram as reservas indígenas Xerente e Funil, ocupando 183.542 hectares de área demarcada. Ao longo dos anos, essa área indígena tem atraído o interesse de diversos pesquisadores em busca de informações sobre a língua, a classificação social, as divisões de gênero e de trabalho. Etnólogos como Nimuenjadú, Lowie, Farias, Lopes da Silva, Ravagnani enveredaram-se pela tradição Akwẽ. Curt Nimuendajú foi um etnólogo alemão, dedicado aos estudos da cultura indígena Jê Central, que na década de 1930 esteve entre os Xerente realizando suas pesquisas. Em seus escritos, apresenta a comunidade Xerente como possuidora de um senso de solidariedade racial, capaz de transcender as questões linguísticas e guerras tribais. Fez o levantamento de palavras e expressões Xerente, traduzindo-as e organizando-as no formato de um glossário para promover melhor interação com essa comunidade indígena (NIMUENDAJÚ, 1929, p. 127-130). Em sua trajetória como pesquisador, Nimuendajú desenvolveu como metodologia etnográfica “[...] o controle da língua nativa, a longa permanência com os índios e a imersão no modo de vida das comunidades indígenas” (AMOROSO, 2001, p. 175). Para tanto, realizava sua coleta de dados sozinho, mantendo-se exclusivamente na órbita da aceitação da comunidade, da hospitalidade generosa e do ensino paciente que lhe era ofertado em suas visitas às aldeias (MELLO, 2014, p. 76).

Ao pesquisar sobre a comunidade indígena Xerente, observa-se como é rica a sua mitologia, sobretudo a que aborda o início da existência humana. Conforme Cavalcanti e Kimura (2008, p. 33), “os Xerente não possuem uma explicação para a origem dos seres humanos”, tomando-as emprestada dos povos Timbira, Krahô e Apinajé.

Em uma explicação mais ampla, as mesmas pesquisadoras, ressaltam que

A ação de Wap'tokwá (Sol) e Wa (Lua) de criarem os humanos a partir de cabaças retiradas de uma roça. A impressão inicial é que eles (os Xerente) introjetaram esta narrativa dos vizinhos Timbira (Krahô e também do povo Apinajé. Como veremos adiante, entre estes dois povos a criação se deu a partir da imersão de cabaças em um curso de água. A reticência sobre a explicação Xerente deve-se ao fato de que, na versão recolhida das cabaças, originam-se tanto os índios (Akwe) quanto os brancos. Segundo esta versão, Wap'tokwá e Wa plantaram uma roça de cabaças. Quando as cabaças estavam grandes, resolveram criar os seres humanos. Levaram as cabaças para a beira de um córrego. Das cabaças verdes – cujo mesocarpo é branco – que foram lançadas na água surgiram os brancos. Os índios surgiram das cabaças maduras, cujas cascas e mesocarpos são da cor marrom (CAVALCANTI; KIMURA, 2008, p. 34).

Observam-se as trocas culturais entre os diferentes povos indígenas, tendo em vista que, “muito embora os povos indígenas acima mencionados pertençam ao tronco linguístico Macro-Jê, ocorreram variações culturais bastante significativas entre eles” (CAVALCANTI; KIMURA, 2008, p. 33).

A comunidade Xerente, em suas várias aldeias, são unidas por “redes simbólicas e subjetivas presentes em suas experiências cotidianas e nas práticas artesanais configuradas em cestarias, bordunas, colares, arcos e flechas”, cuja matéria-prima utilizadas são “fibras de buriti, sementes de capim-navalha e palhas de coco” (MELLO, 2014, p. 77).

Em se tratando de artesanato, sobretudo o “tecer com palha” faz parte da cultura e do cotidiano dos povos indígenas. Os Xerente utilizam o capim dourado para tecer seus artesanatos.

Há uma discussão em torno da origem do artesanato tecido com capim dourado e de qual comunidade teria iniciado, se as mulheres das comunidades Xerente, de Tocantínia, ou as mulheres quilombolas, da Comunidade de Mumbuca, do Jalapão. E, “[...] apesar de existir uma disputa de origem, com distintas versões, sobre a presença indígena Xerente no artesanato em capim dourado, as índias artesãs Shirlene Xerente e Vanessa Xerente afirmam que a produção artesanal com capim dourado sempre pertenceu ao povo Xerente” (BELAS, 2012, p. 153).

Ainda, segundo Isabel Belloni Schmidt,

a técnica de costurar pequenos molhos de hastes (escapos) de capim dourado com “seda” de buriti (*Mauritia flexuosa* Mart., *Arecaceae*) em feixes concêntricos que caracteriza o artesanato de capim dourado do Jalapão tem origem indígena. A confecção artesanal iniciou-se na região há cerca de 80 anos quando “índios que vinham do lado do Araguaia” passaram pelo Povoado da Mumbuca e ensinaram “Seu” Firmino, morador do Povoado, a “costurar capim” com seda de buriti (SCHMIDT, 2005, p. 23).

Obviamente, que em vez buscar a origem em uma ou outra comunidade, talvez seja mais plausível pensar que seja fruto de “[...] trocas culturais trançadas nas palhas douradas refletem o próprio intercâmbio das experiências interétnicas afro-indígenas. O compartilhamento de modos de vida, costumes, tradições e visões de mundo [...]” (MELLO, 2014, p. 78).

Opta-se, neste trabalho, por abordar somente o artesanato de capim dourado produzido pelos Xerente. O site G1 Tocantins¹⁰ fez uma matéria com indígenas Xerente e notícia que, “[...] com as mãos fortes, mas delicadas, elas transformam o capim dourado em peças de artesanato, verdadeiras obras de arte”. E, da venda do material, essas mulheres compram “o básico que a família precisa para sobreviver”. Diz: “Nós vendemos as peças de artesanato e compramos várias coisas, como roupas, calçados, sabão”, disse orgulhosa a indígena Maria Helena Xerente (G1 Tocantins, 2014).

Figura 1 – Mulher Xerente confeccionando Capim Dourado



Fonte: G1. Globo.com¹¹, 2014.

Sabe-se que “[...] as expressões culturais constituem um dos mais intensos exemplos da criatividade e da persistência das tradições das diversas etnias que se entrecruzaram e formaram a nação brasileira” (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 82).

Figura 2 – Bolsa de Capim Dourado, produzida pela comunidade Xerente



Fonte: Arquivo Pessoal Thainá Paiva, 2018.

Então, cabe questionar: o capim dourado é inventariado e registrado como patrimônio imaterial?

Esse saber fazer do tecer as peças de capim dourado pelas mulheres Xerente tem resistido e permanecido, mesmo sem apoio dos órgãos governamentais, como Prefeitura de Tocantínia, Prefeitura de Palmas, estado do Tocantins e IPHAN.

O Capim Dourado possui um inventário feito pelo Governo do estado do Tocantins por meio do projeto “Capim Dourado – trançando a tradição”, aprovado pelo Ministério da Cultura em dezembro de 2008, pelo Convênio n. 702124/2008, com o objetivo de inventariar o saber fazer dos artesãos do povoado de Mumbuca, município de Mateiros, do artesanato com o capim dourado. O inventário foi iniciado em 2009 e entregue à comunidade de Mumbuca em 2010, pela extinta Fundação Cultural do Tocantins. Houve uma tentativa de registro apresentada pelo Deputado César Halum, sem sucesso, em 2010. Mas até o momento não há solicitação de abertura de processo para registro do artesanato de capim dourado no Tocantins. Ou seja, o artesanato tecido pelas mulheres Xerente não tem a proteção e a salvaguarda do registro como Patrimônio Cultural Imaterial. Então, esse “saber/fazer” corre risco de não se perpetuar para as gerações futuras, tanto pela extinção da matéria-prima, por colheitas e comércio irregular, como também por falta de políticas públicas e de apoio ao turismo sustentável nesses espaços de produção. Cabe destacar que

[...] a comercialização de um produto de raízes identitárias e heranças culturais, o registro das peças produzidas, quer no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quer no Selo de Indicação Geográfica (IG) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), revela sua importância na medida em que o primeiro amplia a divulgação do artesanato local, incentivando políticas públicas para seu incremento e preservação, enquanto o segundo registro valoriza a qualidade do produto, delimitando a singularidade de sua área geográfica, além de garantir sua titularidade/propriedade de autoria (MELLO, 2014, p. 77).

Em 12 de julho de 2011, foi aprovado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o pedido de indicação geográfica (IG) de artesanato brasileiro, referente ao artesanato em capim dourado produzido no Jalapão, Mateiros/TO. Essa é indicação de procedência (IP) que informa e limita a área em que foi produzido o produto. Essa indicação reconhece oficialmente o Jalapão como local de produção da arte (artesanato) em capim dourado.

O Governo do estado do Tocantins publicou a Lei n. 3594, de 18/12/2019, em que estabelece a política estadual de uso sustentável do Capim Dourado e do Buriti, seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos e as responsabilidades aplicáveis aos extrativistas da cadeia produtiva do artesanato.

A partir do exposto, faz-se necessário discutir a questão do inventário e do registro do artesanato de capim dourado produzido pelas comunidades Xerente. Torna-se importante em virtude das possibilidades de criação de políticas de proteção para garantir a titularidade/propriedade de autoria, a singularidade da área geográfica, salvaguardando esse bem que pertence ao povo Xerente, para que seja amplamente divulgado tanto em solo brasileiro como no exterior.

Sabe-se que os desafios são grandes para que isso ocorra, sendo necessário vontade política e parceria entre diversas instituições municipais, estaduais e federais. Deve-se ter em mente que é preciso preservar para consumir hoje e ofertar para as gerações de amanhã e, conforme destaca Mello (2014, p. 83), “deve-se chamar a atenção para que a proposta em tela não seja da

“coisificação” ou “objetificação” da cultura, esvaziando-a de sua essência, mas sim de lidar com a ampliação da ideia de patrimonialização de um bem cultural no contexto de relações sociais plurais”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema partiu de um questionamento sobre qual a importância do artesanato do Capim Dourado tecido pelas comunidades Xerente para nossa cultura tocantinense e brasileira, e se é um bem inventariado e registrado no Tocantins.

A comunidade indígena Xerente possui suas crenças, seus mitos e ritos, assim como possui riqueza em seus modos de saber/fazer, sobretudo na habilidade de tecer palhas e de tecer o capim dourado. Eles contribuíram e contribuem com o artesanato produzido com capim dourado.

Observou-se que pairam dúvidas sobre a origem do “tecer o capim dourado”, se teve início com as indígenas Xerente ou com as mulheres quilombolas de Mumbuca. Neste artigo, optou-se por adotar o princípio de que é fruto do “intercâmbio das experiências interétnicas afro-indígenas”. O capim dourado e o artesanato de capim dourado não possuem registro como patrimônio cultural imaterial, nas esferas municipal, estadual ou federal.

Na cultura de uma comunidade, a arte é um dos veículos de difusão e eternização da cultura, seja por meio de objetos cerâmicos ou de palha, pintura, música, dança etc. Portanto, o artesanato é expressão cultural de uma comunidade e representativa de sua vida cotidiana e suas tradições. As indígenas Xerente resistiram e resistirão, mesmo diante da tentativa de apagá-las como artesãs do capim dourado. Cabe a elas perpetuar essa memória e esse saber/fazer, dentro e fora da comunidade indígena Xerente.

REFERÊNCIAS

BELAS, Carla Arouca. **Indicações Geográficas e a salvaguarda do Patrimônio Cultural: artesanato de Capim Dourado Jalapão – Brasil**. 2012. 266f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. Convênio nº 702124/2008-MINC/FNC.

CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (orgs.). **Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins**. 14. ed. Goiânia: Superintendência Regional do Iphan Goiânia, 2008.

CONEXÃO TOCANTINS. **Capim Dourado pode se tornar patrimônio cultural e imaterial do Tocantins**. 2009. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2009/03/10/capim-dourado-pode-se-tornar-patrimonio-cultural-e-imaterial-do-tocantins>. Acesso em: 20 out. 2018.

G1 TOCANTINS. **Indígenas guerreiras mostram que são indispensáveis na aldeia**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/03/indigenas-guerreiras-mostram-que-sao-indispensaveis-na-aldeia.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

GANDRA, Alana. Artesanato com capim dourado do Jalapão ganha selo de indicação geográfica do Inpi. **Agência Brasil**. 2011. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-07-12/artesanato-com-capim-dourado-do-jalapao-ganha-selo-de-indicacao-geografica-do-inpi>. Acesso em: 4 abr. 2020.

GOUVEIA, Jorge. **Descoberta do ouro nos campos dos índios Xerente**. 2004. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=10668%20acesso%20setembro/2012>. Acesso em: 6 abr. 2020.

GUIMARÃES, Márcio James. **Contribuições do Design para o desenvolvimento sustentável da produção artesanal**. 2014. 69 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Design, São Luís, 2014.

MELLO, Janaina Cardoso de. A cultura Xerente e seu artesanato dourado. Patrimônio, memória e registro na região do Jalapão – Tocantins. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 75-90, julho-dezembro, 2014.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, n. 331).

SAMPAIO, Maurício Bonesso. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do Capim Dourado e Buriti**. Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

SARAIVA, Nicholas Allain. **Manejo Sustentável e Potencial Econômico da Extração do Buriti nos Lençóis Maranhenses**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SCHMIDT, Isabel Belloni. **Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins**. 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Área de concentração: Botânica. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. **Capim Dourado: desafios do uso sustentável no entorno do Parque Estadual do Jalapão**. In: Congresso Nacional de Botânica. **Anais**. Curitiba: CONBOT, 2007.

SILVA, Diogo Pereira da. **Composição, estrutura e diversidade da vegetação herbácea arbustiva em veredas no Jalapão, Tocantins**. Mestrado em Botânica. Brasília, DF: UnB, 2016.

SOUSA, Ruberval Rodrigues de. **Tradição, Artesanato do Capim Dourado e Desenvolvimento local no povoado Mumbuca do Jalapão em Mateiros – TO**. 2009. 82f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento local). Mestrado Acadêmico. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

TOCANTINS. **Lei n. 3594, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-Dourado e do Buriti, e adota outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=387904>. Acesso em: 4 abr. 2020.

TOCANTINS. **Capim Dourado – Traçando a Tradição: inventário do saber fazer o artesanato em capim dourado-comunidade de Mumbuca**. Secretaria da Cultura do Estado do Tocantins. Palmas/TO, 2010.

MOVIMENTO JUNINO EM PALMAS: MEMÓRIA, TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO

Diego Weverton Andrade Neves¹²

Claúdio Maranhão¹³

Karylleila dos Santos Andrade¹⁴

Roseli Bodnar¹⁵

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar a história do Movimento Junino em Palmas, capital do estado do Tocantins (TO), tendo como recorte a análise de duas quadrilhas juninas, *Cafundó do Brejo* e *Pula Fogueira*, sendo que a primeira é a mais antiga e, a outra, uma das quadrilhas mais novas da capital. Elas vêm se transformando ao longo dos anos e têm impactado cultural e socialmente as outras quadrilhas. Ressaltamos que a comunidade palmense se identifica com esse movimento cultural, valorizando essa tradição e participando ativamente como brincante, apoiador ou plateia.

Neste trabalho, pretendemos apresentar alguns dados sobre o nascimento, percurso e importância do Movimento Junino em Palmas como uma tradição cultural. Trata-se de um movimento longo e organizado, nascido dentro das comunidades periféricas da capital, há quase 30 anos e que iniciou com o Primeiro Arraiá da Capital, em 1993.

As Quadrilhas Juninas fazem parte do universo da Cultura Popular e estão sempre em processo de adaptação e de transformação. Elas carregam uma grande bagagem cultural e artística, características preponderantes para o seu registro como patrimônio imaterial no TO. Também possuem grande relevância social e econômica, pois os jovens que participam do Movimento Junino são, em sua ampla maioria, jovens, trabalhadores e estudantes, que investem tempo e recursos financeiros para participar como brincantes¹⁶ nas quadrilhas juninas. Esses brincantes se inserem pelo sentimento de pertencimento ao grupo e/ou à comunidade cultural. Os que não são brincantes, tornam-se uma rede de apoiadores dentro da comunidade, atuando como costureiros, artesãos, coreógrafos, músicos, bailarinos, atores, diretores, etc. Um dos desafios é a necessidade de capacitação continuada para todos os envolvidos, tornando as quadrilhas juninas uma rica fonte de saber-fazer, de memória e de cultura de uma comunidade.

As quadrilhas juninas, em Palmas, sofreram muitas mudanças ao longo das décadas, passando da quadrilha tradicional para a quadrilha estilizada. Considera-se uma *quadrilha tradicional* aquela mais próxima ao modelo “caipira” ou “matuto”, com a utilização de roupa remendada com retalhos de tecidos, que remonta todo o estereótipo do caipira, com os temas

16 Brincantes são as pessoas que participam ativamente da quadrilha junina.

sempre voltados para um casamento arranjado ou em que o noivo tem que se casar “à força”. Ou seja, essas quadrilhas possuem ingenuidade nas coreografias, figurinos mais simples, com cenário minimalista e com apenas uma música para o espetáculo todo.

Já a *quadrilha estilizada*, apesar de possuir todas as características da tradicional, agrega outros gêneros de dança, como o *jazz dance*, a dança moderna, o balé clássico, o afro, a dança flamenca, entre outras. As coreografias são contemporâneas e muito bem dirigidas. Os figurinos são bordados com pedrarias e paetês, e os arranjos musicais são inovadores. A palavra *estilizada* revela as influências que elas sofreram nas últimas décadas, ao abordar inusitados temas, tecer novos diálogos com a história, com a cultura popular, com a literatura e com o folclore.

2. QUADRILHA JUNINA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A palavra patrimônio tem origem na palavra latina *pater*, que significa pai. Vincenzo Russo (2017, p. 39) ensina que “Pater é equivalente a ‘pai’, em latim, tendo sua raiz etimológica proveniente do sânscrito PA que implica o conceito de proteger e, ao mesmo tempo, nutrir: pai, portanto, é quem protege, sustenta a família.” Assim, pode-se inferir que “patrimônio” é aquilo que é deixado de herança de uma geração para outra e que pode ser compreendido sob a égide de proteção e de defesa.

O art. 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2003) diz que patrimônio cultural imaterial são as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Este patrimônio cultural imaterial é recriado pelas comunidades e pelos grupos sociais e gera um “sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (Unesco, 2003).

No Brasil, a proteção do patrimônio histórico brasileiro e a noção de patrimônio cultural imaterial começaram a ser discutidos ainda na metade do século passado, e essa discussão estava intimamente ligada à Semana de Arte Moderna, em 1922, e às perambulações de Mário de Andrade pelo interior do Brasil, em 1927. Mário de Andrade foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna, grande literato, musicista e pesquisador do folclore brasileiro. De acordo com Castro e Fonseca (2008),

A história do percurso brasileiro da noção de patrimônio cultural imaterial e do conjunto de atuações propiciadas por ela associa-se a um duplo impulso. De um lado, liga-se às preocupações expressas desde os anos 1920 pelo Modernismo brasileiro. Essas preocupações embasam diversas realizações não só intelectuais como institucionais, destacando-se entre elas a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. (CASTRO; FONSECA, 2008, p. 13).

Em 1937, foi publicado o Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro. O tombamento é o instrumento mais conhecido e mais utilizado para a salvaguarda e proteção do Patrimônio

Cultural Material. Essa Lei instituiu o tombamento como uma forma de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, com sua respectiva inscrição em um dos quatro Livros do Tombo. Eis o que diz o art. 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei (BRASIL, Decreto-Lei Federal, nº 25, 1937).

O art. 4º, da Lei de 1937, cita os quatro livros do Tombo, em que são inscritas as seguintes obras:

- a) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológicas, etnográfica, ameríndia e popular, mencionadas no § 2º do citado artigo 1º;
- b) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- c) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- d) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

A Constituição Federal de 1988 ampliou as formas de proteção e de preservação do patrimônio, incluindo as dimensões imateriais do patrimônio, como podemos ver nas palavras de Castro e Fonseca (2008), a seguir:

O Ministério da Cultura e o IPHAN optaram pela expressão patrimônio cultural imaterial, tendo por fundamento o art. 216 da Constituição Federal de 1988, alertando, entretanto, para a falsa dicotomia sugerida por esta expressão entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio. As dimensões materiais e imateriais do patrimônio são conceitualmente entendidas como complementares (IPHAN, 2006b, p. 18). Realça-se, todavia, o fato de que a noção de patrimônio cultural imaterial permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluído nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido. (CASTRO; FONSECA, 2008, p. 13).

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse decreto possibilitou que as práticas sociais e culturais coletivas possam ser identificadas, reconhecidas e que recebam a proteção legal por meio do *registro*. Vejamos o que diz o art. 1º:

Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.551, 2000).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi instituído pelo Decreto nº 3.551, de 2000, com o intuito de tornar possíveis os “projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem.” De acordo com o IPHAN, o PNPI é um:

[...] programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Entre as atribuições do PNPI está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Outros objetivos são a captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade. [...] A promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais deve ocorrer por meio do apoio às condições materiais que propiciam a existência desses bens e pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação, e com a criação de mecanismos de proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco. (IPHAN, Decreto nº 3.551, 2000).

O patrimônio imaterial relaciona-se aos saberes, aos modos de fazer, às formas de expressão, às celebrações, às festas, às danças populares, às lendas, às músicas, aos costumes e a outras tradições. As quadrilhas juninas são forma de expressão, festa e dança popular. Portanto, é um bem imaterial ou intangível, por ser transmitido de geração em geração, gerando sentimento de identidade e de pertencimento do indivíduo ao patrimônio cultural. Desse modo, o bem imaterial precisa ter natureza e produção cultural coletiva, necessitando de que, no seu registro, seja descrito tanto a representatividade social, como também o que o torna singular.

A quadrilha junina está enraizada no cotidiano das várias comunidades da cidade, pois marcam uma forma de entretenimento relacionada à sociabilidade e às trocas culturais, ao partilharem um espaço onde se concentram e se reproduzem variadas formas de culturas. A quadrilha junina é um espaço coletivo de circulação, de apropriação e de compartilhamento de formas de saber, de fazer e de se expressar.

O Movimento Junino conseguiu uma nova conquista em 2017, com o registro imaterial das Quadrilhas Juninas no Estado. Esse registro reafirma uma identidade cultural forte e consistente, na capital, que vem se organizando e se sustentando, ao longo de quase três décadas. A Lei nº 3.278, de novembro de 2017, normatiza as quadrilhas juninas como patrimônio cultural imaterial no TO. Em seu art. 1º, declara: “Ficam declaradas como patrimônio cultural imaterial do povo tocantinense as quadrilhas juninas”. Essa Lei foi publicada no Diário Oficial nº 4.986 e assinada pelo então governador Marcelo de Carvalho Miranda.

Já a Lei 12.390 instituiu o dia 27 de junho de 2011 como o “dia do quadrilheiro”, garantindo o reconhecimento desse movimento praticado em todo o Brasil. Interessante citar que o parágrafo único da Lei traz a seguinte redação: “Considera-se Quadrilheiro Junino o profissional que utiliza meio de expressão artística cantada, dançada ou falada transmitido por tradição popular nas festas juninas.” Portanto, a partir dessa Lei pode-se usar tanto a denominação brincante, como quadrilheiro para se referir a todo participante ativo de uma quadrilha junina.

3. ORIGENS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO JUNINO EM PALMAS

Palmas foi fundada em 20 de maio de 1989, logo após a criação do estado do Tocantins, pela Constituição de 1988, sendo considerada a mais jovem capital brasileira, com 31 anos. A cidade possui a Federação de Quadrilhas Juninas do Tocantins (Fequajuto), criada para facilitar a comunicação entre os grupos e o poder público, e que pleiteia, principalmente, apoio e participação em eventos organizados pelo município de Palmas. Essa organização possui atualmente cerca de 23 quadrilhas juninas filiadas.

O maior evento junino realizado em Palmas é o *Arraiá da Capital*, que reúne todas as quadrilhas da cidade, inscritas na Fundação Cultural de Palmas (FCP). Todos os anos, geralmente no mês de abril, é lançado um edital com os requisitos para a participação das quadrilhas no evento. Para efeito de inscrição, são levados em conta a classificação nos anos anteriores. As quadrilhas podem se inscrever nas seguintes categorias: grupo das iniciantes; grupo de acesso; grupo especial.

Durante a pesquisa, foi feita uma entrevista com o atual presidente da Quadrilha Junina *Cafundó do Brejo*. Ao ser questionado sobre o início do Movimento Junino em Palmas, o atual presidente, informou que o movimento junino teve início em Palmas, em 1993, com a realização do Primeiro Arraiá da Capital. Segundo ele, a Secretaria Municipal de Cultura, naquela época, chamada de Diretoria de Cultura, ligada à Educação, lançou a primeira edição do Arraiá da Capital. Houve um grande apelo midiático na época. Esse chamamento do Primeiro Arraiá da Capital deu origem aos primeiros grupos juninos, como *Cafundó do Brejo* (Aureny 2), Poeira do Sertão (Aureny 1), São João do Cerrado (Vila União), entre outros. Nessa primeira edição, de 1993, a Quadrilha Junina *Cafundó do Brejo* foi a vencedora em todas as categorias.

Quanto ao local de apresentação das quadrilhas juninas, as primeiras edições do Arraiá da Capital aconteceram no centro da cidade, permanecendo até 2002. Após 2003, o evento passou a ocorrer na região Sul de Palmas, em Taquaralto, no Ginásio Ayrton Senna, local em que permaneceu até 2009. Depois disso, passou para a Feira coberta do Aurenny 3, nos anos de 2010 e 2011. Em 2012, ocorreu na Grande Praça do Espaço Cultural. Nas edições de 2013, 2014 e 2015, retornou ao Ginásio Ayrton Senna. A partir de 2016, o Arraiá da Capital se transferiu para o estádio Nilton Santos, onde se mantém até a edição atual.

De acordo com Maranhão, o Movimento Junino de Palmas teve sua origem nos bairros periféricos da capital, nos “Aurenny’s”, região que engloba quatro bairros chamados Jardim Aurenny I, II, III e IV, localizados na região Sul, e nas “Arnos”, também conhecida como Vila União (denominada no antigo Plano Diretor da capital como: Área Residencial Noroeste), hoje 305 Norte e 307 Norte. Até hoje, existem grupos nessas regiões, levando-se em consideração que o maior número de entidades juninas está concentrado na região Sul da capital.

Em Taquaralto e nos Aurenny’s, temos um maior número de grupos juninos, o que denota uma possível história de estruturação do movimento junino. Desse modo, a região Sul de Palmas é conhecida como o berço de muitos grupos juninos, enquanto construção coletiva e popular. Depois da primeira edição do Arraiá da Capital (1993), as quadrilhas juninas foram se popularizando, principalmente nas regiões onde já havia se propagado essa cultura, surgindo mais interessados no movimento junino. Os grupos se profissionalizaram e foram em busca de apoio de profissionais de variadas áreas. Essa iniciativa deu um salto qualitativo em relação ao formato das quadrilhas juninas. Atualmente, a importação de profissionais de outros Estados é muito comum, que trazem reforço na área da dança, do teatro, do figurino e do cenário.

Em 2020, Palmas completa 31 anos, e o Movimento Junino completa 28 anos de existência, consagrando-se como o mais antigo movimento de cultura popular da cidade. Esse exemplo claro de cultura popular palmense se consagra, simbolizada pela continuidade e pela adaptação cultural ao longo dos anos. Nesses últimos anos, o movimento junino cresceu bastante e as quadrilhas vêm se profissionalizando cada vez mais, sendo visível a evolução estética e técnica nas apresentações.

3.1. QUADRILHA JUNINA CAFUNDÓ DO BREJO

A Quadrilha Junina *Cafundó do Brejo* é a entidade mais antiga de Palmas, em atuação desde 1993. A quadrilha tem como objetivo de se propagar em todos os lugares, com muito lazer, alegria, cultura e arte, despertando, nos jovens, o gosto pela cultura. A segunda mais antiga é a *Matutos da Noite*, que antes se chamava de *Matutos do Novo Horizonte*.

A Quadrilha *Cafundó do Brejo* surgiu na comunidade São Francisco de Assis, no bairro Aurenny 2, dentro do grupo de jovens Jovens Unidos para o Trabalho Evangélico (JUPE). Sua fundação foi em 20 de maio de 1993, data simbólica escolhida por ser o aniversário de Palmas. Dentre seus fundadores destacam-se: Nival Correia, Juliano Gomes, Dackson Alves, Lázaro Gomes, Maria José, Márcio Brasil e o atual presidente da época. Em 2009, a quadrilha *Cafundó do Brejo* passou a ser estilizada. Até então, essa quadrilha era uma versão contemporânea que mesclava o antigo com o novo, trazendo à cena espetáculos modernos e cheios de efeitos especiais. Sua história foi marcada por introduzir diversos elementos, desde a sua fundação, como maquiagem, figurino, coreografia e cenário. A *Cafundó do Brejo* foi campeã em 1993, 1995, 1996, 1998, 1999, 2002, 2006, 2012 e 2013. A Figura 1 nos mostra essa quadrilha:

Figura 1 - Quadrilha Junina Cafundó do Brejo



Fonte: Arquivo pessoal de Cláudio Maranhão, 2010.

Em 2013, a *Cafundó do Brejo* foi campeã do Arraiá da Capital, tendo como prêmio representar o Brasil em uma Feira em Bogotá, na Colômbia, com o intuito de divulgar os Festejos Juninos no Brasil e na Copa do Mundo, que aconteceriam praticamente na mesma data. Vale ressaltar que essa quadrilha foi a primeira a representar o Brasil, oficialmente, no exterior. Outro fato relevante sobre a *Cafundó do Brejo* é que teve o primeiro casal de noivos, como campeões nacionais em competições individuais, são eles: Rômulo Brasileiro e Luana Micaelle, que se sagraram campeões, em 2015, no estado do Ceará.

A *Cafundó* sempre teve um grupo numeroso de integrantes. Em 2016, chegou a contabilizar 42 casais, totalizando 84 brincantes. Desde o início, a média de casais era de 32 casais. Atualmente, conta com cerca de 110 pessoas envolvidas diretamente na quadrilha junina, entre

brincantes, teatro e apoio. Vale ressaltar que a quadrilha foi vice-campeã brasileira, em 2010, com apenas 16 casais, devido ao longo deslocamento até o estado do Acre. Muitos integrantes tiveram impedimento devido ao trabalho, estudo e compromissos familiares. A Figura 2 nos mostra mais uma fotografia do *Cafundó do Brejo*, em 2018:

Figura 2 - Quadrilha Junina *Cafundó do Brejo*



Fonte: Arquivo pessoal de Cláudio Maranhão, 2018.

Em 2018, a quadrilha *Cafundó do Brejo* foi campeã da 26ª edição do Arraiá da Capital, incluindo o título de Melhor Marcador, tendo como premiação a quantia de R\$ 35 mil. Nesse mesmo ano, tornou-se decacampeã. A *Cafundó* tem uma história marcada por vitórias, desafios, conquistas, respeito e muito reconhecimento.

3.2. QUADRILHA JUNINA *PULA FOGUEIRA*

A quadrilha junina *Pula Fogueira* foi fundada em 1º de outubro de 2011, por um grupo de 12 pessoas, com o objetivo de se apresentar nos maiores eventos da capital. Todos já faziam parte de outros grupos juninos, porém havia a vontade de fazer algo inovador. A quadrilha nasceu com o desejo de trazer mudanças estéticas significativas e de fazer uso da criatividade em suas apresentações. Sua Sede fica na região Norte de Palmas, na Quadra 305 Norte, onde desenvolve suas atividades sem fins lucrativos. A *Pula Fogueira* utiliza o espaço da Escola Municipal Paulo Freire para ensaios. De forma idêntica a outros grupos, seus gestores não tiram férias, pois precisam se debruçar sobre a elaboração e o formato do próximo espetáculo, mesmo antes do final de uma temporada. Essa quadrilha se apresentou pela primeira vez em 2013, após um ano e meio de sua fundação. Isso aconteceu porque o grupo passou esse período se estruturando, tanto financeiramente quanto na conquista de brincantes. Para que a quadrilha pudesse competir tinha que ter, no mínimo, 16 pares, sendo essa uma tarefa difícil, já que o grupo era novo na capital. A Figura 3 nos mostra uma fotografia da *Pula Fogueira*, em 2015:

Figura 3 - Quadrilha Junina *Pula Fogueira*



Fonte: Arquivo pessoal de Diego Neves, 2015.

Ao longo desse período, da pós-fundação até chegar em 2018, permaneceram apenas dois integrantes da formação original: a Presidente Bruna Martinovski e seu Vice-Presidente. Essa é uma realidade de muitos grupos, já que vários componentes não permanecem por motivos de trabalho, estudo e família. Tais impedimentos se tornam mais evidentes durante os ensaios das apresentações, ou seja, conciliar o compromisso de fazer parte da quadrilha com os afazeres do dia a dia pode ser um empecilho para alguns integrantes, já que não há uma remuneração, apenas dedicação à quadrilha.

A *Pula Fogueira* visa competir no mesmo nível das quadrilhas que já estão há muito tempo no Movimento Junino, sempre trabalhando com ideias diferentes, priorizando a qualidade no figurino e no repertório musical, produzidos e importados do Ceará, que é considerado um grande polo junino, além do fato de que o valor orçamentário das peças a serem compradas é menor do que o que é cobrado em Palmas.

O resultado do trabalho sério, persistente e dedicado converte-se em títulos e boas classificações nas competições que a quadrilha *Pula Fogueira* participa. Em 2015, foi a campeã do grupo de acesso. Ainda, em 2015, obteve o primeiro lugar no Centro-Oeste, em um concurso nacional que aconteceu em Palmas. Em 2016, a *Pula Fogueira* foi vice-campeã do circuito junino de quadrilhas. A Figura 4 apresenta uma de suas fotografias, em 2016:

Figura 4 - Quadrilha Junina *Pula Fogueira*

Fonte: Arquivo pessoal Diego Neves, 2016.

Em 2017, a Quadrilha Junina *Pula Fogueira* conquistou o título de Melhor Rainha do TO, garantindo a vaga para representar o Estado no Concurso Nacional de Rainhas. No ano seguinte, a quadrilha conquistou o título de segunda Melhor Rainha do Brasil. Atualmente a quadrilha contabiliza 50 pessoas em sua equipe, dividida em: brincantes, equipe de cenário, maquiadores, cabelereiros e os familiares mais próximos dos brincantes, que acompanham e ajudam no transporte de alguns membros. A Figura 5 nos mostra a Rainha da *Pula Fogueira*, em 2017:

Figura 5 - Rainha da Quadrilha Junina *Pula Fogueira*

Fonte: Arquivo pessoal de Diego Neves, 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quadrilhas juninas em Palmas fazem parte do saber e do fazer cultural, com antigos e novos saberes que se mesclam e são passados de geração em geração, sem seguirem um modelo ou padrão em um formato único a ser seguido. Diferentemente do que ocorre no Nordeste, no Pará e em Brasília, em que muitos grupos se assemelham, é possível perceber a unidade de temáticas, dos figurinos, das músicas e das coreografias, as quadrilhas de Palmas se diferenciam pelo marcapasso, nos giros, na ordem de apresentações e dos destaques, e na forma como o marcador se apresenta no espetáculo.

As quadrilhas juninas de Palmas apresentam uma miscelânea de influências e de referências culturais, vindas de vários lugares do Brasil. Vale ressaltar que não foi sempre assim, haja vista que os grupos juninos foram se modificando ao longo do tempo, passando do estilo tradicional matuto/caipira para o estilizado. E essas modificações são satisfatórias e bem aceitas por todos os quadrilheiros. As festas juninas, nascidas do sincretismo religioso¹⁷ e cultural, têm apresentado cada vez mais um formato carnavalesco, trazendo inovações e grandes investimentos para entreter o público com espetáculos que valorizam a cultura e a expressão cultural brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 12.390, de 3 de março de 2011**. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/Lei_3278-2017_43148.PDF. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.278**, de 8 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/Lei_3278-2017_43148.PDF. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília, DF: Unesco/Educarte, 2008.

FEQUAJUTO. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/FederacaoDeQuadrilhasJuninasDoTocantins/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

17 O sincretismo religioso remonta as origens de outros povos antigos e foi trazida para o Brasil no formato de homenagem a três santos católicos: São João, São Pedro e Santo Antônio.

RUSSO, Vincenzo. Pater, **pátria e a memória como patrimônio**: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, n. 50, p. 35-46, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018503>. Acesso em: 11 abr. 2020.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://en.unesco.org/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

AS JOIAS EM FILIGRANA NAS FESTAS RELIGIOSAS DE NATIVIDADE, TOCANTINS: PATRIMÔNIO CULTURAL E LUGAR

Watila Misla Fernandes Bonfim¹⁸

Rosane Balsan¹⁹

1. INTRODUÇÃO

Natividade é uma cidade localizada na região sudeste do estado do Tocantins, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio histórico nacional desde 1987, ainda conserva em suas ruas, igrejas, becos e praças, traços originais do período colonial no Tocantins. No município se cultivam diversos modos de fazer e saber. Um dos principais que codifica e traz significado a cidade é a produção artesanal de joias em ouro e prata utilizando a técnica milenar da filigrana, que nessa região do Tocantins chegou de acordo com fontes mais fidedignas nas últimas décadas dos oitocentos.

O arraial de Natividade teve origem em 1734, fundado pelo, bandeirante Antônio Ferraz de Araújo, que participou das descobertas dos primeiros veios auríferos de Goiás, inclusive do Arraial de Sant'Anna, depois Vila Boa. Antônio Ferraz de Araújo era cunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, o lendário “Anhanguera”, chefe da primeira expedição oficial a descobrir ouro e fundar arraiais na Capitania goiana (VAZ, 1985).

Inicialmente, Natividade foi Batizada de Arraial de São Luís, uma homenagem ao então Governador de São Paulo, d. Luís de Mascarenhas, que em 1740 veio pessoalmente às ricas minas recém-descobertas, visto ser elas alvo de disputas pelas Capitânicas do Maranhão e do Pará. Ali estando, d. Luís comandou o alinhamento das primeiras ruas, tortuosas e estreitas (PALACÍN, 1987). Porém, para Vaz (1985), Natividade tem três hipóteses para sua fundação: o arraial teve suas origens no arraial de São Luiz, localizado no alto da serra; as ruínas de São Luiz teriam acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido nas encostas da elevação; ou Natividade teria convivido ao mesmo tempo com o arraial de São Luiz (hoje há ainda as ruínas, como: alicerces de antigas construções, lago artificial, pontes e aquedutos localizados no alto da serra).

No entanto, a versão mais aceita é a de que nos primeiros tempos o sítio urbano se localizava no alto da serra, hoje denominado “ruínas de São Luiz”. Há, ainda, vestígios em pedra das primeiras habitações (Figura 1), bem como desvios d'água feitos pelos escravos com o propósito de facilitar o trabalho prospector.

Figura 1 - Ruínas de São Luiz, Natividade

Fonte: Maranhão, 2018.

Desse modo a serra é vista não só como uma referência geográfica da cidade, faz parte do espaço da mentalidade. O aspecto natural que dela transborda é percebida também como paisagem construída.

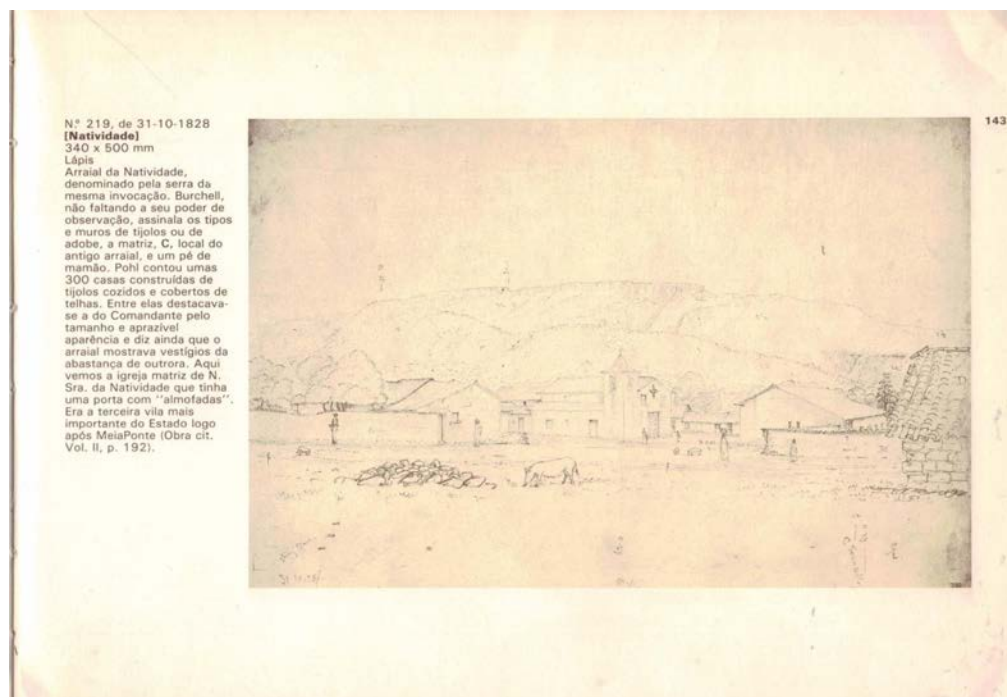
Antes da visita de d. Luís em 1741, outro Governador paulista também estivera em terras nativitanas, d. Antônio Luiz Távora. A presença constante deles comprova a riqueza que brotava das lavras do dito arraial, provocando, conseqüentemente, a cobiça de Capitãias distintas como Maranhão e Pará, além das viagens repletas de aventuras, em lombo de burro, atravessando rios caudalosos de dois Governadores subsequentes (ALENCASTRE, 1979).

É possível comparar a permanência da prática da ourivesaria em Natividade com o Norte de Portugal, região com maior abrangência de minérios como ouro e prata. Assim, como em regiões do Douro e Minho, Natividade, também despontou, na parte norte de Goiás na extração de ouro e arrecadação de impostos. Para Vaz (1985, p. 12), “[...] a quantidade de ouro existente, possibilitando uma exploração sistemática do minério, influenciou na fixação do homem, no estabelecimento mais eficiente do comércio, na formação social e na constituição do núcleo urbano”.

Segundo Antonil (1997, p.167) “[...] a sede insaciável do ouro estimulou a tantos deixarem suas terras e se meterem por caminhos tão tortuosos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que, atualmente, lá estão”.

Atualmente as festas mais populares e de maior tradição na cidade são a de Nossa Senhora da Natividade e a do Divino Espírito Santo. Ambas fazem parte do imaginário da cidade e revelam o sentido de memória e de pertencimento. Dentre as igrejas existentes nos dias hodiernos e históricas merecem destaque a matriz de Nossa Senhora da Natividade (Figura 2), as ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a igreja de São Benedito.

Figura 2 - Praça da Matriz, Arraial de Natividade



Fonte: Ferrez, 1981.

Percebe-se, no que diz respeito à Natividade, a forte relação com a memória histórica, que se materializa nas suas festas religiosas, e permanecem ativas, mesmo tendo que concorrer com shows e festas modernas. Desse modo, as festas religiosas, assim como a técnica da filigrana, que vem sendo mantidas há pelo menos um século, representam uma forma de resistência cultural, frente à proposta neoliberal de homogeneização das ideias, dos hábitos, dos adereços e dos mercados.

Para Yázigi (2001), hoje em dia, até cidadãos comuns já notaram que muitos lugares do mundo estão ficando com a mesma cara, não só em razão da consciência da globalização, mas já antes (sem que dela se falasse) pela força da evolução de tecnologias e modismos – que eram etapas do mesmo processo.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996, p. 20).

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as relações existentes entre as joias tradicionais nativitanas, as festas religiosas e o lugar. No que diz respeito a metodologia, as técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e de campo.

Na pesquisa bibliográfica, foram consultadas obras que tratam de festas e sua aproximação com o lugar e identidade. Na pesquisa de campo, realizamos entrevistas junto aos artífices locais: ourives, ex-ourives, aprendizes, utilizando-se a amostragem bola de neve, um sujeito sendo indicado pelo anterior. Já nas festas religiosas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da

Natividade foram realizadas entrevistas in loco durante os rituais festivos. Para a efetivação deste estudo fez-se uso de abreviaturas, assim: M (Moradores); O (Ourives); EO (Ex-Ourives) e AP (Aprendizes).

2. O USO DAS JOIAS TRADICIONAIS E/OU FILIGRANADAS NAS FESTAS RELIGIOSAS

O ofício da ourivesaria e a arte dos mestres filigraneiros como aponta Iphan (2007) não pode ser visto desatrelada de outras manifestações religiosas nativitanas, como a celebração do Divino Espírito Santo, a festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade e a festa do Nosso Senhor do Bonfim, bem como a confecção de bolos e biscoitos de d. Naninha – está tudo entrelaçado: as festas, as práticas, personagens e saberes que identificam a cultura imaterial de Natividade.

Para Marandola Júnior (2014), ao se acordar que o lugar acompanha sempre o homem, nem sempre concordamos com esta ou aquela definição: “[...] há uma infinidade de definições de lugar e de sentido que varia conforme as teorias e os autores. Umhas objetivas e outras subjetivas. O sentido de lugar implica o sentido da vida e, por sua vez, o sentido do tempo” (MARANDOLA JÚNIOR, 2014, p. 3).

Tuan (2013), afirma que é impossível discutir o espaço experimental sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. “[...] o espaço da criança se amplia e torna-se mais bem articulado à medida que ela reconhece e atinge mais objetos e lugares permanentes. O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p.167).

Sobre a época preferida para usarem as suas joias filigranadas, as nativitanas comentaram:

M1: Eu uso o ano inteiro, mais nas festas religiosas do Divino e da padroeira.

M3: Eu não tiro essas joias nem para dormir.

M7: Algumas joias em festas da padroeira, outras no dia a dia, no domingo.

M9: Nas festas tradicionais religiosas padroeira e festa do Divino, Romaria do Senhor do Bonfim.

M10: Uso mais no festejo do Divino Espírito Santo.

M13: O hábito é antigo, minha avó tinha muito ouro, muitas joias, a própria igreja incentivava as pessoas se embelezarem para as festas.

Os rituais e costumes do passado não são somente soluções úteis ou meras expressões conservadoras. Seu sentido vai mais longe e se mostra mais nítido quando se descobre neles formas de resistir aos efeitos de formadores da cultura dominante. Nestas manifestações se encontram soluções para o presente. Não se trata de conservadorismo, mas, em muitos casos, de preservação de uma base, a partir da qual resiste, conservando a identidade, a dignidade e solidariedade (FERREIRA, 2005, p. 62).

Percebe-se, no que diz respeito à Natividade, a forte relação histórica, que se materializa nas suas festas religiosas, e permanecem ativas, mesmo tendo que concorrer com shows de forró e outras festas. Desse modo, as festas religiosas, assim como a técnica da filigrana, que vem sendo mantidas há pelo menos um século, representam uma forma de resistência cultural, frente à proposta neoliberal de homogeneização das ideias, dos hábitos, dos adereços e dos mercados.

As festas são desse modo, importantes instrumentos de significação entre os homens e a precariedade da vida, onde os seres humanos buscam respostas para as aflições e agruras do cotidiano (Figura 3).

Figura 3 - Cortejo da Festa do Divino, ocasião em que as mulheres nativitanas usam as suas filigranadas e mulher nativitana usando joia em filigrana



Fonte: Bonfim, 2019.

No que tange ao uso das joias pelas moradoras de Natividade, os ourives e ex-ourives entrevistados responderam que as nativitanas têm preferência em comprar e utilizar os adereços principalmente durante a festa do Divino Espírito Santo, seguida da festa de Nossa Senhora da Natividade. Outras datas/épocas do ano também foram citadas em menor quantidade: romaria do Bonfim, natal e carnaval (Quadro 1).

Quadro 1 - Uso das joias tradicionais em festas ou outras épocas do ano em Natividade

Ourives/ ex-ourives e aprendizes	Festa do Divino Espírito Santo	Festa de Nossa Senhora da Natividade	Outra festa ou época do ano (Bonfim, natal, carnaval etc)
O1	X	X	
O2	X	X	
O3	X	X	X
O4	X		X
O5	X	X	X
O6	X	X	
O7	X	X	
O8	X	X	
O9	X		
O10	X		X
EO1	X	X	
EO2	X	X	
EO3	X		
AP1	X		X
AP2	X	X	

Fonte: Bonfim, 2019.

Em relação ao uso das joias tradicionais mencionadas pelos ourives, ex-ourives e aprendizes das ourivesarias locais, percebeu-se que 100% deles apontou que os moradores têm a festa do Divino Espírito Santo como referência para a utilização dos adornos; enquanto 66% dos entrevistados citaram o uso dos adereços nativitanos na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade. As outras festas e/ou épocas: festa de Nosso Senhor do Bonfim, o carnaval, e o natal, foram citadas por 33% dos entrevistados.

Antes da invenção dos modernos meios de comunicação, enfoca Ferreira (2005), as festas constituíam importantes veículos de comunicação e interatividade pública: eram momentos de afirmação da identidade coletiva, a vida e o lugar se mostravam nas festas, lugares simbólicos através dos quais o indivíduo tomava consciência de seu “pertencimento” a determinado grupo.

Em Natividade, pertencer a um grupo, igreja ou irmandade transcende o instante presente, sendo um legado colonial. Pertencer a uma igreja ou irmandade representava muito mais do que a simples presença nas festas, mas alívio eterno.

Ensina Karash (2012), que em Natividade existiu por volta do final do século XVIII, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde os negros professavam sua religiosidade sob a roupagem do catolicismo, tinham um espaço para se reunirem, socializarem as dificuldades do dia a dia, e se organizarem em festas.

Participavam dessa irmandade escravos e forros, que utilizavam os seus adereços, como as joias. Pela quantidade de ouro que doavam é possível deduzir a utilização desses objetos.

Para aqueles que viveram no fim do período colonial, os serviços mais valiosos das irmandades dos pretos eram para louvar Nossa Senhora, honrar os santos negros e consolar os irmãos com os ritos religiosos fundamentais, sobretudo orações pela alma dos mortos. Pode-se comprovar que os negros valorizavam esses ritos pela quantidade significativa de ouro que eles doavam às irmandades dos pretos para a compra de cera para velas e pelo pagamento de missas, funerais e orações pelos seus mortos. As festas mais importantes que os membros financiavam eram as procissões e as missas solenes, com música nos dias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (KARASCH, 2012, p. 55).

A festa reproduz simbolicamente a condição do caos mítico primordial, quando promove a anulação do presente. “[...] assim, a festa é um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada – necessário para garantir a integridade do indivíduo” (FERREIRA, 2005, p.75).

Em Natividade, a festa do Divino Espírito Santo e a festa de Nossa Senhora da Natividade são apenas alguns exemplos de festas que carregam a tradição cristã-europeia com algumas adaptações de origem africana.

No que diz respeito à relação entre as joias e as festas religiosas, como Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Natividade, obteve-se as seguintes declarações das depoentes:

M3: Acho que tem relação, a Pomba, o Coração, a Peixa.

M5: Acho que sim, as joias são daqui, as festas também são daqui.

M6: As festas influenciam o uso das joias, cada pessoa quer se apresentar mais bonita.

M9: Porque as joias tradicionais tem símbolo religioso, como o peixe e a Pomba, o brinco Cacho de Uva, crucifixo.

M11: Acho que sim, pelo fato da valorização da religião e das joias.

M12: O hábito de usar joias nas festividades sempre existiu, porém com a ourivesaria Mestre Juvenal o uso da prata aumentou... geralmente as pessoas usam mais joias, o Divino, o Coração Nativo.

M14: O elo entre as festas e as joias é a tradição.

M16: É uma ligação mais pela tradição, elas não guardam as joias nessas datas, fazem questão de usar.

3. FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Em Natividade, a grande festa religiosa esperada pela população é a do Divino Espírito Santo. Nesse momento, mais do que em qualquer outro emerge a utilização de joias tradicionais confeccionadas tanto em ouro como em prata pelos artesãos filigraneiros locais: brincos, corações, pulseiras, anéis, crucifixos colares; como a “Pombinha do Divino”, a “Peixa”, brinco Flor de Maracujá, o Coração Nativo, anel Escravo podem ser vistos nas pessoas²⁰.

No que tange ao Divino, sabidamente uma das peças mais antigas e tradicionais, atualmente são 4 tipos feitos em Natividade, um deles é confeccionado utilizando-se a técnica da filigrana.

A celebração do Divino Espírito Santo é a festa de maior expressividade, e conta com a participação de grande parte da população. O festejo do Divino Espírito Santo é uma celebração com data móvel, estipulada pela data da Páscoa. A sua origem não se sabe ao certo, mas sua institucionalização, nos inícios do século XIV, é atribuída à rainha Isabel e ao rei Dinis, rei de Portugal (IPHAN, 2006).

De acordo com a Igreja Católica, declara Iphan (2007), o nome litúrgico que recebe é “Festa de Pentecostes”, que se trata de uma tradição religiosa cristã católica, a vinda do Espírito Santo foi anunciada aos apóstolos por Jesus como o “consolador”.

Destaca o Iphan (2006), que no Brasil a festa do Divino Espírito Santo teria chegado com a colonização e se firmado em meados do século XVII. Essa manifestação que ocorre em diversas regiões do país, na América portuguesa, estaria intimamente ligada ao período da mineração de ouro e se conservado especialmente nas grandes cidades goianas do século XVIII, e Natividade está neste contexto.

Ainda hoje, nesta localidade, a celebração do Divino se caracteriza pela repercussão que tem entre o povo, mobilizando-o para participar dos eventos ou a ele assistir. Por grande parte das cidades que foram formadas no contexto da mineração, há uma grande festa que comemora o Divino²¹.

Os encontros das festas se configuram em momentos de festividade, quando os cidadãos nativitanos também aproveitam para se divertir e confraternizar. A festa do Divino envolve a comunidade como um todo e a ourivesaria em filigrana está presente principalmente por meio do uso das peças relacionadas à festividade, e se evidencia na figura da pombinha estampada em brincos, pingentes e anéis.

A comunidade nativitana, de um modo geral, se envolve em todas as etapas da preparação da festa. Durante o período festivo, o tempo cotidiano é substituído pelo tempo ritual da festa - é a ruptura da rotina. A comunidade “se purga” de suas contradições sociais - o espaço da festa passa a ser território comum em que todos os cidadãos circulam/convivem para além de suas diferenças. E, por vezes, evidenciando-as, principalmente pelo uso das tradicionais joias fabricadas na cidade.

A festa do Divino Espírito Santo reúne todos os anos grande quantidade de moradores, nativitanos que residem em outras cidades e turistas do Tocantins e de outros estados brasileiros. Averiguou-se de acordo com os moradores entrevistados que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino. Logo em seguida temos:

colar Flor de Maracujá, Coração Português. Outras joias citadas foram: crucifixo, anel Escravo, pulseira Flor de Maracujá, colar Lantejola, anel do Divino, colar de Contas. Foi citado uma única vez: Sete Vidas e a Flor Maria da Penha (Quadro 2).

Quadro 2 - Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade

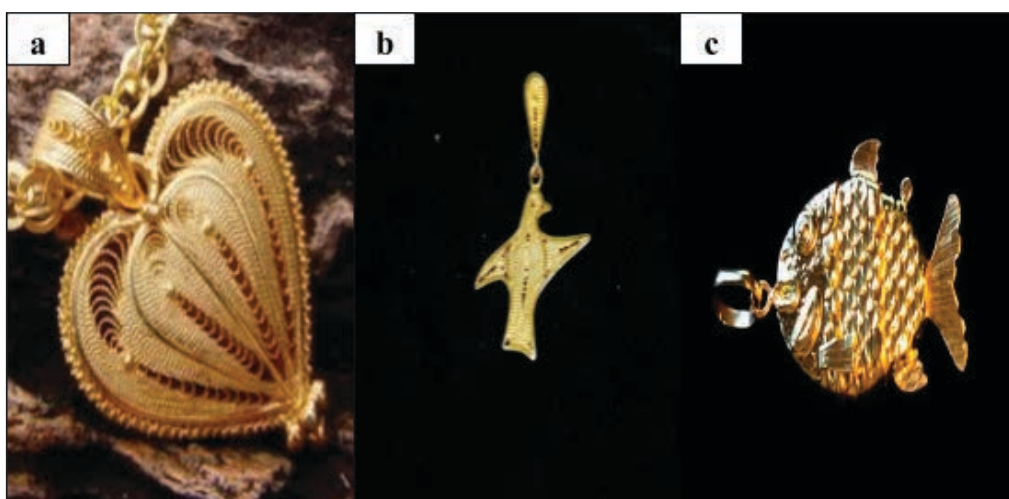
Joias nativitanas	Joias utilizadas na festa do Divino Espírito Santo
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	5
Anel Escravo	2
Sete Vidas	1
Crucifixo	3
Colar Flor de Maracujá	4
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	1
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejola	4
Coração Português	4
Colar de Contas	2
Anel do Divino	2

Fonte: Bonfim, 2019.

A festa do Divino Espírito Santo é considerada pela população a principal festa realizada na cidade, nessa ocasião as peças tradicionais e filigranadas marcam a religiosidade e a identidade local.

Para os ourives e ex-ourives, algumas peças se relacionam mais estreitamente com a memória, como o Coração Português, Divino (filigranado), e a Peixa (Figura 4).

Figura 4 - Coração Português/ Divino/ Peixa



Fonte: Ascuna, 2018. Adaptado pelo autor, 2018.

Nota: a) Coração Português; b) Divino; c) Peixa.

O uso das joias nessas festividades atribui sentido simbólico, econômico e religioso às peças, conforme Iphan (2007, p.5) “[...] é possível encontrá-las em pessoas de todos os segmentos sociais, o metal que, fundido, se transformou em pombas, corações, figas, flores de maracujá e fios, que ornam pescoços, braços e cinturas”.

O povo, sobretudo os devotos, vem às festividades bem vestidos e com muitas joias artesanais em ouro e prata os adornando. Importante salientar que no que tange ao material utilizado, as joias em ouro e em prata praticamente se equivalem, com pequena vantagem para as confeccionadas em ouro.

As joias foram confeccionadas pelos ourives locais, evidenciando como os fios de ouro e prata da filigrana se entrelaçam com os fios da vida dos nativitanos. As joias em filigrana são usadas como forma de ostentação do poder econômico, mas principalmente pelo poder religioso e simbólico que as peças possuem. A grande maioria das peças tradicionais ligadas à religiosidade é verdadeiramente artística; entre elas podemos encontrar principalmente: a pomba do Divino em formato de anel, brinco, broche, pingente, crucifixos variados, peixes articulados (Peixa), brincos Cacho de Uva, Corações de filigrana, colares em Conta e Lantejola, entre outros (IPHAN, 2007, p. 10).

4. FESTA DE NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE

Sobre a Festa de Nossa Senhora da Natividade, de acordo com o viajante austríaco Pohl, provavelmente tenha sido a primeira festa a ser comemorada em Natividade, posto que a imagem da santa Nossa Senhora da Natividade data de 1735, e a igreja de Nossa Senhora da Natividade de 1759 (IPHAN, 2007). Portanto, essa festa teria surgido ainda nos tempos áureos da mineração de ouro na região.

Em 1819, o viajante, naturalista e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl, esteve em Natividade.

Precisamente ao tempo de nossa estada, aqui se realizaram as novenas da Natividade da Virgem Maria. A igreja da Natividade de Nossa Senhora estava inteiramente iluminada à noite, quando os sacerdotes celebravam as vésperas. Aqui também são usadas, em vez de lâmpadas, cascas de laranja cheias de óleo de rícino. Era colocadas em suportes feitos de talos leves de buritizeiro, e, distribuídas em toda a altura e largura da igreja, viam-se as letras V.S.D.N. (Viva a Senhora da Natividade). Essa iluminação é custeada pelos juízes e juízas eleitos pelo povo. O juiz deve fornecer a pólvora, os tiros de regozijo e a aguardente necessária, e pagar os músicos. A juíza fornece o óleo para a iluminação da igreja, bem como as frutas conservadas em açúcar (POHL, 1976, p. 272).

Segundo Pohl (1976), a festa teve seu ápice no dia 8 de setembro, data em que os moradores apareceram em trajes de gala, e por motivo da igreja destinada à liturgia se encontrar em ruínas, comemorou-se a festividade na igreja de São Benedito. Havia sacerdotes e alguns milicianos fardados. No final foram disparados tiros e foguetes. À tarde encerrou-se a festa com uma procissão em que apareciam muitas bandeiras, além de músicos, rabequistas e cantores. Percebeu-se, porém, a ausência de senhoras na procissão.

O hábito de se ornar para as festas é algo antigo e secular em Natividade. Na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade, que acontece no mínimo a duzentos anos, descobriu-se, ao indagar moradores da cidade que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, pingente Coração Nativo, pingente Pomba do Divino e a Peixa (Quadro 3).

Quadro 3 - Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade

Joias nativitanas	Joias utilizadas na festa de Nossa Senhora da Natividade
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	6
Anel Escravo	2
Anel do Divino	2
Crucifixo	4
Colar Flor de Maracujá	3
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	2
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejoulas	4
Coração Português	3
Colar de Contas	1

Fonte: Bonfim, 2019.

Na festa de Nossa Senhora da Natividade, que talvez seja a de existência mais antiga, posto que segundo a tradição oral a imagem da santa exposta no altar da igreja data de 1735, as joias mais utilizadas também coincidem com as mais usadas na festa de Divino: brinco Flor de Maracujá, pingente Coração Nativo, pingente Pomba do Divino, Peixa. Também se destacam o colar de Lantejoulas, colar Flor de Maracujá, crucifixo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, procurou-se investigar o entrelaçamento entre a técnica da filigrana no município de Natividade, Tocantins e suas relações com as duas festas mais tradicionais: Nossa Senhora da Natividade e Divino Espírito Santo, e o lugar.

Percebeu-se que todas essas manifestações estão entrelaçadas a várias gerações, o que fortalece a identidade dos moradores com o seu lugar. Constatou-se que as festas religiosas estudadas são as épocas do ano preferidas para os cidadãos se adornarem.

Outrossim, verificou-se que entre as joias mais utilizadas nos rituais festivos destacam-se as peças com forte presença de simbologia religiosa.

Desse modo, a existência das festas e o uso das joias nestas cerimônias codificam além de estabelecer laços emotivos com a cidade. E é através dos adereços que essa herança se torna mais evidente, pois carrega consigo um conjunto de símbolos e códigos. Seu significado está no subconsciente dos indivíduos. E representa sua visão do mundo através das peças que seguem padrões e regras antigas.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Sudeco, 1979.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- ASCCUNA, Jóias. 2013. Disponível em: http://joiasdenatividade.com/s/?page_id=2#all/1. Acesso em: 11 abr. 2020
- BONFIM, Wátila Mislá Fernandes. **Os filigraneiros de Natividade, Tocantins: patrimônio imaterial, identidade e turismo**. Goiânia: Editora Kelps, 2019.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 1996.
- FERREIRA, Maria Nazareth (org). **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: Celacc/ ECA/ USP, 2005.
- FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

IPHAN. **INRC de Natividade**: estudos para o registro da ourivesaria em filigrana de Natividade, Tocantins como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Brasília: Iphan, 2007.

IPHAN. **Joias artesanais de Natividade**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. *In*: XAVIER, Giovana (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Sobre ontologias. *In*: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PALACÍN, Luís. **O patrimônio histórico de Goiás**. Brasília, DF: SPHAN/Pró-memória, 1987.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. Londrina: Eduel, 2013.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade**. Brasília, DF: MEC-Pró-memória, 1985.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

O RIO E AS RUAS: LUGARES DE MEMÓRIA EM PORTO NACIONAL/TO

*Juliana Ricarte Ferraro*²²

*Ariel Elias do Nascimento*²³

1. INTRODUÇÃO

Porto Real, Porto Imperial, Porto Nacional. Três nomes sobre o mesmo espaço. Três cidades em uma única urbe, forjando narrativas que revelam um passado repleto de simbolismos, os quais, tal como as águas do rio, rompem o presente impondo um dinamismo em seus usos e costumes, trazendo a público ideias que sintetizam a cultura de uma cidade forjada no e pelo rio Tocantins. Cidade pensada, vivida, experienciada em seu tempo, onde suas alegorias fazem parte da produção e da discussão do espaço público.

Porto da poesia, Porto da música, Porto da cultura, Porto da pesquisa. Com certa frequência, a cidade de Porto Nacional foi e ainda é tema de livros e de poesias, na qual são narradas suas histórias, seus sabores, perfumes e conversas, cujas existências se deram nas ruas e nos becos de seu Centro Histórico.

Pretendemos com este texto ampliar e construir outros olhares sobre a formação identitária de Porto Nacional, cidade localizada no interior do estado do Tocantins. Isto significa que proporemos uma mudança do *locus* narrativo, promovendo o rio Tocantins como o mito fundador desta cidade.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

As cidades, de modo geral, apresentam um abrangente sistema simbólico os quais estão associados à religião (com os templos das mais variadas matrizes religiosas), à economia (com os bancos e demais serviços comerciais), à educação (com as escolas e faculdades). Não menos importante, os monumentos representam um outro leque interpretativo sobre o papel simbólico presente nas cidades e será sobre eles que nos debruçaremos a seguir.

Pensar a cidade, seus lugares de memória, seus lugares de história, a partir do prisma da sacralidade dos espaços e suas formas ritualísticas de manutenção, é a base fulcral da análise, em que se propõe em releituras sobre os espaços da memória, conduzindo argumentação sobre os espaços de história existentes nestas múltiplas cidades que conhecemos por Porto Nacional.

Refletindo sobre os conceitos de identidade e passado é importante frisar que as identidades são forjadas ao longo do tempo passado e representam, no presente, a simbiose de todo

um movimento onde as memórias sociais projetam os desejos de uma sociedade. Estas mesmas identidades recompõem o presente segundo o passado na qual foram forjadas. O presente se torna, nesta perspectiva, refém do passado. (ANDERSON, 2008).

Pierre Nora, em célebre artigo sobre a memória e a história, esclarece os efeitos que a modernidade enseja nas memórias coletivas. Segundo o autor, os avanços técnicos da modernidade forçam as memórias a terem uma outra dinâmica em relação à produção de sua identidade coletiva, individual, social e regional. A aceleração das mudanças interfere na produção e na reprodução das memórias e das histórias, ressignificando lugares físicos ou imaginários; a problemática dos lugares é fundamental para se pensar nas potencialidades de como a modernidade vem ressignificando a história local. (NORA, 2012).

O que é a cidade? Esta é a pergunta feita por Lewis Mumford no início da obra clássica *A cidade na história*, originalmente lançada em 1961. Mumford salienta que a cidade é uma construção imagética cujo destino é proporcionar a vida e o desenvolvimento do homem ao longo do tempo, abrangendo uma interpretação que seja tanto orgânica quanto pessoal. (MUMFORD, 1991, p. 10).

Neste sentido, o presente artigo surge como uma possibilidade de repensar a história de Porto Nacional, seguindo a premissa levantada por Mumford, qual seja, partir do orgânico e do pessoal para se pensar em uma nova interpretação sobre a cidade. Para tanto, e pensando neste diálogo entre o orgânico e o pessoal, realizaremos uma interpretação pela simbologia urbana, pela construção das metáforas da vida que, involuntariamente, criam e recriam as funções dos espaços, alterando infinitamente não apenas os usos, mas também as memórias dos lugares.

David Lowenthal, em texto clássico intitulado *Como conhecemos o passado*, aborda a questão de como o passado permanece no presente; em outras palavras, como o passado vivido, vivenciado, experienciado, construído, torna-se nodal para se pensar o presente; mas não apenas pensar o presente, mas também como as identidades se processam no presente. Segundo Lowenthal, (2012, p. 83) “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado”.

Neste sentido, e seguindo a leitura de Lowenthal (2012), embora o passado sempre apresente uma mesma narrativa histórica, as identidades contemporâneas são moldadas pelas diferentes experiências, sejam elas políticas, econômicas, religiosas, sociais, de forma que a realidade *do e no* presente promove releituras diferentes sobre o passado e, através destas memórias enviesadas pelo presente, reconstrói-se um passado metafórico, não real. Lowenthal completa a ideia com a seguinte afirmação:

As lembranças também se alteram quando revistas. Ao contrário do estereótipo do passado lembrado como imutavelmente fixo, recordações são maleáveis e flexíveis; aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então os re-interpretamos à luz da experiência subsequente e da necessidade presente. (LOWENTHAL, 2012, p. 97).

Esta abordagem sobre o passado, sobre as identidades construídas, nos conduz a uma importante análise: a identidade promove o enraizamento de uma tradição, responsável pela manu-

tenção de costumes, hábitos e crenças. Essa tradição corrobora para a consolidação das histórias de um passado que servirá para a manutenção da tradição no tempo futuro. Nesse sentido, identidades, tradições, histórias e memórias consolidam ou fazem parte de uma mesma ação que estabelece como pontos de análise a existência do homem na ocupação do espaço, com suas histórias e memórias esparsas, criando e fortalecendo possíveis tradições.

Michel Pollak, em importante texto intitulado *Memória, esquecimento, silêncio*, apresenta um conceito de suma importância para a análise que se propõe. Para ele, a memória é enquadrada, ou seja, escolhe-se o que deve ou não ser lembrado. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 10); reinterpretar o passado conforme as necessidades é algo plausível:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, decisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. (POLLAK, 1989, p. 10).

Mais adiante, Michel Pollak apresenta os argumentos relacionando a memória coletiva com a criação de mitos que funcionam como uma estrutura de manutenção do passado nas memórias individuais e coletivas, conferindo ao presente identidades que se justificam pelas memórias. Segundo o autor:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (POLLAK, 1989, p. 12).

Assim, a partir do momento que entendemos que a história é o resultado das experiências sociais no espaço, e que estas experiências produzem rastros, deixam vestígios das ações

humanas, demonstrando seus usos, saberes, costumes, tradições, e que, por fim, ao termos posse destes materiais deixados no tempo, podemos reescrever o passado, empoderando qualquer discurso, re-inventando o passado. Não apenas inventar de novo, mas inventar diferente, através de uma rememoração que se quer sugerir como única e possível, sem que outras vozes tenham a mesma legitimidade histórica para narrar suas experiências. (HOBSBAWM; RANGER, 2006).

Colocados esses argumentos teóricos, é necessário expor aqui nossa hipótese: partindo das leituras apresentadas, em que o passado está carregado de memórias e estas buscam seus lugares que, em suma, representam este passado, temos o monumento como um destes lugares de memória, representando uma identidade.

3. O MITO FUNDACIONAL: O ESPAÇO DO RIO TOCANTINS

Porto Nacional é uma cidade fruto de seu tempo e de sua região; sua história está vinculada ao rio que a margeia, sendo este a força motriz para o desenvolvimento das necessidades humanas citadinas. Por conta deste vínculo, sua gênese encontrar-se unida a um mito fundador, mito este que representa, para a cultura local, o símbolo de luta e de determinação pela sua existência civilizada perante o outro, o diferente, o exótico.

Por este caminho, é necessário pensar sobre a representatividade desse mito fundador, respondendo as seguintes perguntas: a quem ele representa? Qual discurso ele legitima? Em outras palavras, ao se debruçar sobre as narrativas que elucidam a gênese da cidade, estas acabam promovendo uma ressignificação do presente.

Qual o mito fundador identificado na origem de Porto Nacional? A cidade está alicerçada sobre o mito do herói; num sentido macro, consolidando a ideia de um passado glorioso, repleto de lutas contra problemas diversos (problemas naturais, sociais e econômicos). O mito do herói perpassa o imaginário local, reconstruindo na memória coletiva a necessidade de superar as dificuldades do presente, tal como feito no passado.

Vários exemplos são encontrados no passado, os quais estão presentes no cotidiano dos moradores: os ribeirinhos e a luta contra os indígenas; os ribeirinhos e a luta contra o rio; os ribeirinhos e a luta contra o isolamento. Estes três mitos se ressignificam no século XX na figura de representantes políticos, que lutam pela autonomia do Estado, lutam contra o isolamento geográfico, ou mesmo contra o isolamento econômico.

O que prevalece em cada um desses exemplos é a transformação de pessoas em heróis, os quais assumem a função de “libertar” da cidade de um passado “ancorado nas trevas”. Seus feitos são eternizados e imortalizados, conferindo a seus autores a figura de um herói (individual ou coletivo) que está presente no imaginário social da cidade.

Na medida em que levantamos a possibilidade de se questionar verdades construídas e consolidadas, abrimos o caminho para rever essas mesmas verdades, repensar a validade atual dos discursos legitimadores de um passado que já não representa as práticas da memória atual. Segundo Paul Ricoeur (2012), em suas análises sobre o tempo e a narrativa, há um descompasso entre a memória e a história, na medida em que a memória, construída pela passividade, está alicerçada nas experiências individuais, e a história, construída pela representância, alicerça-se

nos discursos legitimadores do passado. Há urgente necessidade de se repensar os mitos fundadores da cidade de forma que a passeidade e a representância consigam, de alguma maneira, mostrar um discurso sobre o presente diferente daquele que comumente se apresenta à sociedade de modo geral.

O rio é uma fissura geográfica por onde correm águas que seguem um curso. Ele pode ser natural ou resultado de uma ação antrópica. No caso em estudo, é um curso d'água natural, correndo na direção sul-norte, desaguando na foz do Pará, após percorrer 2.416 quilômetros desde sua nascente na serra Dourada. Como esclarece Kátia Maia Flores (2009), o rio Tocantins era dividido em três partes e duas delas apresentavam algumas dificuldades, como corredeiras e cachoeiras, sendo necessário o uso de técnicas específicas desenvolvidas pelos barqueiros para romper estes acidentes fluviais durante a navegação.

O que significa este rio para a cidade de Porto Nacional? A história da cidade está intimamente ligada ao rio Tocantins; a cidade foi se consolidando, ao longo dos períodos colonial e imperial, como um dos mais importantes entrepostos comerciais da região norte da Província de Goiás, em decorrência de sua localização geográfica, uma vez que a cidade está alicerçada em um platô à margem direita deste rio, possibilitando não apenas o desenvolvimento urbano, comercial, econômico e social da comarca, como também o desenvolvimento das técnicas de navegação, de comércio e de agricultura, associadas à economia local. Assim, pode-se dizer que o saber fazer está intimamente associado ao saber viver com o rio.

O que é o rio Tocantins? Como ele se insere nas dinâmicas locais de Porto Real / Imperial / Nacional? Em que sentido a navegação por este rio afetou a cidade? Essas questões são relevantes para a reflexão sobre a cidade e o rio, uma vez que refletem as memórias e as identidades forjadas na dinâmica do uso deste espaço, ou seja, como o rio impôs determinadas práticas sociais e como essas práticas alimentaram o imaginário local acerca da vida de uma população ribeirinha. Por esse caminho devemos entender algumas dinâmicas sociais da cidade para saber como o rio nelas interfere.

O século XIX foi um momento ímpar para Porto Imperial. A cidade logo apresenta determinados padrões burgueses de vida que contrastam com as duras realidades locais; são características asseguradas pelas diferenças econômicas, sociais e políticas que fazem parte da história do Brasil Imperial. Uma cidade que começa a se desenvolver margeando o rio e que sobre ele erige toda sua estrutura de diálogo com o mundo exterior. Segundo a professora Kátia Maia, “os ribeirinhos isolados, aos seus modos, criaram meios de vencer o abandono, navegando rios à força física, levando seus produtos para o mercado de Belém do Pará e de lá trazendo traços de civilização aos rincões do Tocantins.” (FLORES, 2009, p. 134). Dos produtos importados do comércio paraense, destacam-se o “sal, tecidos, louças e boticas, ferragens, ferro em barra, aço, cobre em folhas, barricas com garrafas de cerveja, boticas de genebra (sic) em farinha de trigo, etc.”, (FLORES, 2009, p. 78).

Ainda segundo a pesquisadora, que se deteve em longo e profundo estudo sobre o rio Tocantins, a navegação por este rio, desde sua partida pelo porto de Porto Imperial, até sua chegada no Pará, era, antes de mais nada, uma aventura que durava, em média, um mês repleto de ameaças naturais e fisiológicas. Superada a barreira da viagem de ida, havia o próximo desafio, ainda mais árduo, pois o retorno a Porto Imperial durava longos seis meses na subida do rio; 180 dias remando contra a corrente e contra as cachoeiras das águas revoltas do traiçoeiro rio. (FLORES, 2009, p. 89).

Por conta do acidentado percurso, a navegação por todo o trajeto do rio era repleta de expectativas e ansiedades que alimentavam os medos e as bravuras dos marinheiros que desbravavam suas águas. A pesquisadora Maria de Fátima Oliveira (2010) nos apresenta outros ingredientes que também compunham o imaginário destas travessias e que as faziam parecer ainda mais arriscadas: os causos e as doenças. A malária, a diarreia de sangue, a tuberculose e a bexiga estiveram presentes no cotidiano das embarcações, seja por conta de falta de higiene, seja pelo consumo da água do rio. O imaginário, seus mitos e suas lendas assegurava à tripulação boas horas de conversas e apreensões: havia a Boiúna, uma enorme cobra que devorava os navegantes que se arriscam pelo Tocantins, como também os Negros d'Água que roubavam a embarcação quando esta atracava em terra.

O regresso configurava, então, e por este cenário, a construção dos heróis que bravamente conseguiram lutar contra infortúnios biológicos, mágicos e naturais, levando e trazendo muito mais do que mercadorias, mas também esperança e expectativas.

No século XIX, época que estamos analisando, registram-se os seguintes dados estatísticos sobre a população de Porto Imperial: em 1812, contava com 1867 moradores; em 1900, a população sofrera um aumento, chegando a 5011 habitantes. (OLIVEIRA, 2010, p. 241-244).

Há uma dependência intrínseca entre o rio e a cidade, cada um deles sobrevivendo com o outro. Esta dupla dependência firma, assim, um outro espaço, o espaço de uma cultura que se molda na dinâmica fluida das águas e que encontra no espaço urbano seu lugar de pouso, permanência, diálogo e construção. É no espaço da cidade que se faz presente a elaboração e a preservação de uma cultura ribeirinha, que se funde com o rio ao sabor das vazantes e das cheias, permitindo uma dupla percepção de uma vida urbana dependente dos fluxos sazonais das águas do Tocantins, lugar ímpar onde os heróis se aprumavam para narrar suas desventuras náuticas.

Na área de fronteira delimitada pela geografia física, entre o rio e a cidade, forma-se um espaço de fluidez cultural, cujas necessidades humanas são obrigadas a dialogar com a força das águas para conseguir o melhor proveito de todo este ambiente, não apenas o saber fazer, mas, e principalmente, o saber viver. A população de Porto Imperial que depende do rio tem plena percepção deste espaço no qual se consolida uma experimentação entre a terra e a água, uma cultura que é um amálgama das tradições indígenas, das tradições dos africanos e das tradições da elite branca local. Isso significa dizer que por toda a orla por onde se esparrama a cidade forja-se uma cultura híbrida, fruto do diálogo entre os saberes e fazeres das culturas nativa, africana e branca, representando localmente as análises de Darcy Ribeiro (2006).

As origens dos saberes estão fixadas no pretérito; estejam estes saberes ancorados na construção, ou mesmo na arte do marear, podemos inferir algumas relações sobre os possíveis aprendizados na construção e na navegação através do contato direto com as tribos indígenas presentes na região desta província. Neste sentido, e em obra já citada, a pesquisadora Kátia Maia Flores apresenta uma importante análise demonstrando este hibridismo cultural:

A tripulação das embarcações que trafegavam pelo rio era formada, no início, em sua maioria, por índios ribeirinhos. Eram eles os remadores que, além de profundo conhecimento do rio, possuíam força física e destreza para tal atividade. Além disso, sabiam extrair tanto do rio como das suas margens os alimentos necessários à complementação da provisão, nem sempre suficiente

para todo o trajeto e motivo de grandes conflitos nas viagens. (FLORES, 2009, p. 86).

As abordagens culturais alicerçam-se, de forma plausível, na arte da construção das embarcações e na arte do comércio fluvial. Assim, as dinâmicas culturais que estão consolidadas na vida da cidade através do rio estão relacionadas ao comércio, ao tempo deste comércio, aos seus produtos e aos seus preços.

Este espaço transforma-se em símbolo de diversas conquistas: uma conquista comercial, representada pela real ampliação da área de atuação e intercâmbio com a região norte da colônia / império; uma conquista simbolizada pelo crescimento urbano, proporcionado pelo rio que trouxe para a população local inúmeros bens de consumo provenientes de outras regiões; uma conquista marcada pela expansão das ideias, pois é através da navegação que ocorre a propagação das notícias, por meio de jornais, cartas, histórias ou conversas de pescadores.

Nesta perspectiva, alguns espaços tornam-se pontos de intensa circularidade cultural, como, por exemplo, as embarcações, o cais, os botequins e as feiras; são espaços cujas notícias se propagavam, consolidando fatos e feitos heroicos e assegurando um lugar digno na memória dos navegantes àqueles seus pares que perderam suas vidas na saga da luta contra as águas mágicas do Tocantins.

O rio se transmuta, não apenas em portal, mas num lugar de fluidez cultural; uma cultura que é forjada como fruto de tensões econômicas ou sociais, causadas principalmente pelas disparidades existentes entre as tripulações que, no curso de sete meses de navegação, era forçada a conviver e a sobreviver no diminuto universo que eram as embarcações. (FLORES, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma visão rápida, propomos neste texto construir uma narrativa pensada na importância que o rio Tocantins exerceu na construção histórica da cidade de Porto Real / Imperial / Nacional, assim como nas relações entre cidade e rio se ressignificam historicamente. Ao deslocar o olhar para o rio, pode-se fazer uma analogia

As histórias transmitidas pela tradição oral e as apresentadas pelas fontes documentais, pela historiografia local, mostram que a cidade se ergueu por conta das ações dos desbravadores dos rios, os marujos que, com determinação, fizeram história nas águas do Tocantins. Esta cidade que nasce dos atos heroicos dos navegantes, nos anos finais do século XVIII e todo o século XIX, surge e cresce participando diretamente do comércio fluvial, fazendo parte de uma série de outros entrepostos comerciais existentes ao longo do rio, formando uma cadeia de outras cidades comerciantes que dependiam da navegação. Ao longo do século XX, tem início um processo de esquecimento desse passado, tendo em vista o processo de modernização iniciado a partir da construção de estradas de rodagem, as quais irão promover não apenas uma outra dinâmica sobre o tempo, como também uma reorganização estrutural da cidade, que passa a usar esta nova forma de transporte para gerenciar a logística de seu comércio.

Assim, e para concluir, quando se estuda a lógica da relação entre o rio e a cidade de Porto Nacional, percebemos que a ideia de patrimônio se amplia para além do olhar que envolve o pragmatismo econômico e o pragmatismo político; a lógica que se desvenda ao olhar atento

do investigador tem por base se pensar na parte emocional e histórica das ruas e do rio, os quais constituem lugares de memória, construtores de patrimônios, patrimônios que ultrapassam a lógica da “pedra e do cal” do patrimônio material, abraçando sobremaneira o patrimônio imaterial, o intangível, porém de grande valor para a coletividade portuense.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. (Coleção Pensamento Crítico, n. 55).

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 30 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. D. F. **Entre o sertão e o litoral**: cultura cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010. (Coleção Olhares, n. 8).

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 30 mar. 2019.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICOEUR, P. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 329-349, dez 2012. ISSN 1983-9928. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.456>. Acesso em: 11 abr. 2019.

LUGARES DE MEMÓRIA, ESPAÇOS SAGRADOS E SÍMBOLOS DE IDENTIDADES: O PATRIMÔNIO CULTURAL, RELIGIOSO E EDUCACIONAL DE PORTO NACIONAL

*César Evangelista Fernandes Bressanin*²⁴

*Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida*²⁵

1. INTRODUÇÃO

O texto apresenta o patrimônio cultural religioso e educacional da cidade de Porto Nacional e discute a importância do conjunto arquitetônico, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a preservação e a conservação da memória e da identidade de um povo e de sua cultura.

A ideia de patrimônio, durante muito tempo, esteve vinculada a ideia de bens e objetos de valor, de posses e de propriedades que se acumulavam ao longo da existência de uma pessoa e de sua família, que além de possuírem valor econômico tinham também um valor simbólico. No entanto, o termo ganhou novas nuances e sentidos ao longo da história, especialmente a ideia de bens que se referiam a uma nação. Foi o nacionalismo dos Estados Modernos, a partir do século XVIII, que evidenciou o marco para o conceito moderno de patrimônio, especialmente na França, com a Revolução de 1789 (PORTO, 2011).

Neste contexto, o patrimônio começa a ser considerado como um reflexo da Nação, não somente no domínio privado e de antigas tradições, mas “de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 17). Os monumentos franceses passaram a testemunhar o “gênio do povo francês” e a materializar a identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam como franceses” (CAMARGO, 2002, p. 21). Desta

24 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Diretório (CNPq/PROPE) Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. Técnico em Assuntos Educacionais na UFT. Mestre em História (PUC-GO). Graduado em História (UFT). E-mail: kaeserevangelista@gmail.com.

25 Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH- Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade; Doutora em História Cultural/UnB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Pedagoga/UCG (PUC-GO). Líder do Diretório CNPq/PROPE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais. E-mail: zeneide.cma@gmail.com.

forma, práticas de preservação patrimoniais emergiram como políticas de Estado na França, como salienta Camargo (2002), e que serviram de modelo para todo o mundo ocidental.

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (FUNARI; PINSKY, 2003, p. 16).

No Brasil, a ideia de proteção ao Patrimônio Nacional ganhou forças com o movimento de intelectuais modernistas e efetivou-se no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Neste período, o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, elevou a cidade de Ouro Preto à categoria de “monumento nacional” e o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 instituiu, organizou e definiu o patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Este decreto teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como primeiro órgão executivo do governo federal dedicado à preservação do patrimônio cultural nacional, que deu origem ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com responsabilidade de elaborar a política de preservação, criar o instrumento de tombamento histórico cultural e executar a fiscalização dos bens salvaguardados (PEDREIRA, 2005).

Documentos internacionais, conhecidos como Cartas Patrimoniais, corroboraram para os cuidados com a questão patrimonial. A criação da UNESCO após a Segunda Guerra Mundial tem “papel fundamental na conservação e proteção do patrimônio cultural universal enquanto gestora dos bens culturais no contexto mundial” (LARA, 2017, p.48). Em sua conferência de 1972, realizada em Paris, a UNESCO emitiu um documento final nomeado de “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, onde se define, entre outras coisas, a composição do patrimônio cultural e natural da humanidade, atribuído de valor universal e excepcional (LARA, 2017).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 promoveu a proteção do patrimônio cultural nacional e estabeleceu, pela primeira vez, o conceito de patrimônio cultural brasileiro.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s. p.).

Desde então, o serviço de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, fortalecido pela Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da UNESCO realizada em 2003 em Paris, tem zelado do Patrimônio Cultural material e imaterial ou seja, “[...] do conjunto de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual, material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural” (ATAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997, p. 11).

Diversas cidades no Brasil, desde a implantação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tiveram o seu conjunto de bens culturais materiais e imateriais colocado sob a tutela do Estado e compilado o patrimônio cultural brasileiro. Neste rol, a cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, desde 2008 teve o seu centro histórico tombado pelo IPHAN, recebeu o título de patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2008) e passou a compor os 77 conjuntos urbanos tombados no Brasil (IPHAN, 2015). No polígono de tombamento histórico de Porto Nacional, estão inseridos espaços sagrados e educativos que constituem-se verdadeiros testemunhos da história (DIAS, 2006), e que confundem-se com a trajetória e a evolução da cidade, compondo o patrimônio cultural religioso e educacional local.

Este texto ancora-se nos pressupostos teóricos-metodológicos da História Cultural que possibilitou a ampliação dos objetos e das fontes históricas em campos temáticos de pesquisa distintos, como a cidade, as identidades, as imagens, a memória, o patrimônio (PESAVENTO, 2008). Sua abordagem “pressupõe um método, trabalhoso e meticuloso, para fazer revelar os significados perdidos do passado [...] e propõe versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias” (PESAVENTO, 2008, p. 119). Desta forma, este artigo, de cunho bibliográfico, apresenta e discute questões pertinentes ao patrimônio cultural religioso e educacional de Porto Nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. PORTO NACIONAL, PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Porto Nacional é um dos 139 municípios do estado do Tocantins. Localizado a 60 km da capital Palmas, conta com 158 anos de emancipação política e tem suas origens no final do século XVIII, à margem direita do Rio Tocantins. Em pleno sertão nortista, a cidade de Porto Nacional, foi “o núcleo urbano mais dinâmico do antigo norte de Goiás” (OLIVEIRA, 2010a, p. 84).

Por todo o século XIX, “Porto Nacional foi destaque na região norte da província de Goiás. Nos registros de viajantes, poetas e historiadores, o núcleo populacional às margens do Rio Tocantins sempre teve um espaço que lhe foi peculiar” (BRESSANIN, 2017, p. 71). Impulsionado pela navegação, recheada de “longas e perigosas viagens anuais, até Palma e o Alto-Tocantins, de onde desciam carregados até Belém do Pará” (AUDRIN, 2007, p. 61), o comércio fluvial de toda a região dependia dos botes e barcos de Porto Nacional (OLIVEIRA, 2010).

Outros elementos corroboraram para o desenvolvimento da cidade de Porto Nacional, no último quartel do século XIX e ao longo do século XX. Além de sua privilegiada localização junto ao Rio Tocantins, a criação de gado, concomitante à prática do comércio fluvial, trouxe muitos para a região vindos de outras paragens de Goiás, do Piauí e da Bahia. Junto com a agricultura seriam as matrizes duradouras de sobrevivência e prosperidade para Porto Nacional (IPHAN, 2008, p.4).

Além disso, contou com a presença de um médico portuense, Francisco Aires da Silva, que após os estudos no sul do Brasil retornou para a cidade em 1899, onde desempenhou sua profissão e destacou-se também como professor, jornalista e deputado federal pelo estado de Goiás entre 1914 e 1930 (OLIVEIRA, 2010a).

A difusão de periódicos locais fez com que a imprensa se desenvolvesse largamente na cidade e contribuísse para a movimentação de forças políticas na região que, desde o início do século XX, já pleiteavam a autonomia do antigo norte de Goiás e a criação do Tocantins (CAVALCANTE, 2003). Destacam-se a Folha do Norte, editada de 1891 a 1894, O Incentivo, editado entre 1901 e 1902 e o Norte de Goyaz, publicado entre 1905 a 1912.

Com o estabelecimento da Missão Dominicana Francesa com os frades, em 1886, e as religiosas de Monteils, em 1904, a pastoral católica da cidade foi assumida ativamente, assim como o trabalho educativo a partir do Colégio Sagrado Coração de Jesus e diversas outras atividades de cunho social. Dessa forma, a missão dominicana marcou indelevelmente a sociedade portuense da época e deixou um expressivo legado para gerações futuras (BRESSANIN, 2017).

As intensas atividades e marcantes presenças numa cidade sertaneja, longínqua, numa região esquecida e abandonada pelos poderes públicos, quase sem vias de acesso, lá no “sem lugar”, tributaram à Porto Nacional expressivos títulos ao longo do século XX, como “oásis no sertão” (CAIXETA, 2011, p. 45), “Rainha do Norte e Princesa do Sertão” (OLIVEIRA, 2010a, p. 95), e “capital cultural do norte de Goiás” (MESSIAS, 2012, p. 24).

O legado edificado pelos religiosos e religiosas dominicanos contribuiu para que a cidade de Porto Nacional tivesse seu centro histórico catalogado como patrimônio cultural brasileiro no ano de 2008, visto que a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, obras arquitetônicas construídas pelos frades, estão inseridos no conjunto urbano tombado pelo IPHAN.

O caminho para o reconhecimento do centro histórico de Porto Nacional como patrimônio histórico e artístico nacional foi longo. Apesar de a cidade contar com a Lei municipal nº 967, de 27 de março de 1984, a qual instituiu o Conselho Municipal de Cultura, as ações para conservação e preservação de seu centro histórico foram tardias. Porto Nacional teve perdas irreversíveis e de valor histórico e artístico (LUSTOSA, 2012), tendo em vista que muitas modificações foram feitas e edifícios, de um significado ímpar para a cidade, foram demolidos ou afogados,

como o coreto da praça da Catedral e a Praia de Porto Real, no Rio Tocantins, que tornou-se um grande lago após a construção da usina hidrelétrica de Lajeado-TO no curso do rio.

No entanto, apesar das perdas irreparáveis em nome do desenvolvimento e do crescimento da nova unidade federativa do Brasil, o Estado do Tocantins precisou se projetar para o cenário nacional nos aspectos culturais. Apesar de Natividade, cidade localizada à 250 quilômetros da capital Palmas, ter sido tombada pelo IPHAN em 1987, neste ano ela ainda pertencia ao estado de Goiás, tendo em vista a criação do Tocantins pela constituição de 1988. Destarte,

O estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma “identidade”, algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses. O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com propósito de firmar e fixar na população portuense sua identidade, valores, costumes e cultura própria, desvinculada do estado de Goiás. (NASCIMENTO, BALSAN, 2017, p. 132).

Assim, em vinte e sete de novembro de dois mil e oito, na sala dos Arqueiros do Paço Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, foi “tombado o Centro Histórico de Porto Nacional e aprovada a delimitação do seu entorno” (IPHAN, 2008, p.22), sendo o processo inscrito no livro de tombamento histórico conforme a legislação em vigor.

O processo de tombamento de Porto Nacional, para além de um ato administrativo pelo qual o poder público declarou o valor cultural de bens imóveis, foi também uma estratégia válida de política de preservação e conservação das edificações da cidade. Dentre as edificações catalogadas no Dossiê de Tombamento do centro Histórico de Porto Nacional, destacam-se a Catedral de Nossa Senhora das Mercês, o Seminário São José, a Mitra Diocesana, o Caetanato ou antigo colégio das Irmãs Dominicanas, onde atualmente funciona a sede da COMSAÚDE, a Casa de Câmara e Cadeia (atual sede do museu local), o casarão dos Ayres, o casarão dos Maya e o casarão do século XIX, de desenho colonial português (IPHAN, 2008).

Desse modo, apesar do tombamento do conjunto patrimonial de Porto Nacional ter sido uma estratégia político-administrativa por parte do governo municipal e estadual, como aponta Nascimento e Balsan (2017), tendo em vista a ausência da participação efetiva da população de Porto Nacional e por não ter contemplado bens naturais e imateriais significativos para a história local, os monumentos reconhecidos como patrimônio nacional constituem-se para a coletividade ‘lugares’ de memória e são elementos importantes no desenrolar da história local e regional. Os símbolos tombados evocam sentidos, vivências, valores e contribuem, em sua materialidade, para a preservação da memória social da cidade (PESAVENTO, 1999).

2.2. PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE PORTO NACIONAL: A CATEDRAL NOSSA SENHORA DAS MERCÊS E O SEMINÁRIO SÃO JOSÉ

O conceito de patrimônio cultural religioso está relacionado à evolução histórica do próprio conceito de patrimônio, que, em sua origem, vinculava-se à esfera do direito privado de propriedade. Assim, não existia patrimônio público e sim um patrimônio de/com valores individuais, patriarcais e aristocráticos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11). O surgimento do

patrimônio cultural religioso está relacionado à disseminação do Cristianismo e ao domínio da Igreja Católica. Desta forma,

a partir da Antiguidade tardia (séculos IV-V) e, em especial, na Idade Média (séculos VI-XV), ao caráter aristocrático do patrimônio acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso. Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Neste mesmo contexto, o culto às relíquias, às imagens e a lugares santos popularizou-se. Intensificaram-se as devoções, os rituais religiosos, as diversas formas de culto aos santos consagrados pela Igreja Católica e a veneração de espaços sagrados, práticas comuns até os dias de hoje. Na perspectiva de Funari e Pelegrini (2006), apesar desta popularização dos símbolos religiosos estar em sintonia com o que almejava a aristocracia, esta reagiu, com medo de perder o controle sobre as interpretações populares que floresciam. Desta forma, a elite, representada pela Igreja, em seu poderio, começa um processo de “monumentalização das igrejas e a criação de catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12). Assim, com a monumentalização, a ideia de patrimônio cultural religioso começou a tomar forma.

Nas ponderações de Choay (2006, p.18), o monumento estará relacionado a lembrança de algo ou de alguma coisa que toca “pela emoção, uma memória viva”. Por isso, ‘monumento’ passa a ser considerado “[...] tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória” (CHOAY, 2006, p. 18, grifo nosso).

Assim, igrejas, catedrais, capelas, oratórios, conventos, seminários e os demais locais de cultos religiosos passaram a constituir provas de um passado secular, erigido através do acúmulo de vestígios e conquistas e conferindo marcas de um grupo, o religioso, à sociedade (CHOAY, 2006). No Brasil, o patrimônio cultural religioso é herança portuguesa. Apesar da instauração do estado laico e o fim do padroado com a proclamação da República, a Igreja Católica continuou a exercer grande influência

[...] tanto sobre católicos quanto não católicos, por meio da determinação de uma cultura baseada na religião, como feriados, festas, crença nos dizeres bíblicos, no estabelecimento de lugares santos, no seguimento de um calendário estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana etc. (BONJARDIM; ALMEIDA, 2012, p. 3).

Conseqüentemente, esta influência estabeleceu-se sobre os “elementos relacionados ao patrimônio cultural religioso brasileiro através de seus símbolos e linguagens” (LARA, 2017, p.58), em sua maioria católicos, que contribuem para a formação histórica e cultural da localidade onde estão inseridos, expressando sentidos e significados diversos. Estes monumentos como patrimônio cultural são lugares de memória. Na visão de Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9). Para o historiador francês,

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Para ele, lugar de memória é “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (NORA, 1997). Assim, os espaços sagrados são monumentos tomados como patrimônio cultural que tornam-se lugares de memória, pois revelam marcas, vivências, acontecimentos, pessoas, experiências, imaginários “onde se busca fazer viver a memória, mantê-la viva e transmiti-la” (HARTOG, 2014, p. 237).

No polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional encontram-se dois monumentos caracterizados como espaços sagrados e patrimônio cultural religioso evidenciados como lugares de memória: a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José. Como espaços sagrados e lugares de memória, ambos são elementos constituintes do sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p.5) da sociedade portuense e tocantinense. Os dois monumentos são representativos da presença, obra e missão dominicana em Porto Nacional, evocam o passado e compõe o conjunto patrimonial arquitetônico com um significado histórico-social constituinte da memória coletiva.

Consta na ata de tombamento do centro histórico de Porto de 23 de novembro de 2008 que “aquela igreja [Catedral de Nossa Senhora das Mercês] tem, acreditem no que estou dizendo, tem um interesse que transcende o julgamento da sua qualidade artística, ela é um monumento nacional em Porto Nacional” (IPHAN, 2008, p. 18). Monumento que teve a pedra fundamental lançada no dia 07 de maio de 1891, pois a igreja existente já não comportava a população que a ela acorria (GALLAIS, 1942). Entretanto, o início oficial da edificação do templo aconteceu apenas em meados de 1894,

[...] num domingo pela manhã, antes da missa conventual, toda a população, convocada com antecedência, se dirige à pedreira em companhia do Padre Vilanova, a fim de se dar começo à extração das pedras para a construção da futura igreja. O Padre carrega à cabeça uma pedra enorme. Os demais padres fazem a mesma coisa, depois os homens, as mulheres, as próprias crianças, cada um de conformidade com suas forças. Em seguida, dirigem-se em procissão para o lugar onde já se acham cavados os alicerces. Procede-se à benção do costume. Está lançada a sorte. A igreja de Porto Nacional começou a ser construída (GALLAIS, 1942, p. 171, sic).

Construído num estilo românico, com um projeto arquitetônico de autoria incerta, porém idealizado pelos frades dominicanos que esboçaram cuidadosamente seu traçado, o novo templo foi inspirado nas imponentes igrejas que existiam no sul da França. Sob a coordenação dos trabalhos, Frei Berto - um irmão leigo dominicano de origem portuguesa que havia se juntado à Ordem em Salamanca e sido enviado ao Brasil para contribuir com a missão de Toulouse - com “calma e tenacidade portuguesa, reforçadas por seu espírito e um zelo ardente” (AUDRIN, 2007, p.301) responsabilizou-se pela edificação do alicerce ao acabamento.

A nova igreja foi inaugurada na Páscoa de 1903 e tornou-se, desde então, símbolo da fé católica da cidade e da região. Foi elevada à dignidade de Catedral em 1915, quando a cidade de Porto Nacional foi erigida Diocese pela Santa Sé Católica. A Catedral de Nossa Senhora das Mercês é considerada um dos cartões-postais do Tocantins que reveste-se de uma “aura simbólica” e “concentra lembranças” (NORA, 1993). Um espaço sagrado de culto, de celebrações e acontecimentos diversos do cotidiano urbano, que o torna um lugar de memórias, ligado ao cotidiano de gerações que viveram sob a sua sombra.

Por ocasião do processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, uma crítica tecida por um dos conselheiros do IPHAN chama a atenção quanto ao significado que a imponente catedral tem para a região ribeirinha do Tocantins. Na perspectiva do IPHAN (2008), a construção da grandiosa igreja em substituição à antiga capela barroca existente revelou as transformações pelas quais a cidade passou. A pequena capela de estilo barroco, em sua modéstia, expressava as origens de Porto Nacional, vinculada ao período colonial de extração aurífera e ao comércio fluvial intensificado do século XIX. Um núcleo urbano em que nem a preocupação religiosa, nem a formação escolar ou a vida cultural eram tão importantes: parece que, para a maioria, a sobrevivência era o crucial. O majestoso e monumental templo, erguido pelos dominicanos, destoante de todo o cenário colonial presente no casario típico do século XIX, expressava um novo tempo para a cidade, que começou a se estabelecer como um centro irradiador de espiritualidade, educação e cultura para o então antigo norte de Goiás.

Neste contexto, o seminário São José, tombado pelo Patrimônio Histórico Artístico Nacional, como patrimônio cultural brasileiro em Porto Nacional, passou a fazer parte do conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade. Este monumento foi construído pelos missionários dominicanos de Toulouse entre os anos de 1910 e 1913 para funcionar como sede da missão dominicana francesa em Porto Nacional. Recebeu o nome de convento Santa Rosa de Lima, lugar de moradia, acolhimento e vivência da espiritualidade dominicana por parte dos missionários e futuros interessados em ingressar na Ordem.

Com a saída dos Padres Dominicanos de Porto Nacional e o fechamento do Convento Santa Rosa de Lima em 1944, o prédio passou a abrigar o Seminário São José, instituição educacional supervisionada pelo Bispo diocesano e coordenada por um Reitor. O Seminário é o lugar da formação dos candidatos para o ministério presbiteral, chamado de seminaristas. Neste espaço, além da formação religiosa e dos estudos teológicos e espirituais, prevalece uma formação cultural humanística, científica e pastoral (CÓDIGO DIREITO CANÔNICO, 1995).

De fato, o Seminário São José foi instituído pelo primeiro bispo de Porto Nacional, Dom Domingos Carrerot no ano de 1922. Originariamente funcionou numa sala do Convento Santa Rosa de Lima, visto que a Diocese de Porto Nacional não tinha estrutura física suficiente para instalação de um espaço formativo. No entanto, uma das primeiras providências do bispo Carrerot foi a construção de um prédio próprio. Com a ajuda dos frades dominicanos, Dom Domingos projetou e iniciou as obras do Seminário e da Cúria Diocesana, ao lado do Convento Santa Rosa de Lima. Conforme Bressanin (2017, p.157) “o prédio do seminário onde funcionou, também, o Palácio Episcopal e a cúria diocesana era, assim como a Catedral e o Convento, uma obra singular para Porto Nacional. Sua arquitetura era a de um sobrado, de aparência imponente, sem ter igual edificação em toda a região”.

Nos arquivos da província dominicana no Brasil, em Belo Horizonte, encontramos uma carta de Frei Bertrand Olleris de 26 de maio de 1932, em que afirma que: “[...] a construção

do prédio, que é adjacente ao nosso convento, está quase terminada. Será com a Igreja o mais belo edifício de Porto Nacional, e eu posso assegurar-lhe que ele não ficaria mal em uma grande cidade da Europa [...]” (MISSIONS DOMINICAINES apud COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, Nº 15, p.24). No entanto, a beleza e esplendor do prédio projetado, executado e inaugurado em 1935, não resistiu ao tempo e sua parte superior precisou ser demolida entre as décadas de 1950 e 1960 em razão do perigo de iminente desabamento. No espaço passou a funcionar, tão somente, a Cúria Diocesana e adjacências do Seminário São José.

Como espaço sagrado, o prédio do Seminário São José, antiga sede da missão dominicana em Porto Nacional, tornou-se outro “lugar de memória”, pois nele “subsiste uma consciência comemorativa [...] e] testemunhas de uma outra era” (NORA, 1993, p.12-13). Testemunhas concebidas pelo trabalho dos religiosos franceses em Porto Nacional por mais de cinquenta anos, pelos inúmeros seminaristas que ali estudaram e figuras emblemáticas que viveram naquele espaço por décadas, como Padre Luso Matos, considerado santo pelos católicos portuenses, Dom Alano Maria Du Noday, o missionário do Tocantins, e Monsenhor Jacinto Carlos Pereira Sardinha, reitor por mais de quarenta anos desta instituição educativa eclesiástica.

Os espaços sagrados, como patrimônio cultural religioso, neste caso a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, constituem referência para a memória dos indivíduos e da coletividade e, conseqüentemente, para sua preservação. Como atesta Célia Maia Borges ao dissertar sobre memória e espaço sagrado, “a relação que os devotos estabelecem com os espaços sagrados revela formas de preservação de uma memória que se dá em função da relação de respeito ao lugar que abriga uma ‘santidade’” (BORGES, 2010, p. 128).

2.3. O SEMINÁRIO SÃO JOSÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EDUCACIONAL

O Seminário São José, além de patrimônio cultural religioso, foi considerado patrimônio cultural educacional para Porto Nacional, em virtude de sua atividade-fim, a educação. Conforme aponta Maria Angela Salvadori, um patrimônio cultural constitui-se a partir do momento em que lhe é empregado algum valor simbólico, revelando a importância do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o vincula e conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008).

Desta forma, o Seminário São José é patrimônio cultural educacional, pois é “depositário de coisas relevantes do passado formativo comum de algumas gerações e de sua relação com o mundo e com a escola” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 8), tendo em vista os inúmeros jovens que se assentaram em seus bancos escolares e comungaram da trilha formativa que oferecia.

Como centro de formação eclesiástica, o Seminário São José, desde sua fundação em 1922, foi responsável pela educação escolar, preparação de presbíteros, formação espiritual, intelectual e moral da juventude de Porto Nacional por inúmeras gerações. Desde o primeiro seminarista, o portuense Dídimo Maia Leite (PIAGEM; SOUZA, 2000) até os jovens que ali ainda estudam, o Seminário São José enquanto instituição educativa, possibilitou um processo de aquisição de capital cultural que, na maioria das vezes, reverteu-se em capital econômico e social. Para os que não seguiam a carreira eclesiástica, os estudos seminarísticos geraram possibilidade de ascensão social, conforme destaca Kretzer (2009).

Isso se confirma nas estratégias de Dom Domingos Carrerot ao fundar concomitante com o Seminário São José a Escola/Externato São Thomaz de Aquino, de nível secundário, destinada ao público masculino, conjugando escola-seminário (DOURADO, 2015). Esta escola/Externato funcionou em dois períodos distintos, de 1922 a 1930 e de 1945 a meados da década de 1950, e configurou num centro de educação e cultura para “jovens que estavam impossibilitados de desenvolver sua instrução secundária no norte do Estado por falta de instituições que oferecessem esse nível de ensino” (DOURADO, 2015, p. 25).

Durante décadas, o Seminário São José de Porto Nacional tornou-se referência como instituição de formação do clero e como uma importante instituição educacional da cidade e da região. Como todos os seminários, o São José tornou-se “uma das mais importantes instituições educacionais [...] como um espaço privilegiado da educação católica” (KRETZER, 2009, p. 227) para rapazes.

Não muito diferente dos demais seminários católicos, o Seminário São José, constituiu-se em centro de referência, não só em assuntos eclesiásticos, mas também em matéria educacional, principalmente na área de ciências humanas, letras, artes e outras. Vários ex-alunos seminaristas tornaram-se músicos, escritores, professores, formadores de opinião, seguiram carreira política tiveram ou tem certa liderança na Igreja e na sociedade (KRETZER, 2009).

Por isso, o Seminário São José, no contexto do sítio arquitetônico do centro histórico de Porto Nacional, ergue-se como monumento e lugar de memória. Não deve ter sido tombado, oficialmente, só em virtude de sua rica e suntuosa arquitetura, por causa de seus arcos, típicos dos conventos dominicanos, e por seus extensos claustros. O que, de fato, faz deste monumento componente constituinte da identidade (POLLAK, 1992) de Porto Nacional é a sua essência como instituição educativa.

Desta forma, o Seminário São José constitui “um patrimônio cultural escolar exemplar e emblemático da história da educação” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49) portuense e tocantinese. Como patrimônio educacional contribui para analisar a historicidade de práticas escolares e a descrever “o cotidiano [...], reconhecer concepções educacionais e geracionais [...] e] dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 4).

Tendo em vista, que na perspectiva de Joël Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades, o Seminário São José, insere-se na identidade cultural e social não só da cidade de Porto Nacional, mas de uma imensa região que compreende todo a circunscrição territorial da diocese portuense.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como propósito apresentar e discutir algumas questões relacionadas ao patrimônio cultural religioso e educacional de Porto Nacional, enfatizando a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, que transformaram-se em ícones da presença dominicana no antigo norte de Goiás e em elementos constitutivos da trajetória da sociedade portuense.

O processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, como uma estratégia política e administrativa, possibilitou que a cidade recuperasse e revalorizasse sua identidade

a partir da patrimonialização de espaços sagrados, de lugares de memória e símbolos de identidade. Com o alargamento da noção de patrimônio, a categorização de Porto Nacional como patrimônio nacional ratificou a importância dos lugares que no cotidiano e no imaginário local já eram consagrados.

Apesar do estado de liquidez em que vive a sociedade contemporânea, como aponta Bauman (2001), há uma tendência significativa de supervalorização das memórias, como discute Viñao (2011) - perspectiva em que o processo de patrimonialização se insere. No entanto, são poucas as ações que favorecem políticas de preservação, valorização e incentivo aos espaços sagrados e lugares de memórias, após os tombamentos. No caso de Porto Nacional e de seu sítio arquitetônico, uma das ações de educação patrimonial que tem sido realizada com objetivos de tornar conhecido e valorizado os espaços patrimonializados da cidade é o projeto de extensão chamado de Roteiro Geo-turístico do curso de Geografia do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Este projeto, em desenvolvimento desde 2014, tem possibilitado que a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, patrimônios culturais religiosos e educativos do centro histórico tombado de Porto Nacional, revelem para os que participam da aula-passeio a compreensão da importância destes espaços como lugares de memória e símbolos da identidade de um povo e de uma cultura. No entanto, outras ações como esta são imprescindíveis para que a educação patrimonial possibilite um maior engajamento político da comunidade local na disseminação de uma ideologia de preservação do bem cultural.

Ao concluir este texto abre-se uma gama de possibilidades de outros artigos relacionados a temática aqui apresentada e pistas de pesquisa que possibilitem maior compreensão sobre as questões relacionadas ao patrimônio cultural religioso e educativo.

REFERÊNCIAS

ATAÍDES, Jésus Marco; MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos André Torres de. **Cuidando do Patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG, 1997.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA Maira Geralda de. Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL NORTE E NORDESTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2., 2012, Campus I João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: [s.n.], 2012. p. 1-11.

BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. **LOCUS - Revista de História**, Dossiê patrimônio histórico e cultural, Juiz de Fora, v. 31, p. 119-130, 2010.

BRASIL, Decreto- Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 1 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **A Ordem Dominicana nos sertões do norte: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional**. Palmas: Nagô Editora, 2017.

CAIXETA, Vera Lucia. **Médicos, padres, sertões: o norte de Goiás no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas narrativas dos seus interlocutores goianos (1916-1959)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://fr.scribd.com/document/70784437/UFRJ-TESE-VERA2>. Acesso em: 15 out. 2019.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. *In*: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: UCG, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 15, s/l, s/d.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOURADO, Benvinda Barros. A formação católica da juventude masculina de Porto Nacional. *In*: ROSA, J. I. L. da; OLIVEIRA, M. C. A. de; BALSAN, R. **Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GALLAIS, Estevão. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil missionário dominicano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IPHAN. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__04__59a_reunio_ordinria__27__de_novembro.pdf. Acesso em: 25 out. 2019

IPHAN. IPHAN: histórico. 2015. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>. Acesso em: 27 out. 2019.

KRETZER, Altamiro Antonio. Seminários Católicos: escolas cristãs modelares. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas – Ano I, n. 3, jan. 2009.

LARA, Camila de Brito Quadros. **O patrimônio cultural religioso**: história e memória da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wpcontent/uploads/2019/03/DISSERTA%-C3%87%C3%83O-FINAL-REVISADO-P%C3%93S-BANCA.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. Prefácio: De um rio...para um lago. *In*: MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional**: patrimônio cultural e memória. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional**: patrimônio cultural e memória. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do; BALSAN, Rosane. Discurso sobre o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO. **CULTUR**, ano 11, n. 02, jun./2017. p. 109-135.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do sertão**: cidades ribeirinhas do rio Tocantins. Goiânia: PUC Goiás, 2010a.

PEDREIRA, Antonia Custódia. **O sítio arqueológico e histórico de Pontal**: educação patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional-TO. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, Área de Concentração: Arqueologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_255bae1b94044b63079c6e9a17996987. Acesso em 25 set 2019.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIAGEM, Pedro P.; SOUSA, Cícero J. de. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**. Goiânia: Autores, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Marcônio Ferreira. **Processo do Patrimônio do Tocantins**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_c31e9e6235a5f7244eb51f384fd1cab6. Acesso em 25 set. 2019.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

VIÑAO, Antonio. Memoria, Patrimonio y Educación. **Revista História da Educação – RHE**. Porto Alegre v. 15 n. 34 jan./abr. 2011 p. 31-62.

A TAIPA DE MÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA/TO: O SABER VERNACULAR COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

*Marcos Antonio dos Santos²⁶
Olivia de Campos Maia Pereira²⁷*

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa em patrimônio histórico material e imaterial, via de regra, nos vem a cabeça os produtos do trabalho artesanal, as construções, os elementos da cultura, a dança, a música as festas etc. Este trabalho intenta, no entanto, chamar a atenção para outro olhar possível sobre o patrimônio histórico, os saberes tradicionais das comunidades também tradicionais, e, mais precisamente, o saber ligado ao processo de produção espacial, seja ela a moradia em si ou qualquer outro arranjo espacial construtivo necessário à vida da comunidade.

O olhar lançado para esta categoria de patrimônio busca propor duas indagações, em que medida a preservação do patrimônio importa para a existência da própria comunidade, e, em que medida o mesmo patrimônio tem o potencial de prover a comunidade e seus membros de alguma autonomia no tocante à produção espacial frente à submissão desta aos processos mercadológicos normalizados nas cidades.

Especificamente trataremos da questão do fazer, dos saberes relativos e das relações destes com a história da comunidade inserida cultural e geograficamente.

2. AS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS - A TAIPA

Desde os tempos coloniais, entre as formas de se construir habitações, bem como outras necessidades espaciais, a taipa imperou incontestemente. Pelo menos até meados do século vinte e a adoção da alvenaria, da argamassa de cimento e do concreto armado como técnicas preferenciais.

26 Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). E-mail: marcosdossantos@uft.edu.br

27 Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Labcidades e membro do Neucidades. E-mail: oliviam Maia@uft.edu.br

Dividida basicamente em dois tipos, podemos encontrar no Brasil a Taipa de Pilão e a Taipa de Mão. A primeira teve seu uso mais intenso em edificações do Brasil colonial, havendo inúmeros exemplares ainda íntegros e em uso, sobrados em sua maioria, muitas vezes também utilizada em edifícios oficiais. Consiste basicamente em compactar terra crua em uma forma, o taipal, e com base nesta terra compactada levantar as paredes da construção. Tais paredes têm como característica o fato de ser a terra, ela mesma, a responsável por suportar as cargas da edificação, andares superiores telhados etc.

A segunda, a Taipa de Mão, foi durante muito tempo o arranjo construtivo preferencial da classe trabalhadora, principalmente rural. Difere grandemente da técnica da Taipa de Pilão por utilizar a terra em forma de barro, apenas como elemento de vedação entre os ambientes e entre o interior e exterior da edificação. A sustentação estrutural da edificação fica a cargo da estrutura de madeira que é composta de esteios cravados no solo e conectados entre si através de vigas horizontais, os baldrames, e vigas superiores, os frechais, em geral de secção quadrada, formando um sistema rígido (CORONA, 1972).

Figura 1 - Instalação do entramado de bambu junto a uma construção feita em técnica de adobe, uma forma bastante difundida entre os membros da comunidade Barra do Aroeiro



Fonte: Fotografia do autor, 2018.

O barro é adicionado de maneira a preencher os vazios na trama formada pelo madeiramento, conferindo o fechamento da edificação e por conseguinte o isolamento interior exterior.

Por ter sido muito difundida Brasil afora, a Taipa de Mão se desenvolveu de acordo com as condições geográficas, climáticas e culturais, tendo inclusive muitas variações em sua denominação. A depender da região enfocada podemos ter nomes diferentes, tais como, pau-a-pique, taipa de sopapo, tabique, taipa de mão, entre outras (CORONA, 1972).

Há, no entanto, ainda que se encontrem nomes e características regionais, uma certa uniformidade na reprodução da técnica, um entramado, quase sempre simples, que serve de estrutura e o barro como fechamento.

Na experiência com construção em terra crua na região central do estado do Tocantins, duas características se mostraram diferentes daquelas encontradas no restante do país. O primeiro fato digno de nota se relaciona com a utilização de um duplo entramado de madeira, o que a primeira vista parece ser ilógico do ponto de vista econômico e estrutural, pois um entramado simples já seria o suficiente para sustentar as cargas às quais a estrutura de madeira está sujeita. A segunda característica diz respeito ao fato de que o barro não é lançado nos vazios da estrutura de madeira, ele é utilizado como aglutinante de uma série de outros materiais que irão compor a parede em si. A estrutura é então preenchida com barro, torrões de terra seca, pedaços de adobe, pedaços de cupinzeiro, pedras canga etc.

Tais características diferenciam também a forma com que os trabalhadores da comunidade se postam para a realização do trabalho. Se no fazer típico da taipa de mão é necessário um ritmo e uma simultaneidade entre duas pessoas (uma no interior e outra no exterior da parede) para que o barro seja prensado no entramado, na comunidade Barra do Aroeira isso é desnecessário, uma vez que basta uma pessoa ir assentando cada torrão seco utilizando o barro como argamassa e o entramado como estrutura.

Utilizando os torrões secos quase como ‘tijolos’, a taipa de mão desta forma toma emprestado da alvenaria tradicional elementos bastante incomuns ao que se entende por taipa de mão.

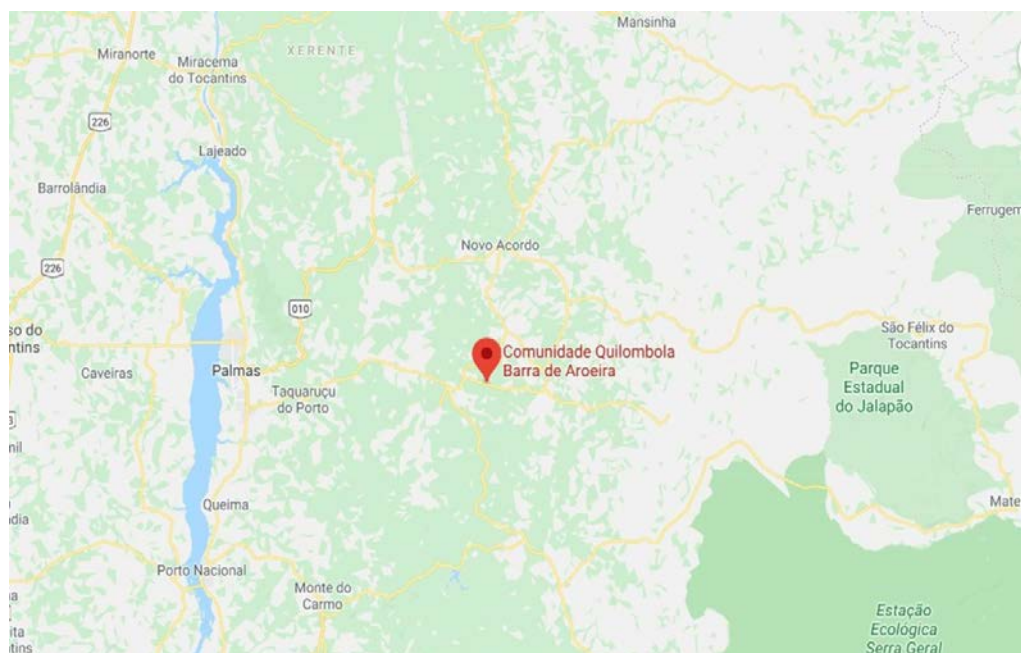
No entanto, após observar os trabalhos de produção espacial dos membros da comunidade consegue-se entender que, as diferenças identificadas na técnica construtiva são respostas que a comunidade encontrou frente as características geológicas desta região.

3. AS CONDIÇÕES GEOLÓGICAS E AS ADAPTAÇÕES NA TÉCNICA CONSTRUTIVA

A comunidade quilombola Barra da Aroeira se encontra às portas do deserto do Jalapão/TO. E tal como o solo encontrado na região do Jalapão a região central do estado do Tocantins é basicamente formada por solos arenosos, muitas vezes com quantidade de areia beirando os noventa por cento, contendo silte e argila em proporções mínimas.

Paradoxalmente este solo se encontra quase que em uma proporção ideal para a produção de taipa de pilão, uma vez que requer solos menos argilosos. Ao se propor a utilização deste mesmo solo para a produção da taipa de mão certas correções nas proporções granulométricas do solo seriam necessárias.

Figura 2 - Localizada em ponto equidistante entre a cidade de Palmas e o deserto do Jalapão, a comunidade Quilombola Barra da Aroeira/ TO compartilha do solo arenoso típico da região



Fonte: Imagem do Google Maps em 05/04/2020.

No entanto, os saberes tradicionais praticados pelos quilombolas desde o século dezenove conseguiram uma solução que tornava desnecessária a correção do solo. Aos olhos da academia, uma técnica tradicional de construção se mostrava como algo ilógico, se apresentou como uma solução criativa e original para as condições geológicas locais.

Se em um primeiro momento a introdução de torrões secos no barro possibilitaria corrigir a dificuldade em se trabalhar com um solo arenoso, sua pouca plasticidade e aderência, a adoção do entramado duplo facilitava em muito o assentamento destes torrões uma vez que os mesmos passam a ter nas varas transversais um apoio durante o período de cura do barro, facilitando o trabalho como um todo.

Deparamos então com uma característica única da forma de produzir em taipa de mão dos moradores da comunidade quilombola Barra da Aroeira. Dito isto, poderíamos nos perguntar se podemos encarar tal saber fazer como um patrimônio.

Figura 3 - Uma das mais antigas moradoras da Comunidade Barra da Aroeira fazendo a parede de taipa.²⁸



Fonte: Fotografia do autor, 2018.

Se como patrimônio cultural material ou imaterial entendermos o conjunto de todos os bens, manifestações, cultos, tradições, tanto materiais como imateriais; transmitidos de acordo com a ancestralidade e de importância histórica Cultural de uma região, um país ou um grupo, podemos dizer que o saber fazer taipa de pilão característico da Barra do Aroeira é sim um patrimônio cultural típico dos membros desta comunidade.

Patrimônio, tanto no sentido daquilo que é tradicional e único daquela comunidade, como da garantia da autonomia que esse saber fazer traz para a própria comunidade.

4. TECNOLOGIA E ARQUITETURA *VERSUS* SABERES TRADICIONAIS COMO AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE E AUTONOMIA

O capitalismo no século XX radicalizou o processo de superação das antigas formas de produção (corporação de ofício e a guilda), ao promover o apagamento, dia após dia, de qualquer resquício de associação produtiva que pudesse significar o retorno a formas de produção pré-modernas. Evidentemente, as proibições das associações dos operários em sindicatos ou órgãos representativos no século anterior, por exemplo, já mostravam que a superação do trabalho artesanal pelo industrial era central para o projeto da lógica de mercado neoliberal. Neste sentido, entender o processo de substituição de todo o trabalho emancipador, ainda que residualmente,

²⁸ Note-se o entramado simples de bambu levado pela Universidade para a comunidade para uma experiência entre os moradores e os estudantes do Curso de Extensão Construção em Terra Crua: Adobe, Taipas de Pilão e de mão. Número: 301412.1639.73052.28032018 - UFT ministrado pelo autor. Logo no início da oficina, os moradores da comunidade se mostraram hesitantes em apontar para o que eles consideraram um equívoco, o entramado simples, logo que se sentiram à vontade comentaram que o entramado levado por nós da universidade estava 'errado'.

pelo trabalho alienado típico da administração científica do trabalho (Taylor), seria entender o desaparecimento mais ou menos abrupto de formas de organização do trabalho que remontassem à era pré-moderna e possibilitassem ao trabalhador algum tipo de horizonte emancipador.

Neste âmbito, a complexificação da tecnologia e a sua massificação repõe discussões já pautadas por Adorno e Horkheimer (1985) e Marcuse (1999), entre outros, sobre a definição e o papel da tecnologia no processo de exploração do trabalho e na concentração de riqueza, típicos do sistema capitalista de produção.

Antes, cabe aqui diferenciar claramente *técnica* de *tecnologia*, e explicitar o potencial de autonomia e liberdade presente na primeira e inexistente na segunda terminologia. Para Marcuse, a *técnica* se caracteriza pelos instrumentos utilizados para transformação da natureza pelo ser humano, já a *tecnologia* se refere a um modo de produção que organiza e difunde as relações sociais (MARCUSE, 1999). Dito nestes termos, a *técnica*, ainda que parcialmente, pode redundar em um processo de emancipação social. Na relação dialética entre o pensar e fazer, e, na busca por meios técnicos para diminuição do tempo e do esforço empregados na transformação da natureza, abre-se para o/a trabalhador/a a possibilidade de se desalienar e construir ativamente sua liberdade. Já olhando pelo lado do termo *tecnologia*, dada a sua subsunção à lógica do sistema capitalista de produção para acumulação de capital, a possibilidade de emancipação, autonomia e liberdade do/a trabalhador/a se encontram impedidas, pelo simples fato de haver, no seio da própria *tecnologia*, a lógica de um sistema que tem por características, primeiro a acumulação, segundo, a reprodução de desigualdades sociais e, finalmente, a alienação do/a trabalhador/a.

Esta característica, de alienação do indivíduo ou sujeito através da tecnologia, longe de ser algo estranho à escola dos pensadores filiados ao que se convencionou chamar de *Teoria Crítica*, pode muito bem ser depreendida das teses ligadas ao conceito de *razão instrumental*, tão caro a este grupo de pensadores. O que significaria de maneira geral, que a própria noção de *tecnologia*, baseada em processos racionais plenamente operacionalizados, se produz *pari passu* com a lógica do sistema capitalista de produção de maneira a reafirmá-lo, jamais transpô-lo.

Neste contexto, de apagamento da técnica e substituição desta pelo aparato tecnológico, é bem notável, por exemplo nos processos relacionados à modernização do sistema fabril por exemplo (no qual a artesanaria e o conhecimento acumulado pelo trabalhador era ainda visível e valorizado no início do século XX). A produção artesanal e seus resquícios chega ao seu ocaso na passagem do século XX para o XXI, de maneira que na atualidade é senso comum ligar a qualidade do objeto com o grau tecnológico de seu processo produtivo.

A arquitetura, ainda que não tenha sido a primeira, ao menos foi uma das atividades mais influenciadas pela dicotomia entre o trabalho artesanal não alienado e o trabalho da administração científica da produção.

A tentativa de resistência à alienação e à desumanização do trabalho, produzida em uma base tecnológica subproduto do modo de produção que organiza e difunde as relações sociais serviria, no mais das vezes, para reafirmar a lógica própria interna sob a qual fora urdida. Neste sentido, pretende-se discutir o processo de substituição de uma base técnica de produção espacial por uma base tecnológica, desde a pressão exercida pela indústria da construção civil e sua fabricação de produtos e insumos com o intuito de “atualizar” os processos de organização da

produção da arquitetura e do urbanismo, até o papel da academia, ao reforçar diuturnamente as “vantagens” da produção com altíssimo grau tecnológico.

No século vinte, o fazer moderno, administrado pelas modernas técnicas de produção tornou-se um discurso dominante entre arquitetos e urbanistas. No entanto, nomes como Villanova Artigas, e uma grande parcela de seus discípulos atentaram para os efeitos mais deletérios da aplicação massiva das modernas formas de produção espacial.

O que parece ser revolução de formas, de estilos, quando cutucamos por baixo, são momentos de conflitos sociais, de luta de classe nos canteiros. [...] no fim do século XIX [...] há um movimento operário fortíssimo na Europa, quando começam os sindicatos. Um deles, sobretudo, começa muito forte, meio anarquista, mas muito dominado pelos trabalhadores da construção civil. Eles pedem não mais salários, nem folgas, nem férias, nem cinco minutos a mais para o almoço, mas pedem simplesmente o controle da produção. Eles querem que a produção de arquitetura seja dominada e conduzida por eles do começo ao fim: a destinação do projeto, a destinação do objeto e até as condições de produção, reivindicações estas evidentemente impossíveis. Os sindicatos mais fortes da França, nesta época, eram os sindicatos dos trabalhadores de madeira, dos trabalhadores em pedra: então não é à toa que nesse mesmo período se mudam os materiais. Não é por acaso que a arquitetura muda de materiais fundamentalmente, passa para o concreto e para o ferro, destruindo, tirando a força desse pessoal dentro do canteiro. Começa a gloriosa arquitetura contemporânea, mudando de linguagem, mudando fundamentalmente a decoração no momento em que os operários estão fortes (FERRO, 2004, pp.9-10).

Na esteira deste processo, as formas de produção da casa, por exemplo, ficam submetidas aos ditames do mercado e suas tecnologias, entendidos neste caso como a ação conjunta da indústria de materiais construtivos, da produção espacial e de uma base tecnológica de produção do projeto.

No primeiro caso, a adoção de materiais construtivos para a produção da habitação relacionados diretamente com as características do lugar, geográficas, climáticas etc., com as características humanas, histórica, sociológicas, filosóficas etc., cede espaço para o uso de materiais produzidos segundo uma lógica pretensamente universal, que no ideário moderno era vista como um sinal positivo, mas que acabou por redundar em um apagamento das características locais em favor de uma submissão à lógica de um mercado global. No segundo caso, na atividade construtiva propriamente dita, cai por terra todo e qualquer conhecimento acumulado pelo trabalhador que possa intuir algum tipo de autonomia, todas as ações no processo construtivo passam por um processo de operacionalização, de maneira a achatar o valor do trabalho e maximizar a lucratividade do capital.

Salvaguardar formas de produção que se ligassem diretamente às características históricas que dão sentido à ideia de uma comunidade tradicional, ou ainda, um saber fazer que significasse uma independência dos membros da comunidade em relação à uniformidade da sociedade ocidental é uma ação de suma importância frente ao exposto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado, a manifestação de saberes vernaculares relativos a produção do edifício proporciona aos membros de comunidades tradicionais a tentativa de salvaguardar suas características mais originais, por outro pode bem ser vista como forma de se produzir uma autonomia relativa a produção da moradia, que assim deixa de se submeter aos ditames do mercado pautado pela mercadologização e pelo valor de troca, e passa a se pautar pelos saberes tradicionais, pela inserção local e pelo valor de uso.

Tal hipótese traz para a preservação da forma diferenciada do fazer construtivo dos membros da comunidade quilombola Barra da Aroeira uma dupla chave de leitura. Se por um lado preserva a história da comunidade, e isto é fundamental para a sua existência, por outro aponta para uma autonomia da produção espacial que possibilita, de certa maneira, que a comunidade se proteja das oscilações, da exploração e todos os problemas associados à produção espacial de mercado. Ao conferir aos exemplares construídos mediante técnicas vernaculares próprias dos membros da comunidade, majoritariamente o valor de uso, ao invés do valor de troca típico do mercado imobiliário urbano, o espaço quilombola deixa de ser entendido a partir do valor de troca. Poder-se-ia obstaculizar que o território no qual está assentada a comunidade quilombola, este sim poderia ser entendido a partir do valor de troca, mas tal entendimento se chocaria com a manutenção dos elementos culturais e históricos responsáveis pela outorga do título de propriedade que a comunidade tem de seu território.

Dito assim, a preservação do saber vernacular importaria para a comunidade, mais do que apenas mais uma curiosidade turística, mas como busca de autonomia e como constituição de um patrimônio histórico no qual se assentasse o próprio direito ao território. De uma maneira mais simples, a comunidade tem direito ao território por fazer parte de uma história excepcional que remonta ao século retrasado, e que a preservação desta história é a preservação do próprio território.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teoria da semicultura**. Educação e Sociedade, ano 17, n. 56, p. 24-56, set./dez. 1996.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BANHAN, R. **Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- BOOKCHIN, M. **Towards a Liberatory Technology**. In Post Scarcity Anarchism. New York: Ramparts Press, 1971.
- BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

- COMMONER, Barry. **The Closing Circle: Nature, Man, and Technology**. New York: Knopf, 1971.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. **Dicionário de arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.
- FERRO, Sergio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FERRO, Sérgio. **Canteiro como arma**. Revista Projeto. n.111, p. 128-129, 1988.
- FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo: Projeto, 1982.
- FOSTER, J.B. **The meaning of work in a sustainable society**. Monthly Review, v. 69, n. 4, 1971. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2017/09/01/the-meaning-of-work-in-a-sustainable-society/>. Acesso em: 24 set. 2018.
- FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- INO, Akemi; LOPES, Wilza Gomes Reis. **Aspectos construtivos da Taipa de Mão**. Disponível em: http://www.habitat.arq.una.py/ambitos/tyh/cct/crh_cct_0087.pdf. Acesso em: 27 ago. 2012.
- MARCUSE, Herbert; KELLNER, Douglas. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. **A armação do concreto no Brasil: história da difusão do sistema construtivo concreto armado e da construção de sua hegemonia**. Tese de Doutorado UFMG – Belo Horizonte, 2008.

MEMÓRIAS: O PROFESSOR NAPOLEÃO E O CURSO DE HISTÓRIA EM PORTO NACIONAL (1985-1992)

*Benvinda Barros Dourado*²⁹

*Dâmbria Muriel Elias Ferreira*³⁰

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta como tema o Curso de História da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), instituição de Ensino Superior implantada no município de Porto Nacional em 1985. Tem como objetivo conhecer o processo de implantação do curso no período compreendido, principalmente, de 1985 a 1992 e a inserção do professor Napoleão Araújo de Aquino nesse cenário.

O período de abrangência do estudo está em um contexto de transição da localização do município, da região do Norte de Goiás para estado do Tocantins, com a sua criação em 1988. E, portanto, a vinculação da instituição, também passou pela transição de vínculo, inicialmente à Secretaria de Estado da Educação de Goiás, à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e posteriormente à Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), criada em 1990.

Para melhor compreensão do tema, utilizou-se da metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-se, também, na história oral, principalmente, por meio da memória (THOMPSON, 1992) do professor Napoleão Araújo de Aquino, presente, em sua maioria, no trabalho de Tito (2011).

A escolha desse professor se dá pelo fato de ele ter sido um dos primeiros professores do curso de História da FAFING (1988), com formação em História, e que permanece até o presente momento (2020), com 70 anos de idade e mais de trinta anos de exercício no magistério superior e no curso em estudo, no Campus de Porto Nacional - Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O professor Napoleão de Aquino é referência nos estudos da temática de patrimônio cultural, principalmente de Porto Nacional e Tocantins. Vale ressaltar, também, que foi um dos membros fundadores e por vários períodos coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). Portanto, três referências singulares para a educação superior em Porto Nacional e, conseqüentemente, para o Tocantins, a FAFING, o Curso de História e o professor Napoleão de Aquino.

29 Professora Doutora do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). E-mail: benvinda@uft.edu.br.

30 Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional. E-mail: dambria_@hotmail.com.

2. A FACULDADE DE FILOSOFIA DO NORTE GOIANO E O PROFESSOR NAPOLEÃO ARAÚJO DE AQUINO: INTERFASES

A Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), traz no seu “sobrenome” a sua localização, o “Norte Goiano”. Assim, Porto Nacional, foi o município goiano escolhido para sediar a primeira instituição de ensino superior nessa região. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e conseqüentemente, a criação do Estado do Tocantins (TO), o município de Porto Nacional passou a fazer parte desse estado.

Assim, com a criação do TO, a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), passou pelo processo de mudança de “sobrenome”. Na Lei Estadual nº. 136 de 21 de fevereiro de 1990, por meio da qual a entidade foi incorporada à Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), está denominada de Faculdade de Filosofia do Tocantins (FAFITINS), no entanto, mediante o Decreto nº 173 de 27 de julho de 1990, foi alterado para Faculdade de Filosofia de Porto Nacional.

Em se tratando do professor Napoleão, ele também fez essa trajetória, pois nascido no município de Pedro Afonso, então Estado de Goiás, perto da Aldeia do Funil e Rio do Sono (zona rural), com o desmembramento do município de Pedro Afonso criou-se a cidade de Lizarda e, assim sendo, os seus documentos de identificação pessoal constam como natural dessa cidade.

O professor Napoleão de Aquino, por meio das suas memórias, apresenta a discussão realizada em Porto Nacional, em torno de uma nova nomenclatura para a FAFING:

Politicamente, o termo Norte Goiano era uma palavra-chave até então porque estava associada com a ideia de isolamento. O isolamento que era cantado em prosa e verso por sulistas e nortistas. Para o pessoal do sul, nele estava explícito toda uma questão um pouco discriminatória. Os intelectuais do norte reforçavam esse sentimento, só que para justificar a criação do Tocantins. Mas era importante também para marcar a identidade do povo daqui, em oposição ao sul. Com a criação do Tocantins, no primeiro momento nós queríamos transformar a FAFING em FAFITINS, Faculdade de Filosofia do Tocantins. Uma tentativa meio petulante porque se queria dar novamente uma expressão regional para a Faculdade, mas nessa época já existiam outras no estado. Por isso decidimos e voltamos atrás. Nós fizemos a discussão para ficar como Faculdade de Filosofia de Porto Nacional. (TITO, 2011, p. 62).

Se tratando, portanto, da criação da FAFING, teve como mentor do projeto o professor Ruy Rodrigues da Silva, natural de Porto Nacional, então Secretário de Educação e Cultura de Goiás. A Lei de criação nº 4.505 do dia 12 de agosto de 1963, aprovada pelo governador Mauro Borges Teixeira, estabelecia a implantação dos cursos de Línguas Modernas, Vernáculas, Pedagogia, Matemática, Física, Geografia e História.

De acordo com Tito (2011), a criação dessa instituição está alinhada a alguns fatores como: O Plano de Desenvolvimento Regional proposto por Mauro Borges, e precisamente como parte integrante desse projeto político a educação de qualidade por meio de professores qualificados em instituições de ensino superior, o que não existia nessa região central do Brasil e, conseqüentemente, no norte do estado de Goiás.

No entanto, percebe-se que, principalmente, por algumas razões políticas como a implantação do Regime Militar no Brasil (1964-1985) e conseqüentemente, a cassação do Secretário de Educação de Goiás no período, Ruy Rodrigues e a falta de professores especializados para o magistério do ensino superior, essa instituição só iniciou as suas atividades no ano de 1985, duas décadas depois da sua criação.

Vale destacar que, enquanto isso, por outro lado, o professor Napoleão mudou-se, como muitos outros jovens do norte de Goiás que queriam continuar os estudos, para a capital do Estado, Goiânia, em janeiro de 1978. Fez o exame vestibular para o curso de História e passou na Universidade Católica de Goiás (UCG), atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e, posteriormente, conseguiu transferência para a Universidade Federal de Goiás (UFG), na qual concluiu o curso em 1986.

Nos anos 1980 a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, com o propósito de prover a extrema necessidade de qualificar professores para as escolas de 1º e de 2º graus de ensino público e particular do norte do Estado, e, acompanhando o processo de expansão do ensino superior via interiorização do ensino (BALDINO, 1991; DOURADO, 1997), propõe a criação de três Faculdades de Ciências e Letras na região centro-norte de Goiás. Pelo Decreto nº 2.413/84 e Lei 9.550/84 foram criadas as Faculdades de Educação Ciências e Letras a serem instaladas nas cidades de Araguaína e Porangatu.

Conforme a professora Ivanilde Mascarenhas, ex-aluna da 2ª turma do curso de História, a criação dessas instituições provocou a reação da população de Porto Nacional a exigir a implantação da FAFING, nesse município, que por sua vez já tinha sido contemplada legalmente por meio da Lei Estadual nº. 4.505, de 12 de agosto de 1963.

Esta faculdade foi transformada em autarquia estadual por meio da Lei nº 9.449, de 30 de maio de 1984, tendo por sede e foro a cidade de Porto Nacional (GOIÁS, 1984). Em complementação foi assinado o Decreto 2.428, de 12 de dezembro de 1984 que dispõe sobre a estruturação e as atribuições dessa instituição. Por meio desse decreto, a FAFING teria autonomia patrimonial, financeira, administrativa, disciplinar e didático-científica, enquanto a Secretaria de Educação e Cultura de Goiás exerceria as atribuições do poder público estadual cooperando técnica e financeiramente com a instituição a ela jurisdicionada (MAYA, 2007).

O seu funcionamento, portanto, foi autorizado por meio do Decreto Federal nº 91.365 de 21 de junho de 1985, com base na Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás – CEE -GO nº 049 de 14 de março do mesmo ano (MEC/CFE, 1992).

Com a criação da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Porangatu (FECERP) e a necessidade de professores licenciados, o professor Napoleão de Aquino, que já era concursado do Estado de Goiás, para o magistério da educação básica, foi para Porangatu, trabalhar na Delegacia Regional de Ensino (DRE) e na Faculdade, como professor auxiliar, a partir de abril de 1987. No ano seguinte, 1988, passou, também a ministrar disciplinas na FAFING e como professor substituto na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH). Esta Faculdade, de cunho privado, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi, entidade municipal, tomou como base o Decreto nº. 94.787 de agosto de 1987. Dessa forma o professor Napoleão, em 1988, atendia as três faculdades.

Assim, com a criação do Estado de Tocantins, o professor Napoleão faz opção pelo quadro de funcionários da Secretaria de Educação desse novo Estado e pela Faculdade de Filosofia em

Porto Nacional. Portanto, no mês de fevereiro de 1989, o professor inicia a sua trajetória profissional definitiva na FAFING, curso de História, e a partir, principalmente, desse ano, as suas histórias se confundem.

A sede da FAFING foi o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, Tocantins. O prédio, de propriedade particular, pertencente às Irmãs Dominicanas, foi cedido à Faculdade através de um convênio celebrado inicialmente, entre a Secretaria de Educação de Goiás e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Com a criação do Estado do Tocantins, o Convênio foi celebrado entre o Colégio Sagrado Coração de Jesus e a Secretaria de Educação do Tocantins (MEC/CFE, 1992).

Em relação à instalação e o funcionamento da FAFING no Colégio Sagrado Coração de Jesus, o professor Napoleão Araújo de Aquino destaca que:

A estrutura do Colégio emprestada para a fundação da Faculdade era magnífica. Aquilo chamava a atenção para os professores que vinham de outras regiões. Foi um papel realmente importante que precisa ser sempre lembrado por todos que hoje frequentam o atual campus que abriga o curso de História. Essa contribuição possibilitou o surgimento de uma Faculdade em Porto Nacional. (TITO, 2011, p. 56).

Com a promulgação da Lei 136 de 1990, a FAFING foi incorporada à UNITINS, porém só foi efetivamente integrada à essa instituição por meio do Decreto n.º 2080 de 1991 e, posteriormente, ao Centro Universitário de Porto Nacional, em 1992, via Decreto n.º 5697.

3. O CURSO DE HISTÓRIA EM PORTO NACIONAL: SUA GÊNESE

Com objetivo de formar professores para a disciplina de História para o ensino de 1º e 2º graus (Educação Básica), foi criado o Curso de História, na cidade de Porto Nacional, por meio da mesma Lei que criou a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano em 1963.

Conforme o Decreto 2.428, de 12 de dezembro de 1984 que dispõe sobre a estruturação e as atribuições da Autarquia Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, os seus objetivos são:

I – Ministrar o ensino superior a nível de graduação, em:

[...]

a) HISTÓRIA, com habilitação de LICENCIATURA PLENA em HISTÓRIA, com 50 vagas anuais.

b) [...]

c) ESTUDOS SOCIAIS, com habilitação de LICENCIATURA DE 1º GRAU EM ESTUDOS SOCIAIS, estruturada como tronco comum dos cursos de HISTÓRIA e GEOGRAFIA.

d) [...]. (MAYA, 2007, p. 82-83).

Portanto, dentro do contexto político e educacional da época, os cursos de História e Geografia tinham como tronco comum a formação em Estudos Sociais, com a habilitação em Licenciatura para o ensino de 1º Grau, na perspectiva de atender a Lei nº 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971). A licenciatura curta tinha a duração de dois anos (Curso de Estudos Sociais) e para concluir a habilitação de Licenciatura Plena em História teria que cursar quatro anos. Por meio da Resolução nº 217 de 30 de dezembro de 1987, o Conselho Estadual de Educação de Goiás extinguiu a Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais.

De acordo com o Decreto 2.428, de 12 de dezembro de 1984 a FAFING, e conseqüentemente, o curso de História deveriam:

II- efetuar pesquisa nos vários domínios da saber e da cultura, bem como das matérias que constituem o objeto de seu ensino;

III – formar professores e especialistas para o atendimento da demanda da rede escolar do Sistema Estadual de Ensino;

IV – promover a formação integral da pessoa humana;

V – realizar curso de especialização, atualização, extensão, bem como seminários, simpósios e palestras, visando difundir conhecimentos, métodos e técnicas educacionais;

VI – cooperar com os órgãos do Poder Público e com os de iniciativa particular no estudo, planejamento e solução dos problemas ligados a educação;

VII- estimular intercâmbio entre alunos, professores e especialistas da instituição ou de outras congêneres, locais, regionais, nacionais ou internacionais. (MAYA, 2007, p. 83).

Portanto, o Curso de Licenciatura Plena em História ofertado pela FAFING foi autorizado pelo Decreto Federal nº 91.365/1985, nos termos da Resolução nº 49/1985 e do Parecer nº 76/1985 do Conselho Estadual de Educação de Goiás. O curso funcionava no período noturno em regime seriado (anual).

As provas do primeiro exame vestibular da FAFING ocorreram nos dias 01 e 02 de abril de 1985, aplicadas pela UFG, sendo que ao final da seleção foram preenchidas as 50 vagas ofertadas. O exame previa a inscrição dos alunos através do curso de Estudos Sociais, segundo a autorização de funcionamento, consistiria nas áreas de História e Geografia.

Para atender as políticas educacionais do período em estudo, o Curso de História passou pela construção de três estruturas curriculares. A sua primeira grade curricular foi aprovada pela Resolução nº 049/85 e Parecer 76/85 – CEE/GO, que vigorou nos anos de 1985 a 1987. A segunda grade foi aprovada em 1987 - CEE/GO, em consequência, principalmente, da extinção da Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais e necessidade de alteração dos currículos dos cursos de História e Geografia dos quais era tronco comum. A terceira estrutura curricular foi aprovada em 1989, por meio do parecer do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE/TO).

A estrutura curricular aprovada no ano de 1989 era composta pelas seguintes disciplinas: 1º ano - Língua Portuguesa, Metodologia Científica, Filosofia, Sociologia, Geo-história, História

Antiga e Medieval. 2º ano - História Moderna, História do Brasil 1, História das Américas 1, Estudo de Problemas Brasileiros, Antropologia Cultural, Psicologia da Educação – Evolutiva, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau. 3º ano - História Contemporânea, História do Brasil II, História das Américas II, Psicologia da Educação – Aprendizagem, História das Ideias Políticas e Sociais, Técnica de Pesquisa Histórica e Didática. 4º ano - História Contemporânea II, História do Brasil III, História Econômica, História Regional, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de História (TITO, 2011).

No ano de 1989 o professor Napoleão de Aquino ministrou as disciplinas: História Econômica, História Contemporânea I e II e Geo-História. Em relação à prática da pesquisa, ele destaca que:

A atividade principal era de docência, mas se procurava adotar algumas experiências, mesmo que fosse ligada a questão do ensino. Eu mesmo inseri os alunos em uma pesquisa sobre o ensino de história na quinta série. Isso visava inserir o aluno na realidade escolar, mas também pensar na questão da pesquisa. E depois comecei com a história regional, que se transformou em história do Tocantins... Comecei também uma prática de levar os alunos nas cidades históricas. (TITO, 2011, p. 130).

Assim, o professor Napoleão de Aquino, passou a realizar aulas de campo com os alunos, sobretudo, nas cidades históricas do Tocantins, como Natividade, Arraias e Paranã, bem como, em Porto Nacional, na perspectiva do conhecimento, valorização e divulgação do patrimônio cultural do Tocantins. Essas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), o levou, posteriormente, a propor a criação do Núcleo de Estudos Urbano e das Cidades (NEUCIDADES). Além disso, o professor Napoleão participava de eventos científicos locais, regionais e nacionais, como destaque, a Semana Acadêmica do Curso.

Na área da gestão, o professor Napoleão de Aquino, foi chefe do Departamento de História, e por um período, quando da reestruturação dos cursos de História e Geografia, assumiu o Departamento conjunto dos dois cursos. O chefe de Departamento exercia funções tais como: avaliação dos processos de aproveitamento de créditos, cancelamento de disciplinas, inscrições para preenchimento de vaga, reabertura de matrícula, transferência de curso, transferência da Faculdade, trancamento de matrícula e outros (MEC/CFE, 1992).

Em relação ao acervo bibliográfico, do curso de História da FAFING, foi sendo montada ao longo dos primeiros anos da criação do curso. Segundo a professora Ivanilde Mascarenhas muitas campanhas foram realizadas junto à comunidade de Porto Nacional para a aquisição de livros para a biblioteca, principalmente, na perspectiva do reconhecimento do Curso. No que se refere à área de História, alcançou o número de 4.739 volumes, dos quais 3.215 títulos referiam-se a História Geral e 465 a História do Brasil.

O professor Napoleão de Aquino, então Chefe do Departamento de História, relata sobre as reuniões para autorização do Curso:

Eu era o chefe de Departamento de História na época que veio a comissão de reconhecimento de curso. Vieram duas Professoras como membros da Comissão Verificadora, entre elas a Professora Vanessa Brasil da UnB. [...]. Apesar das dificuldades, elas ressaltavam que a nossa situação não estava muito diferente dos vários cursos do restante do país (TITO, 2011, p. 62).

Embora perceba-se, conforme a memória da professora Ivanilde Mascarenhas, que aconteceram muitos movimentos em prol do reconhecimento do curso de História, ele só foi reconhecido pelo MEC por meio da Portaria de nº 1.782, de 04 de dezembro de 1992, período que já estava vinculado à UNITINS. Sendo um dos primeiros cursos de História, ofertados e reconhecidos pelo MEC, na região norte de Goiás/Tocantins.

3.1. DOCENTES E DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA FAFING: INGRESSOS NO ENSINO SUPERIOR

Os docentes que constituíam o quadro de professores da FAFING, em particular, do curso de História, inicialmente, só possuíam a graduação de nível superior e eram ingressantes como docentes nesse nível de ensino. No decorrer do tempo foram fazendo curso de formação pedagógica, de especialização e posteriormente de mestrado.

O professor Napoleão Araújo de Aquino concluiu a sua graduação em 1986, em Licenciatura em História, um ano após a implantação do curso de História da FAFING. Foi um dos primeiros professores com essa habilitação, a lecionar no curso de História dessa instituição. Ainda como professor da Faculdade de Porangatu-GO, participou do curso de Atualização Didático Científica, ministrado pela UFG, realizado em Porto Nacional em 1987. No ano de 1989, por meio dessa mesma instituição, se tornou especialista em Metodologia do Ensino Superior.

Para ilustrar o perfil do corpo docente da instituição, reproduziremos a fala do professor Napoleão de Aquino:

Naquela época a FAFING foi formada por professores que só possuíam graduação. A maioria eram pessoas de Porto que se formaram em Goiânia e Brasília, principalmente na área de educação. Mas havia também padres e freiras que tinham conhecimentos de Filosofia e da área de formação de professores. Era um contexto um pouco limitado, mas que todos se esforçaram muito. (TITO, 2011, p. 58).

Não existia concurso público para o ingresso no quadro de professores da FAFING, e por seu turno, no curso de História. Assim, na sua maioria, ingressaram por meio de convites da direção da instituição ou de colegas-professores.

Antônio Luiz Neiva Brito, portuense que morava em Goiânia, relata que ao serem criadas a Faculdade de Porangatu e, igualmente, a de Porto Nacional, precisavam de professores licenciados. Desse modo, como ele trabalhava com um deputado representante do Município de Porangatu, colocou um anúncio no Jornal e o único que ligou mostrando interesse pela vaga foi o professor Napoleão, então Brito o buscou na Casa do Estudante Universitário (CEU), onde ele ainda morava, e o levou para a rodoviária para assumir aulas em Porangatu.

Conforme a memória do professor Napoleão de Aquino, em 1987, período que estava lecionando em Porangatu, a Secretaria Estadual de Educação de Goiás, por meio da Universidade Federal de Goiás (UFG) ofertou um curso de atualização Didático – Científica para os professores das três faculdades recém criadas no Norte do Estado (Porangatu, Porto Nacional e Araguaína), que teve como sede a Faculdade de Porto Nacional. Na ocasião ele veio de Porangatu para parti-

cionar do curso e foi convidado pelos diretores das Faculdades de Araguaína e de Porto Nacional para lecionar nessas instituições e, assim, ele optou pelo convite do diretor de Porto Nacional, professor Fidêncio Bôgo, pela amizade e pelo fato de Porto ser uma cidade histórica. Como já mencionado, ficou por um período ministrando aulas em Porangatu, Gurupi e Porto Nacional.

Em outra entrevista, sobre esse tema, ele relata que:

No segundo semestre de 1988 eu já havia feito uma experiência meio doida, porque eu peguei aulas em Porangatu, Porto Nacional e em Gurupi. A de Porto Nacional já era um pouco que garantindo para o ano seguinte. Eu lecionei História Econômica. Eu ainda fui convidado pela Diretora de Araguaína, mas havia gostado muito de Porto Nacional por ser uma cidade histórica e pela questão do patrimônio. Eu já tinha um compromisso e queria cumprir (TITO, 2011, p. 60)

No que diz respeito ao corpo discente da FAFING, os seus ingressantes eram em boa parte trabalhadores, sendo que a maioria atuava no magistério de 1º grau (Ensino Fundamental) e procuravam o curso na busca de uma melhor qualificação profissional. Haviam residentes em Porto Nacional e outros que vinham das cidades circunvizinhas, como Brejinho de Nazaré, Silvânópolis, Cristalândia e Monte do Carmo. Ao se tratar do perfil dos discentes, Tito (2011, p. 69), expressa que:

O perfil do seu alunado sobressaía-se como uma das principais características da identidade da Instituição. Vários desses alunos não eram propriamente da cidade de Porto Nacional, tendo que percorrer distâncias significativas, em transportes nada adequados, para poder chegar todos os dias em tempo de assistir as aulas. Refiro-me aos moradores das cidades de Paraíso do Tocantins, Cristalândia e Monte do Carmo, em especial. Outros eram profissionais da educação que há anos se encontravam no exercício da docência e que, portanto, o diploma de nível superior consistia na realização de um sonho, para muitos, até então distante. Acrescente-se a possibilidade de conseguirem uma aposentadoria com uma remuneração mais digna.

Conforme a placa disposta na UFT – Câmpus de Porto Nacional, referente aos formandos da primeira turma do curso de História, no ano de 1988, encontra-se:

Quadro 1- Formandos do Curso de História - 1988

FAFING FACULDADE DE FILOSOFIA DO NORTE GOIANO PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE HISTÓRIA		
DIRETOR: FIDÊNCIO BOGO		
Antônio Ferreira dos Santos	Eva Alves da Silva	Maria do Socorro A. Manduca
Arlete Barbosa Gomes	Guilherme R. Mascarenhas	Maria José da Costa
Aureliano Fernandes da Silva	Ilnah Aires Fernandes	Maria Raimunda P. Lima
Carlos Roberto Soares Leobas	Isaura Ribeiro Martins	Marinalva Barros S. Pignaton
Carmelita Moura Menezes	Joana Bernadete G. F. Porto	Marlene Rodrigues Guimarães
Elizabeth Marques Rodrigues	Jozefina Aires Santana	Onete de Oliveira e Silva
Elza Guimarães Lessa	Luzimere Miranda B. Santos	Ordet Pereira Coelho
Elza Tavares Martins	Manoel de Souza Filho	Sonha Maria I.L. P. Brito
Eriadenes Gomes dos Santos	Maria de Fátima T. Carvalho	

Fonte: Placa exposta no Câmpus Universitário de Porto Nacional- UFT.

Conforme o exposto, 26 alunos da primeira turma concluíram o curso de História da FAFING, em torno de 50% dos que ingressaram em 1985. Em grande parte assumiram cargos de professores no Estado. Tomando como exemplo Carmelita Moura Menezes, foi orientanda da professora Kátia Maia Flores Barros na realização da pesquisa que tinha como título “A Coluna Preste em Porto Nacional”, assumiu a docência na educação básica. Vale destacar, também, conforme arquivo do Centro de Ensino Médio (CEM) Prof. Florêncio Aires em Porto Nacional, os nome de alguns(mas) formandos(as) que exerceram o magistério nessa instituição: Ilnah Aires Fernandes, Marlene Rodrigues Guimarães, Maria José da Costa, Manoel de Souza Filho e Joana Bernadete Galvão F. Porto (COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES, 1988).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o estudo realizado, percebe-se, que o curso de Licenciatura em História, da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), situada na cidade de Porto Nacional, percorreu um longo trajeto para a sua consolidação. Criado em 1963, só foi formalmente implantado em 1984, entrando em funcionamento em 1985, mais de 20 anos depois da publicação da Lei de criação.

Embora com a distância entre criação e implementação, observa-se que a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), proporcionou um impacto expressivo na formação de professores para a educação básica e, particularmente, no ensino de História, na região norte de Goiás, atual Tocantins, com o curso de Licenciatura que até hoje perdura, ligado ao Câmpus Universitário de Porto Nacional - UFT.

O curso, que iniciou com uma estrutura curricular constituída de um tronco comum entre História e Geografia, que possibilitava aos alunos obterem a habilitação em Estudos Sociais, foi se reestruturando e separou, paulatinamente, as habilitações, dando o tom da Licenciatura em História.

Vale destacar a significativa contribuição do professor Napoleão Araújo de Aquino no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da FAFING, e particularmente, do Curso de História. Percebe-se, que, no início da sua trajetória, no magistério superior, já era habilitado na área de História e continuou se capacitando e atuando nos vários eixos desse nível de ensino (ensino, pesquisa, extensão e gestão). Ressaltar-se, ainda, que o professor Napoleão, desde o início das suas atividades esteve com o foco voltado para a iniciação à pesquisa, principalmente, na área de patrimônio cultural, com um currículo, hoje (2020), extenso no que tange ao patrimônio cultural do Tocantins e, mais especificamente, de Porto Nacional.

REFERÊNCIAS

BALDINO, José Maria. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: a desordem aparente à ordem ocorrida na década de 80.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1991.

BRASIL. **Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.

COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES. Documentação avulsa. *In: Arquivo do CEM - Prof. Florêncio Aires.* Porto Nacional, TO, 1986.

DOURADO, Luiz F. **Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público.** Rio de Janeiro: UFRJ. Tese Doutorado, 1997.

GOIÁS. **Lei 4.505 de 04 de setembro de 1963.** Cria a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, na cidade de Porto Nacional. Goiás, 1963.

Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1963/lei_4505.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

GOIÁS. **Lei nº 9.449, de 30 de maio de 1984.** Transforma em autarquia a Faculdade de Filosofia no Norte Goiano, criada pela Lei nº 4.505, de 12 de agosto de 1963. Goiânia, Goiás, 1984a. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=6385. Acesso em: 3 jun. 2019.

MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências universitárias institucionais: UNITINS.** Goiânia: E.V, 2007.

MEC/CFE. **Parecer 487/92.** Reconhecimento do Curso de Geografia – Licenciatura Plena da Autarquia Faculdade de Filosofia de Porto Nacional. Brasília, DF: CFE, 1992. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cd003364.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

TITO, Roniglese Pereira de Carvalho. **A Institucionalização do Ensino Superior de História em Porto Nacional, Tocantins (1963 – 2002)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. Tese de doutorado, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/772710.pdf>. Acesso em 11/04/2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Entrevistas orais

AQUINO, Napoleão Araújo de. Entrevista realizada em 03/06/2019.

MASCARENHAS, Ivanilde. Entrevista realizada em 14/06/2019.

BRITO, Antônio Luiz Neiva. Entrevista realizada em 14/06/2019.

POSFÁCIO

*Marília Luiza Peluso*³¹

Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deve abranger ambos os aspectos. Conforme tivemos ocasião de dizer, esses aspectos recebem correto reconhecimento se a sociedade for entendida em termos de um processo dialético, em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização. (BERGER, P. L.; LUCKMANN, T., 2014, p. 167)³².

Que seríamos nós sem nossas memórias? Indivíduos sem passado e, de certa maneira, também sem futuro, pois o que somos decorre do processo de interiorização da sociedade que dota o mundo de sentido e significado e conforma nossa identidade. A memória social, entretanto, ao que parece, segue outro ritmo e neste momento globalizado em que vivemos, os sistemas de informação, de comunicação e de produção trazidos pelas novas tecnologias propõem sempre o novo como o que deve ser almejado e interiorizado, mesmo que não se saiba exatamente o que será.

Tocantins quer o novo e, com ele, o progresso, ao mesmo tempo em que pretende manter o passado quando vê seu território ser tomado pela agricultura e pela pecuária comerciais. Tocantins, encontra-se, assim, em meio a controvérsias entre o que manter e o que alterar, além de como fazê-lo. A controvérsia é antiga, pois o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), projeto de intelectuais modernistas, Mario de Andrade em especial, originou-se em momento de modernização do país promovido pelo governo Vargas. Os intelectuais previam a dificuldade em manter o patrimônio material e imaterial do país no processo de industrialização, em que novas ideias e novos valores surgiam.

Pode-se perguntar, então, o que é objetivo quando se pretende manter o patrimônio material e imaterial frente a modernidade? O objetivo são as cidades históricas com seus centros já patrimonializados e as resistentes que pretendem manter seus patrimônios; as igrejas mantidas como lugares religiosos de memória; a manutenção do adobe e do duplo entramado de madeira; os mestres que educaram os cidadãos e lhes deram possibilidades de se inserirem na modernidade; a arquitetura de um momento moderno, mas que já é antigo e não se mantém.

Mas, o objetivo são também as bonecas karajá, a capoeira, seus mestres e suas rodas; são as festas religiosas que permanecem na confraternização e na fé dos fiéis; são as festas juninas que se estilizam para manter a tradição; é o capim dourado do artesanato indígena; é a ourivesaria ainda trazida de Portugal; é o rio Tocantins de muitas histórias e origem do nome do estado.

31 Professora Pesquisadora do Departamento de Geografia/UnB. Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFSC (1996). Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UnB (1983). Doutora em Psicologia Social pela PUC/São Paulo (1998). Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Brasília – NEUR/UnB.

32 BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

E o subjetivo o que é? É o significado interiorizado, aquele que diz para o momento presente o que é “uma realidade social dotada de sentido” (BERGER e LUCKMANN, 2014, p. 168). A modernidade é uma realidade objetiva sem dúvida, mas a identidade é uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva como o verso e o anverso de uma moeda. Interiorizamos o novo sobre um passado já interiorizado e pretendemos mantê-lo para que seus significados não se percam e é essa controvérsia que constrói a identidade tocantinense, exteriorizada nos esforços de Patrimonialização.

Dessa maneira, a memória social se mescla à memória individual e as duas se tornam uma só, mas não livre de controvérsias, pois o jogo do mundial, do regional e do local proporcionado pelas novas tecnologias precisa ser sempre superado. Assim, o novo não será totalmente desconhecido e a identidade tocantinense adquirirá contornos positivos, exteriorizada na relação positiva do patrimônio material e imaterial com o mundo globalizado que rapidamente se aproxima.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS

Graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade do Tocantins- (UNITINS). Especialista em História Social pela Universidade Federal do Tocantins - UFT- Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de patrimônio cultural, tanto na esfera estadual como na esfera federal, onde atuou como técnico e gestor em patrimônio da Secretaria de Cultura do Tocantins e do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

<http://lattes.cnpq.br/2830522743905215>

ARIEL ELIAS DO NASCIMENTO

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997), especialização em História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP (1999) e mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Cultura, Globalização, Identidades e seus Espaços de Memória na Contemporaneidade.

<http://lattes.cnpq.br/8429289481219966>

BENVINDA BARROS DOURADO

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1992), especialização em Avaliação Institucional pela Universidade de Brasília (2001) mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (2002) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professora adjunta III da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas de Educação e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gestão - organização da educação básica, educação no Tocantins e educação em Porto Nacional.

<http://lattes.cnpq.br/8284913139954105>

CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN

Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2003); Especialista em Pedagogia Escolar e Docência do Ensino Superior (2004) pela UNINTER-IBPEX (Curitiba-PR); Mestre em Educação - Universidad Del Norte, Assunção, PY (2007); Mestre em História (Cultura e Poder) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Técnico em Assuntos Educacionais da Fundação Universidade Federal do Tocantins, desde 2007. Tem experiência na área de História e da Educação com ênfase nos seguintes temas: ensino de história, história da Educação, Instituições Escolares, história do Cristianismo e da Igreja Católica, História das Ordens e Congregações Religiosas, religião e religiosidade, escola, educação escolar, gestão escolar, família. <http://lattes.cnpq.br/4737722834785056>

DÂMBRIA MURIEL ELIAS FERREIRA

Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional (2019). Atua na área da Educação Básica, na rede municipal de Porto Nacional. Pesquisa em Arquivo e Cultura Escolar, principalmente, sobre a educação no Tocantins e em Porto Nacional.

<http://lattes.cnpq.br/5002512467636355>

DIEGO WEVERTON ANDRADE NEVES

Professor de dança, bailarino e coreógrafo. Possui graduação em Artes - Teatro (licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2018). Atualmente é professor de Dança no Balé Popular do Tocantins, projeto vinculado a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Atuou como professor de dança no Centro de Criatividade da Fundação Cultural de Palmas nos anos de 2010, 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem experiência na área de Dança e Teatro. Possui um vasto conhecimento prático e teórico dentro das modalidades de Dança Contemporânea, Danças Urbanas e Balé Clássico. Já participou de Companhias Internacionais de Dança, com espetáculos pela França e Marrocos. Premiado em festivais de dança no estado do Pará. Vice-Presidente da Associação Folclórica e Cultural Pula Fogueira (AFCPF). Possui curso na área de Gestão Cultural. Com mais de 20 Espetáculos de Dança no currículo.

<http://lattes.cnpq.br/0073719547976063>

JULIANA RICARTE FERRARO

Graduação (licenciatura e bacharelado) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002), Especialização em Restauro e Conservação de Documentação Gráfica pela Faculdade Senai de São Paulo (2003) e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Pro-

fessora Adjunto III da UFT - Universidade Federal do Tocantins, no curso de História. Atuando principalmente nos seguintes temas: História Cultural, Leitura, Livro e Manuais Escolares, Educação e Ensino de História, Patrimônio Histórico, Conservação e Restaução de Documentação Gráfica e Arquivos.

<http://lattes.cnpq.br/5503371945137722>

KARYLLEILA DOS SANTOS ANDRADE

Possui graduação em Letras pela Universidade do Tocantins (1993), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2006). É professora associada II da Universidade Federal do Tocantins e atua nos programas de pós-graduação em Letras, câmpus de Araguaína e de Porto Nacional. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase nos estudo do léxico, atuando principalmente nas seguintes áreas: onomástica/toponímia, etnolinguística e temáticas do léxico voltadas ao ensino. É Bolsista Produtividade PQ2 CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/8224727509470953>

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS

Arquiteto e Urbanista, desde 2004, formado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Arquitetura e Urbanismo junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, em 2008. Doutor em Arquitetura e Urbanismo junto pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, em 2014. Desenvolve pesquisa na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Arquitetura e Urbanismo Modernos no Brasil, Arquitetura e Urbanismo das Vanguardas Européias. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.

<http://lattes.cnpq.br/6612220080292664>

MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA

Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1975), Mestrado em Educação Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Memória, Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Memória da Educação, Cultura Escolar, formação de professores, educação do campo, história oral e cultural, história da educação mineira (noroeste) políticas educacionais, curso de pedagogia, grande sertão mineiro, Gênero, diversidade etnico-cultural e patrimônio cultural.

<http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>

MARIANNA CARDOSO

Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é doutoranda na Universidade de Strasbourg-França, no laboratório EA 3400 ARCHE (Arts, civilisation et histoire de l'Europe), sob a supervisão da Prof. Dra. Anne-Marie Châtelet.

<http://lattes.cnpq.br/1321544210745339>

NOECI CARVALHO MESSIAS

É doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2010). Possui mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural (Área de concentração em Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004). Especialização em Cultura Afro-Brasileira. Graduação em História (Licenciatura) e em Serviço Social (Bacharelado). Tem experiência na área de Antropologia e pesquisa de campo atuando principalmente nos seguintes temas: Educação patrimonial e ambiental, patrimônio cultural, gestão de cidades, Movimentos Sociais, religiosidade e festas populares. Atuou e desenvolveu pesquisa com os povos indígenas das etnias Krahô, Karajá e Javaé, no Estado do Tocantins. Atuou como pesquisadora no Projeto para Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, no município de Natividade, TO. É professora adjunto I, no curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

<http://lattes.cnpq.br/8189787178162250>

NÚBIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Doutoranda em Geografia, Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Geografia, Universidade Federal do Tocantins - UFT (2014). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2009). Foi Coordenadora da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins Câmpus Porto Nacional - TO e integrante do Projeto Financiamento pelo MEC - PROEXT 2009/2012 na linha do Patrimônio Cultural Brasileiro. Possui experiência em Normalização de Trabalhos Acadêmicos (TCCs) conforme as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Áreas de Interesse: Técnicas de Pesquisa, Turismo Cultural, Patrimônio Histórico Cultural e Memória, Ensino de Geografia, Educação a Distância (EaD) e Educação inclusiva. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT.

<http://lattes.cnpq.br/0440314168658862>

OLÍVIA APARECIDA SILVA

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1992), mestrado em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1997) e doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (2005). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, narrativa contemporânea, memória, autobiografia.

<http://lattes.cnpq.br/9334745203861061>

RICARDO RIBEIRO MALVEIRA

Professor da Universidade Federal do Tocantins UFT/Palmas no curso de Licenciatura em Teatro. Coordenador do Curso de Licenciatura em Teatro (2017- 2020). Doutor em Artes Cênicas no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia - PPGAC - UFBA (2015), Mestre em Artes Cênicas no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia - PPGAC - UFBA (2011), Pós-Graduação em Arte-Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2004), Graduado em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2002). Técnico em Decoração no Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez - Celf (2002). Ator (1993-2019). Graduando em Artes Visuais EAD (2017-2021) - Universidade Federal de Goiás - UFG. Associado a Abrace - GT Imagem, Mito e Cena - GT Poéticas Espaciais, Visuais e Sonoras. Possui experiência em interpretação e direção teatral, processos, pedagogias e poéticas híbridas na cena e ensino do Teatro e procedimentos cênicos com performances populares brasileiras. É brincante Catopê no Congado das Festas de Agosto na cidade de Montes Claros. Artista visual com experiência em desenho, pintura, modelagem e aplicados aos aspectos visuais e plásticos da cena/criação e confecção em Teatro de Formas Animadas, Figurino, Iluminação e Cenografia. Na docência tem experiência no ensino básico, fundamental e magistério superior onde também atua na extensão e na pesquisa universitária nas artes cênicas nos seguintes temas: processos para interpretação teatral; performances populares brasileiras; poéticas híbridas; pedagogia do teatro; aspectos visuais para a cena e teatro e promoção de saúde. As pesquisas atuais orbitam em torno das discussões sobre a Teatralitura, visualidades, ensino do teatro e imaginários em temas como ancestralidade, mito, ritual e gênero.

<http://lattes.cnpq.br/8743286250513451>

ROSANE BALSAN

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1997), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Criou e Coordenou o Programa de Extensão da Terceira Idade do Cassino da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Turismo, Patrimônio Cultural e Geografia Regional. Atualmente é professora associada, nível 2, da Universidade

Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional e Também coordenou e participou dos Projetos Financiados pelo MEC - ProExt 2009, ProExt 2010, ProExt 2011, ProExt 2015 (na linha temática de Preservação do Patrimônio Cultural Realizou o estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - 2016). Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades - NEUCIDADES e responsável pelo Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional-TO.

<http://lattes.cnpq.br/1521061622984234>

ROSELI BODNAR

Graduação em Letras - Português/Inglês pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - PR (atual UNESPAR), especialização em Língua Portuguesa e Literatura, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - PR (Convênio com Universidade Estadual de Londrina - UEL) e mestrado em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutora em Letras, área de concentração Teoria da Literatura, pela PUCRS. Docente do curso de Pós-Graduação em Letras, Câmpus de Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins UFT, e do Curso de Graduação em Teatro, Câmpus de Palmas, Universidade Federal do Tocantins UFT. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório das Artes e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Composição Poética Cênica, Narratividade e Construção de Conhecimento - CONAC. Tem experiência docente na área de Letras, com ênfase em Teoria da Literatura, História do teatro, Crítica teatral.

<http://lattes.cnpq.br/6794129931963124>

THAINÁ DE BRITO PAIVA

Graduanda em Licenciatura em Teatro, no Câmpus de Palmas, na Universidade Federal do Tocantins- UFT. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Teatro. Pesquisadora do Observatório das Artes e do Laboratório de Composição Poética Cênica, Narratividade e Construção do Conhecimento da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atualmente é professora do Colégio Batista de Palmas. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Teatro. <http://lattes.cnpq.br/9768106282475175>

WÁTILA MISLA FERNANDES BONFIM

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Tocantins (2006) e especialização em história Social pela Universidade Federal do Tocantins (2008). Atualmente é Professor da Educação Básica, Coordenador de da Secretaria da Educação e Cultura, Assessor do currículo de História da Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Tem experiência na área de História. Atuando principalmente nos seguintes temas: Natividade, Patrimônio, Identidade, Turismo.

<http://lattes.cnpq.br/9058110404418810>



EDUFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS